

militia

ANO II

N.º 13

NOVEMBRO/DEZEMBRO -- 1949



SUMÁRIO

EDITORIAIS

Salve Fôrça Pública de São Paulo	7
Agradecendo	9

DIVERSOS

Façamos de MILITIA o nosso Arauto — 1.º tenente Josias Martins	10
Sociedade de Odontologia Legal e Criminologia de São Paulo — Dr. Francisco Quaglio	12
Vícios das testemunhas — causas de erros judiciais — cap. Francisco Vieira Fonseca	16
Almas Simples — Carmem Silva	21
A História é esta — 1.º tenente Alfredo Marchetti	23
La Función Policial y su categoria científica — ten.-cel. Victor Navarro Bravo	35
Grafologia — José Venosa	39
Pascoal — Cap. Cláudio das Neves	41
Coisas da Fôrça Pública — cel. José A. Torres	44
A carta que não encontrou destinatário — sgt. Sílvio Pedroso	49
Bandeira do Brasil — Monte Serrat	51
Curiosidades da História Militar — 1.º tenente Servio Caldas	53
Noite de Garoa — 1.º tenente Renato O. de Carvalho	57
Os chamados "Exércitos Mirins" e as Fôrças Armadas Nacionais — cap. Silvestre Travassos Soares	63
As Polícias Militares — 1.º ten. Anzildo Bastos Ribeiro	67
A Gendarmerie e os serviços de bombeiros da França — cap. Evaldo Pedreschi	69
Peres Barbosa — Alfredo Feijó.....	74

NOTICIÁRIO

Aniversário da Fôrça Pública	75
Delegações presentes	79
Discursos pronunciados	83
Espectáculo Comemorativo no Teatro Municipal	105
Uma notável entidade artística — Léllis Vieira	107
O Homem Dicionário	110
Serviços de Bombeiros em Ribeirão Preto	112
Armazem reembolsável no 8.º B. C.	113
Papai Noel no 2.º B. C.	114
Curso de Bombeiros Auxiliares	115
Visita à Câmara Municipal de São Paulo	116
Homenagem	117

EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS

Provas Esportivas	119
-------------------------	-----

NOSSA CAPA — Alferes José Gomes de Almeida	121
--	-----

RECREAÇÃO

Página Humorística	122
Secção de Édipo	124
Problema sobre esgrima	127

LEGISLAÇÃO — cap. José Arimathéa do Nascimento	128
--	-----



militia

(Revista publicada na Fôrça Pública do Estado de São Paulo, de acôrdo com o art. 2.º F, do Estatuto do CMFPSP)

Sr. Diretor de "MILITIA"
Avenida Tiradentes, 1088 — São Paulo

Solicito-lhe uma assinatura..... de MILITIA, em pagamento
da qual junto a esta a quantia de Cr. \$..... em.....
..... (valor declarado, cheque ou
vale postal)

.....
(Assinatura)

Nome

Rua..... N.º.....

Cidade

Estado

SUMARIO

CONTENIDO

1934

1935

1936

1937

1938

1939

1940

1941

1942

1943

1944

1945

1946

1947

1948

1949

1950

1951

1952

1953

1954

1955

1956

1957

1958

1959

1960

1961

1962

1963

1964

1965



(Reserva publicada en los libros de la Biblioteca de la Universidad de Chile, con el N.º de Registro de la Biblioteca)

El presente libro es propiedad de la Universidad de Chile y no puede ser reproducido ni distribuido sin el consentimiento expreso de la misma.

Se permite la reproducción de este libro en forma de microficha, siempre que se cite la fuente original y se pague el costo de la reproducción.

Este libro es propiedad de la Universidad de Chile y no puede ser reproducido ni distribuido sin el consentimiento expreso de la misma.

Se permite la reproducción de este libro en forma de microficha, siempre que se cite la fuente original y se pague el costo de la reproducción.

Este libro es propiedad de la Universidad de Chile y no puede ser reproducido ni distribuido sin el consentimiento expreso de la misma.

Se permite la reproducción de este libro en forma de microficha, siempre que se cite la fuente original y se pague el costo de la reproducción.

Este libro es propiedad de la Universidad de Chile y no puede ser reproducido ni distribuido sin el consentimiento expreso de la misma.

Se permite la reproducción de este libro en forma de microficha, siempre que se cite la fuente original y se pague el costo de la reproducción.

Este libro es propiedad de la Universidad de Chile y no puede ser reproducido ni distribuido sin el consentimiento expreso de la misma.

Se permite la reproducción de este libro en forma de microficha, siempre que se cite la fuente original y se pague el costo de la reproducción.

Este libro es propiedad de la Universidad de Chile y no puede ser reproducido ni distribuido sin el consentimiento expreso de la misma.

Se permite la reproducción de este libro en forma de microficha, siempre que se cite la fuente original y se pague el costo de la reproducción.

Este libro es propiedad de la Universidad de Chile y no puede ser reproducido ni distribuido sin el consentimiento expreso de la misma.

1934
1935
1936
1937
1938
1939
1940
1941
1942
1943
1944
1945
1946
1947
1948
1949
1950
1951
1952
1953
1954
1955
1956
1957
1958
1959
1960
1961
1962
1963
1964
1965

Banco do Estado de São Paulo S. A.

CAPITAL REALIZADO: Cr. \$ 100.000.000,00

DEPÓSITOS — EMPRÉSTIMOS — DESCONTOS —
CÂMBIO — COBRANÇAS — TRANSFERÊNCIAS —
TÍTULOS — COFRES DE ALUGUEL



M A T R I Z :

PRAÇA ANTONIO PRADO N.º 6 — SÃO PAULO

CAIXA POSTAL, 789

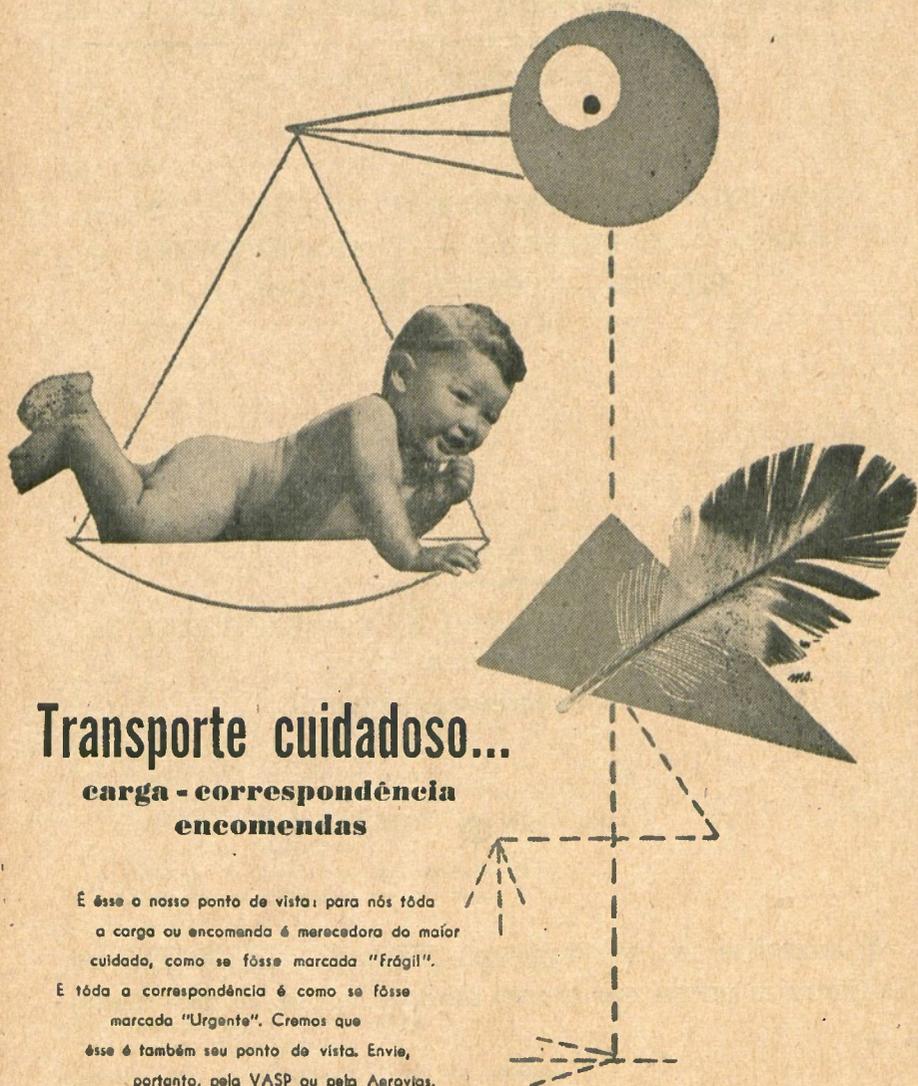
Enderêço telegráfico: BANESPA



53 AGÊNCIAS NO INTERIOR DO ESTADO; UMA NO RIO DE
JANEIRO E OUTRA EM CAMPO GRANDE (Estado de Mato Grosso)



AS MELHORES TAXAS — AS MELHORES CONDIÇÕES
— RAPIDEZ — EFICIÊNCIA



Transporte cuidadoso...

**carga - correspondência
encomendas**

É esse o nosso ponto de vista: para nós toda a carga ou encomenda é merecedora da maior cuidadosa, como se fosse marcada "Fragil". E toda a correspondência é como se fosse marcada "Urgente". Cremos que esse é também seu ponto de vista. Envie, portanto, pela VASP ou pela Aerovias.

Vasp - Aerovias

Rua Libero Badaró, 89
Telefone: 2-6993

Rua Libero Badaró, 370
Telefone: 6-9960

Militia

REVISTA PUBLICADA NA FORÇA PÚBLICA DE SÃO PAULO
DE ACORDO COM OS ESTATUTOS DO C.M.F.P.S.P.

Redação e Administração: — Avenida Tiradente, 1088 —
Fone 4-8171, ramal 299.

A NO II — NOVEMBRO/DEZEMBRO DE 1949 — N.º 13

DIRETOR: — cel. Coriolano de Almeida Júnior

REDATOR-CHEFE: — ten. cel adm. Aparício de Barros Messias

SECRETARIO: — 1.º ten. Paulo Monte Serrat Filho.

REDADORES: —

cap. Arrison de Souza Ferraz

cap. Efraim Bratfisch Lastebasse

cap. Ubirajara da Silveira

cap. Osvaldo Feliciano dos Santos

2.º ten. Hildebrando Chagas.

GERENTE: — cap. Francisco Vieira Fonseca

TESOUREIRO: — maj. adm. Nelson de Carvalho Rosa

Assinatura anual	Cr. \$ 25,00
Assinatura semestral	Cr. \$ 15,00
Número avulso	Cr. \$ 5,00

- * "Militia" destina-se a tratar de assuntos técnicos policiais-militares e culturais em geral.
- * A colaboração nesta revista é franca a todos; porém, não será possível a publicação de trabalhos políticos-partidários ou religioso-sectários, os quais não se enquadram em seu programa.
- * Pedese que os originais sejam datilografados, com espaço duplo, sendo que não serão devolvidos, mesmo quando não publicados. Pedese ainda sejam entregues à redação, no endereço acima.
- * A Revista não assume responsabilidade por conceitos formulados pelos autores em trabalhos assinados.

Quantos
amigos
tenho eu?



A PROVEITE a oportunidade para ensinar aos seus amigos a maneira suave de conseguir um bom pecúlio. Ensine-lhes que, economizando mensalmente pequenas parcelas e depositando-as na Prudencia Capitalização, assegura-se sólido alicerce de tranqüilidade na velhice. V. que, já sabe disso, aproveite a próxima visita do agente da Prudencia Capitalização para aumentar o número de seus títulos. Estará, assim, aumentando o seu próprio bem-estar nos dias vindouros.

PRUDENCIA CAPITALIZAÇÃO

COMPANHIA GENUINAMENTE NACIONAL PARA FAVORECER A ECONOMIA

Salve, Fôrça Pública

de São Paulo!

Mais de um século desfilou pelas alternâncias do calendário. Foi a 15 de dezembro de 1.831. O Chefe do Executivo Bandeirante, brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar, com fundamento na Carta de Lei de 10 de outubro daquele ano, criava a Guarda Municipal Permanente de São Paulo, com o efetivo de 130 homens — 100 de infantaria e 30 de cavalaria — para “manter a tranqüilidade, auxiliar a justiça e substituir na Província as tropas de linha” que fossem chamadas à Côte, pela gravidade da situação, naqueles tormentosos dias da vida nacional.

Passaram-se os anos, correram os meses, escoaram-se os dias... A Guarda Municipal Permanente, de passo seguro, com soberana verticalidade, cresceu e se multiplicou, em efetivo e aprimoramento técnico, com os olhos fitos na tríade de postulados — manter a tranqüilidade, auxiliar a justiça e substituir as tropas de linha — que lhe deu origem, constituiu o seu código de honra, a sua bíblia cívica e estética, pelos tempos em fora.

Bem cedo, a Guarda Municipal Permanente cedeu lugar ao Corpo Policial Permanente. Este parte para a luta contra as hostes de Francisco Solano Lopez, em Mato Grosso, e surge o Corpo Policial Provisório. Um e outro, mais tarde, abrem caminho à Fôrça Policial Urbana, substituída, alguns anos após, pela Brigada Policial. Fôrça Pública, Fôrça Policial e, novamente, Fôrça Pública foram as denominações com que a Milícia de Piratininga encetou a

sua caminhada, centenária e gloriosa. Trocou de denominação, recebeu títulos diversos, vestiu roupagens diferentes, mas permaneceu a mesma em destino e em espírito, velando pela ordem bandeirante, dando força às decisões da justiça e batendo-se ao lado do legendário Exército de Caxias e Ozório, nas comoções intestinas e guerras externas.

Laguna, com Camisão e Juvêncio; Chaco boreal, com Caxias e Xavier de Souza; a Revolução Federalista de 1893, no Paraná; Canudos com Elesbão dos Reis e José Pedro de Oliveira; a intenção contra a vacina obrigatória; a revolta da Armada de 1910; o Quebra-Lampião; 1922, 1924, 1930, 1935, 1938, a epopéia da Revolução Constitucionalista de 1932, pela lei e pela justiça, por São Paulo e pelo Brasil, foram odisséias de sangue e sacrifício, de fé e de heroísmo, de beleza e de bravura que a Milícia Bandeirante escreveu nas páginas de sua história, para os capítulos luminosos da História do Brasil.

A maravilha verde dos cafezais, a grandiosidade sem par desse parque industrial, com suas chaminés fumegantes, a majestade dos arranha-céus altaneiros, desafiando as alturas, as florescões espirituais, no campo das ciências, das letras, das artes, nos domínios da filantropia e da piedade cristã, formando esta civilização tropical e trepidante, tipicamente planaltina, genuinamente brasileira, tudo isso despontou, floresceu e frutificou sob os olhares carinhosos do soldado paulista, sob a vigília permanente desses modernos cruzados da ordem pública.

Bravos e gigantes, mártires e heróis, soldados anônimos e chefes esclarecidos tombaram nessa caminhada secular, cimentando um patrimônio de glórias que é justificado motivo de orgulho do povo paulista.

Com júbilo e ufania, a Milícia de Piratininga mobiliza suas festivas galas espirituais para comemorar a notável efeméride, digna, por todos os títulos, das maiores consagrações. Milícia associa-se às grandes solenidades programadas e saúda, com carinhosa efusão, a centenária Corporação que honra o espírito criador dos bandeirantes e dignifica os fastos militares de nossa terra.

Salve, Força Pública de São Paulo!

AGRADECENDO

Com este número, assinalamos o segundo ano de MILITIA. Desde quando nos propusemos a dotar o Clube Militar da Força Pública, de um órgão que servisse de veículo à difusão de idéias, da cultura geral e técnico-profissional de nosso quadro de oficiais, sabíamos que a caminhada seria longa, cheia de cardos e obstáculos outros. E o que se esperava, aconteceu.

Mas, veio o apóio duma classe. Depois, o de toda uma Corporação, o que valeu a MILITIA ser recebida carinhosa e decisivamente por toda a Força Pública. A quase todos abrimos nossas páginas e se não atingimos o conceito integral, foi apenas por força de disposição estatutária. Assunto de relevante atualidade e de extraordinário interesse geral e da grande e esquecida família policial-militar brasileira, para aqui foram trazidos.

Eis que MILITIA é chamada para se tornar órgão desta grande comunidade. De todos os rincões pátrios recebemos apelos nesse sentido. E foi com grande satisfação e orgulho que passamos a atender ao chamamento das co-irmãs. Hoje, um simples passar de olhos pelas suas páginas, leva-nos a conclusão simplistas. Nelas se vêem tanto a colaboração do catarinense como a do goiano; o interesse do capixaba como o do ajuricabano. Milicianos do Norte, do Centro e do Sul se entusiasmam pela bandeira desfraldada por MILITIA, em prol da causa comum. Suas letras de fôrma refletem palavras de ordem e de orientação a seguir, em benefício de toda uma grande coletividade nacional.

O progressivo aumento de nossas assinaturas, a incessante e diária procura de números atrasados e de coleções de nossa revista, e as cartas que vimos recebendo das figuras mais representativas da vida intelectual do País e até do exterior, são fatores que nos fazem sentir fartamente recompensados.

Desejamos, portanto, ao lançarmos o 13.º volume, agradecer o mais profuda e sinceramente a todos aqueles que nos distinguiram com a sua preferência, aos que nos enviaram colaborações, aos que nos escreveram dando o seu apóio à nossa empreza, e aos que nos remeteram sugestões ou que nos auxiliaram moral, material e praticamente.

Tivemos vontade de realizar muito mais. E se não o fizemos foi, pela ocorrência de circunstâncias alheias à nossa vontade.

A recompensa moral que esperávamos foi alcançada. E' o quanto basta.

Façamos de MILITIA o nosso Arauto

1.º ten. JOSIAS MARTINS
(Do Distrito Federal)

“...O nosso silêncio e o nosso mutismo, são entrave perigoso à nossa existência marcada pela indecisão...”

(Cel. C. Q. Reis)

Chegámos a tal estado de emancipação, que não se compreende, e nem se pode mesmo justificar a inexistência de um órgão de imprensa de âmbito nacional, através do qual possámos levar a todos os companheiros — presentemente tão alheios, uns aos outros — a nossa palavra de fé e de amizade, proporcionando um maior intercâmbio cultural, social e afetivo.

Quão felizes nos sentimos ao tomarmos contáto com êles, embora isso aconteça em ocasiões fortuitas. Nessas ocasiões, trocam-se amabilidades, ouvem-se lamurias, ensaiam-se umas quantas iniciativas, fazem-se promessas...

De início tudo corre bem. Aos poucos começam a escassear as notícias e quasi sempre o “colóquio” torna-se efêmero — e tudo vai ficando no pretérito...

Não há mais possibilidade de retomar-se o contáto.

Deante de tal circunstância, é que sentimos a falta de algo, que nos discipline, que nos obrigue, com certa assiduidade, a prestar-

mos conta dos “compromissos” assumidos.

E a única forma de o fazermos é por meio de um órgão pelo qual nos seja permitido manter bem vivos os laços de camaradagem, cristalizando ao mesmo tempo a amizade e admiração entre todos nós, de modo que melhor possamos nos entender e melhor saibamos defender os nossos interesses comuns.

E’ todavia, perfeitamente compreensível, que a criação desse órgão não seja tarefa tão fácil, dadas as naturais dificuldades de acérto e bom entendimento, pela distância que nos separa, impossibilitando-nos uma preparação psicológica adequada, que convença os companheiros dessa necessidade.

Mas, neste momento, sentimos em parte atenuadas essas dificuldades, com o regresso das delegações que estiveram em São Paulo tomando parte nas festividades comemorativas de mais um aniversário da valorosa Fôrça Pública, pois tivemos conhecimento, entre

outras boas notícias, de que é propósito dos atuais diretores de MILITIA, torná-la órgão das Polícias Militares do Brasil.

Excelente e digna dos maiores aplausos essa iniciativa. Cabe-nos, apenas, congregarmos em torno dela todo o esforço pessoal e coletivo, tornando-a esplêndida realidade, que virá preencher a lacuna ora apontada.

Iniciemos desde logo, pelas páginas de MILITIA, a discussão dos problemas relativos à nossa profissão, apresentando para eles soluções adequadas, lógicas e sem meios têrmos, de acôrdo com a nossa concepção, experiência e preparo técnico profissional.

Mostremos ao mesmo tempo a nossa cultura geral, o próprio valor como mantenedores da ordem, como defensores da sociedade, como soldados conscientes e capazes dos deveres para com a Pátria.

Evidenciemos também o quanto temos sido honestos e cuidadosos ao preparar-nos para cumprir a nossa dupla missão.

Façamos de MILITIA o liame dessa corrente de interêsses e aspirações comuns que dominam nossa coletividade, dando ainda belo exemplo de solidariedade e de espírito de classe.

Para tanto, talvez haja necessidade de dotá-la de maiores recursos materiais, e aí é que resi-

dirá a conjugação de esforços em torno de MILITIA.

Já sugerimos em muitas ocasiões, a diversos companheiros, a possibilidade de fundarmos uma cooperativa para êsse fim, integrando-se em dez ou vinte vezes uma cota estimada, por exemplo, em mil cruzeiros.

Consiguiríamos dois milhões de cruzeiros?

E' quasi certo. E nesse caso bem promissoras seriam as nossas possibilidades de autonomia. Ficariamos livres dos embaraços para a manutenção de uma empresa dessa natureza, que não disponha de instalações próprias. Além disso, seríamos levados a outras iniciativas decorrentes, que redundariam em benefícios incalculáveis para a classe.

Agora que nos é oportuno fazermos aos amigos de MILITIA a mesma sugestão, congratulamo-nos com êles pela delicadeza do gesto e pelo despreendimento que tiveram, repartindo conosco tão elevado patrimônio que é a sua bem feita e já consagrada revista.

Aos companheiros dos Estados, pedimos estudem, com o aprêço que lhes merecer a sugestão, e de qualquer maneira correspondam, como temos certeza que o farão, ao gesto dos nossos amigos bandeirantes, fazendo de MILITIA o nosso arauto.

Sociedade de Odontologia Legal e Criminologia de São Paulo



DR. FRANCISCO QUAGLIO

Odonto-Logista formado pela Escola de Polícia do Estado de São Paulo. Presidente da Sociedade de Odontologia-Legal e Criminologia de São Paulo.

«Da fundação e suas finalidades»

Estamos em outubro de 1943.

Dois colegas aguardavam os respectivos exames finais, para com razão e direitos, mercê de seu curso brilhante, verem galardoados os seus esforços; à laurea: Francisco Perez e Alfredo Viegas, os quais unir-se-iam à luzida pléiade dos que já merecida e honrosamente a sustentavam e... ficaríamos 5 colegas, preparados a alcançarmos o 3.º ano acadêmico e os novos 2.º anistas.

Acompanháramos fraternal e entusiasticamente os esforços e dedicação e, sobretudo a sã compreensão do valor e da aplicação desta especialização que é a Odontologia-Legal por, parte daqueles dois distintos colegas; mistér fazia-se uma atitude ou definição nossa, 2.º anistas, afim de patentear-lhes nossa admiração, nosso coleguismo e mantê-lo, como aos demais, sempre em contacto conosco para novas luzes científicas, sob a orientação preclara do eminente mestre e professor da cátedra: Luiz Silva.

A maneira mais destacada de consagração a novel ciência, por nós abraçada, seria, dada sua autonomia técnico-científica, fazer algo que mais alto dissesse de seu valor e de seu conteúdo.

Consultei meus colegas sobre a oportunidade da fundação de uma entidade exclusivamente odonto-legal; a aprovação sobre ser entusiastica foi unânime; dirigimo-nos ao citado professor expondo-lhe nossas intenções e só obtivemos palavras de estímulo, incentivo e solidariedade.

E... assim, como justa homenagem aos colegas diplomandos e expressão de reconhecimento ao brilhante catedrático, professor Luiz Silva, único e verdadeiro criador da novel ciência, a despeito de todos os percalços criados pelos corifeus da ciência e arautos da verdade, amesquinhada por eles, longe da compreensão e do sadio alcance do valor e da valiosa contribuição à ciência em geral da Odontologia-Legal, fundamos a ASSOCIAÇÃO PAULISTA

DE ODONTOLOGIA-LEGAL, denominação esta substituída pela atual ou seja, SOCIEDADE DE ODONTOLOGIA LEGAL E CRIMINOLOGIA DE SÃO PAULO sob proposta do distinto e culto espírito do colega, que é Othoniel de Moraes Magalhães.

Seria supérfluo assinalar que durante a aula daquela, para nós, indesejável noite, nossa atenção volta-se unicamente à concretização da idéia e enquanto o catedrático sopitando em seu âmago a emoção que lhe causara nossa intenção, fazia sua preleção prática, nós sob seu benévolo, cochichávamos sobre o assunto de bistrú e pinça nas mãos (aquela foi a pior e a mais memorável aula e graças ao apoio do mestre, nada houve de anormal).

Terminada a aula reunimo-nos na sede do Centro Academico de Criminologia, gentilmente cedido e consultamos colegas de outros cursos da Escola de Polícia: só obtivemos palavras de estímulo, de encorajamento e de apoio, inclusive do digníssimo secretário da Escola de Polícia e particular amigo, professor Antônio Motta Filho e do benévolo e amigo servente José Carvalho.

Convidámos o professor Luiz Silva a nos acompanhar, pois iríamos consubstanciar e festejar a fundação de nossa sociedade condignamente. Dirigimo-nos a um "estabelecimento comercial" onde reunidos proclamámos fundada nossa entidade, embora não em caráter oficial, dando-lhe um cunho, dentro do setor pericial-técnico-científico e criamos a Polícia Científica.

Foi então constituída por aclamação a primeira diretoria e fundadores:

Professor Luiz Silva, — Presidente honorário perpétuo —

Dr. Francisco Quaglio, — Presidente —

Dr. Othoniel de Moraes Magalhães, — Vice-Presidente —

Dr. Jorge Abdenour, — Tesoureiro —

Dr. Gelson Pereira de Oliveira, — 1.º Secretário —

Dr. Augusto Cardoso de Oliveira, — 2.º Secretário —

Dr. Carmelino Scartezzini, — Orador —

Dr. Alfredo Viegas e

Sr. José Carvalho.

Nada mais debatemos naquela noite, pois o "entusiasmo cáldo pelas ingestões" não nos permita perfeita coordenação de nossas idéias e sadias resoluções, quando não seria profanarmos o que fundáramos dentro dos mais elevados e dignos princípios da ciência.

E, já, investido, embora apenas "de facto", das funções de presidente, dei por encerrada aquela "significativa e simpática" prévia, marcando nova reunião.

Foi, então, atribuído aos colegas Carmelino Scartezzini e Francisco Perez a elaboração dos respectivos estatutos, enquanto providenciávamos a constituição de nosso quadro social. Cumpre-nos, porém, frisar que dada a finalidade eminentemente científica, embora aceitássemos de bom grado a valiosa contribuição de nossas co-irmãs, restringimo-nos exclusivamente à Odontologia-Legal, embora abrissemos exceções à admissão de consócios, ou seja admitindo (art. 21 - § 3.º) os que independentemente da condição de profissional, cooperassem ou contribuissem dentro do setor técnico ou científico ao engrandecimento, ao

alevntamento moral e social de nossa entidade e especialização.

Banimos completa e tácitamente qualquer honorabilidade a ser conferida por nós oriunda de contribuição monetária. Propuséramo-nos sob forma solene a um esforço pugnaz e hérculeo se preciso fosse, a mantermo-la dentro do espírito do art. 31 § único, estatutário, assim redigido: "indistintamente não será conferido título algum dentro das 3 (três) categorias de sócios ou sejam: fundadores, honorários e beneméritos, sem as seguintes condições precípuas: a) possuir de sua autoria trabalhos científicos, do mais alto valor, em qualquer campo, isto é, das pesquisas, das concretizações, do ineditismo e sobretudo do reconhecimento e aceitação universais; b) possuir gráu ou título que, embora de curso diferente, pudesse ou tivesse algo que se relacionasse com a nossa especialização; c) consolidação inargumentável e insuspeita nas esferas especializadas; d) desde que por atitudes, atos, atuação, inerentes às suas funções ou títulos beneficiasse moral, social e individualmente a entidade".

E' óbvio, reßsaltar, a fim de prevenir errôneas interpretações ou capciosas deduções que, em absoluto, nossa sociedade se arvorava a milionária ou de posses materiais principescas; ao contrário, todos os seus diretores, pessoas que vivem de suas próprias atividades profissionais, porém, mercê de Deus, imbuídos de um espírito sadio, de uma incorruptibilidade a tôda a prova, caráter ímpoluto e única e moral personalidade, fizemos a nossa maior riqueza na grandeza de nossa finalidade: o nosso patrimônio na consagração aureolada do mestre e professor;

nosso objetivo o engrandecimento da novel ciência, através a pávida, mas sincera e digna contribuição de nossa parte.

Seria injusto omitir o apóio decidido, incondicional e sobretudo altamente significativo da digníssima espósa do criador da ciência, que, em gestos de verdadeira abnegação, franqueou-nos sua própria residência para nossas primeiras reuniões, cumulando-nos, material e carinhosamente, das maiores e indeslembráveis gentilezas, mesmo à custa, às vêzes, dada sua messiancia condescendência, quando nos excedíamos no auge de nosso entusiasmo, a suportar pequenas altercações com seu digno espóso, prof. Luiz Silva (respeitosamente, peço excusas, mas de modo algum pretendo intervir na vida conjugal de ambos, mas devo ser imparcial e fazer justiça).

Se de um lado, por parte da consorte encontrávamos o fidalgo acolhimento, a recepção sincera e espontânea, a contribuição desinteressada e nobre, por parte dos colegas, sem exceção, e inclusive o catedrático, sempre encontrei o mais acendrado apóio, o mais elevado espírito de cooperação, de alento e de dedicação. A todos, os meus mais comovedores e imorredouros agradecimentos; sentia-me agigantado, elevado a pináculos os mais dourados sôbre sólido pedestal eu, que, dentre todos, era o menor, o epigmo. Os meus bondosos colegas alteavam-me, mas eu compreendia e ainda conservo, num pretoito de gratidão, tanta bondade, tanta generosidade e sem desdouro, sem constrangimento, coloco-os no mais alto e expressivo gráo de meu reconhecimento e de meu penhor: a todos êles, prof.

Luiz Silva, drs. Othoniel de Moraes Magalhães, Jorge Abdenour, Augusto Cardoso de Oliveira, Gelson Pereira de Oliveira, Carmelino Scartezzini, Alfredo Viegas, Francisco Perez, Caetano Scylas, Jorge Daud, Léo Libermann, Pedro Machado Netto, etc., etc., o abraço cordial, emoldurado pela lágrima incontida que me aflora nos olhos, e a comoção insopitada que me conforta o âmago do coração.

A todos vocês, nobres amigos e dignos colegas, e a vós, senhora dna. Azália Silva, a expressão de minha admiração e de minha gratidão.

Atualmente o nosso quadro social compõe-se de:

SÓCIOS FUNDADORES E DIRETORES:

Prof. Dr. Luiz Silva - Catedrático de Odontologia Legal - Presidente honorário perpétuo; — Dr.

Francisco Quaglio - Presidente; — Dr. Othoniel de Moraes Magalhães - Vice-Presidente; — Dr. Gelson Pereira de Oliveira - Secretário; — Dr. Augusto Cardoso de Oliveira - Vice-Secretário; — Dr. Jorge Abdenour - Tesoureiro; — Dr. Francisco Perez e Sr. José Carvalho.

SÓCIOS HONORÁRIOS:

Dr. A. Castro Verde, de Havana - (Cuba) — Dr. Alfredo Issa Asaly — Sr. Antônio Motta Filho — Dr. Fernando Costa — Dr. Fernando José Fernandes — Dr. Flaminio Fávero — Dr. Francisco de Assis Carvalho Franco — Dr. Gabriel Migliori — Dr. Helios Coelho — Dr. Pedro Antônio de Oliveira Sobrinho — Dr. Ricardo Daundt — Dr. Roberto Grassi — Dr. Walter Faria Pereira de Queirós.

SÓCIOS TITULARES: 485.

SÓCIOS CORRESPONDENTES: 18

NÓBREGA & CAMARGO LTDA.

ALFAIATARIA CIVIL E MILITAR

Confecções sob medida para civis, militares e colegiais

Elegância, Esmêro, presteza

ESPECIALIZADA EM FARDAMENTOS

Rua São Bento, 520.

Sobre-loja - Salas 3 e 4



Telefone: 2 - 5 5 7 3

SÃO PAULO

Vícios das testemunhas — causa de erros judiciais

...se não atendêssemos, porém, à necessidade de não nos alongar — tal a consideração que devemos aos leitores — muito teríamos que dizer, pois falar acêrca de testemunhas, sob os vários influir, não é tarefa para pouco tempo: há elementos para um tratado.

Testemunhar é afirmar atos e fatos. E fazemo-lo de dois modos: um, através das pesquisas em laboratório, examinando manchas de sangue, constatando substâncias em lugares; outro, por indivíduos, ouvindo-lhes as declarações. As primeiras, posto que científicas, por reações químicas, nada mais são que a verdade em evidência: não há sofismas e tudo é realidade. As segundas, conseguidas pelo fator homem, são susceptíveis das influências psicológicas de cada um, dos desvios da psiquê. Das testemunhas silenciosas muito diríamos, se positivadas não estivessem não só na opinião dos mestres — com suas teorias e assertivas — como também no que constatámos quando de consultas feitas a obras de Afrânio Peixoto e Sousa Lima (**Higiene**

e **Medicina Legal**, respectivamente).

E assim, passamos às falantes, tratando delas com alguns pormenores e encerrando-as nas diversas fases. Inicialmente positivamos que só nos servimos destas, quando nos carecerem os recursos daquelas. Quando nos achamos defronte a uma testemunha para dela tentarmos extrair elementos a fim de que a verdade sobrenade, urge que nos precavemos contra diversos vícios de que ela seja susceptível de inquinarse.

Do nosso modo de agir muito dependem as revelações do inquirendo. E a nossa mestria deve-se evidenciar para que a colheita seja farta de frutos viçosos e não contaminados.

Há pessoas indiferentes à suntuosidade dos apartamentos e as há também mais e menos

sugestionáveis com o meio ambiente. E disto, nada mais natural se um tabaréu se perturba, gagueja, se contradiz e titubeia, quando se lhe fazem perguntas numa sala de delegacia ou gabinete de comando, com as respectivas características. E poderá, por acaso, o pobre desambientado, dizer cousas fidedignas, ou relacionadas com o caso que o levou à inquirição? e se o vemos assim atarantado, com respostas indecisas, poderemos dar-lhe crédito às palavras? Não! Se o fizermos, incorreremos em crasso erro. E para que não abandonemos o pautar das normas da prudência; urge que não nos deduzamos em conclusão e que, novamente, em ambiente adequado, nos entreguemos a novas arguições objetivando outros resultados.

Lembrando os ditames do código de Manu, mister se torna que pesquisemos nas testemunhas os casos de interesse na causa e seus afins, pois tudo isso, certamente, lhes alterará a finalidade e a fidelidade do depoimento. E como estes, afastam-se também de depoimentos os doentes, do que se ocupa a psicologia forense. Como se aceitarem, pois, as declarações de um alienado, embora seja

uma simples paranóia que lhe altere o psíquico? embora egocêntrico, embora altruista?

A psicologia judiciária muito se tem esmerado no estudo testemunhal e até hoje não chegou a conclusões definidas, pois as testemunhas claudicam por várias razões.

As diversas pesquisas científicas, servindo-se de casos reais, concluíram que a sugestão influi nos depoentes e estes se des-cambam através das inverdades, não porque lhes impulsionem as qualidades inatas, mas sob o império da sugestão. Positivaram-na em experiências muitos mestres psiquiatras. A sugestão ilusória, perturba; é coletiva.

Outro fator é a preocupação que, às vezes, é a geratriz do erro. Se um depoimento não é revestido dos fatores percepção e memória, nenhum valor lhe poderemos dar, pois a memória compreende a conservação das impressões, a reprodução delas no pensamento e a sua localização no passado. E nem sempre a combinação desses elementos se opera de igual modo. A ação do tempo embota as impressões. O cansaço mental e mesmo qualquer doença da mente alteram a reprodução dos fatos que estão no passado. Preferamos, pois, os do mundo pre-

sente, que maior fonte de informações nos oferecem. Bem sabemos que aos fatos do passado podemos nos transportar através dos elos recordativos aliadas e concatenadas, nos dão conta do que fizemos. Mas, a este trabalho de ligações se dão as testemunhas? É motivo para dúvida.

Ao até então enumerado fizemos referência ao homem, posto achar-se nele a representação da humanidade, composta de homens e mulheres. Mas agora cabe-nos o dever de nos referir à mulher em separado, ante a opinião de que o seu depoimento está em plano inferior ao do homem. E como é sintético o nosso trabalho, em síntese trataremos da mulher depoente, embora Condillac, com grande autoridade, tenha afirmado que a síntese é o método das trevas.

Os legisladores do passado não deram o mesmo nível às declarações femininas, embora entre eles houvesse divergências, assim como os cultores da psicologia judiciária não tiveram conclusões uniformes. E houve tantas mulheres causadoras de êrros judiciários! "Não estamos com Stern, que atribui infidelidade ao depoimento feminino, assim como não aceita-

mos o que ponderam Borst, Schramm e outros, para avaliar a mulher depoente, como o fez Gross, que lhe deu igualdade, embora trilhando os caminhos a que lhe impulsionam as emotividades". Mas, agora, a nossa individual apreciação, si é que a leigos se confere o direito de a fazer. — Há condições em que a mulher altera o seu testemunho: quando sofre das influências fisiológicas.

Até aqui, prezados leitores, o testemunho apreciado no geral, sem atentarmos no que condis às diversas fases da vida. Observamo-lo agora no tocante às idades. A criança mente pelo prazer da expressão, porque no palrear está tôda a doçura dos seus anseios e que consistem em afirmar para saber alguém satisfeito; quando perspicaz, a criança vislumbra no seu locutor o desejo de ser atendido. Na criança, o agir do subconsciente é preponderante, pois, segundo Freud, êle é o armazem das coisas não satisfeitas. E como conclusão, devemos afirmar que tais testemunhos são nulos e, como tal, devem ser abandonados. E se tanto nos concedem os direitos e prerrogativas, o nosso positivar que as idades de catorze e dezesseis anos, fixadas no Có-

digo Civil e no Código do Processo Penal, respectivamente, para os menores que podem depôr, não nos demovem da idéia de que os menores, à míngua de maiores e idôneos, só se devem prestar como meros informantes. E nada mais.

E da criança, ao velho: êste, de memória abalada, senão fatigada, pelos anos em fora que lhe desfilaram pela vida, obumbrado no pendor do esquecimento, tendo doces e amargas recordações, quase sempre ofuscadas, borboleteando em tôdas as fases de um passado distante, entrega-se às meditações, evoca saudoso e lacrimajante os dias felizes de sua mocidade que já não é presente, aguça-lhe a saudade, fita os olhos no azul e vem-lhe a ilusão: perturba-se, comove-se, ri. Eis a velhice com o seu grande acervo de realizações — «*Sennectus est morbus*». E na nossa opinião: o velho não deve depôr.

* * *

Os falsos testemunhos são uma das três causas que originam os erros judiciais, essa verdadeira praga social. Sim, porque as outras duas são a parcialidade ou inépcia dos juizes, e a ignorância ou a paixão do público. Porém, mais que estas últimas, ressaltam os primeiros.

São êles os verdadeiros responsáveis por tais erros.

É muito comum saber-se pessoas equilibradas, que mesmo sem segunda intenção, afirmam fatos que existiram sinão em suas imaginações. E muito mais graves serão os erros cometidos por pessoas psicicamente anormais.

Há, por êsse mundo afora, muitos doentes mentais e maior número ainda de desequilibrados. Indício algum permite reconhecê-los. E os organismos julgadores não requisitam serviços aos psiquiatras, para aquilatar do valor dos testemunhos.

E por que não citar, entre os indivíduos de duvidoso equilíbrio mental, os loucos racionantes, que concatenam as suas observações com certa aparência de lógica mas que, nos seus raciocínios, chegam a conclusões falsas? as pessoas cujas percepções são sistemática ou transitòriamente inexatas? as vítimas de ilusões tais como a paramnésia, carinhosamente estudada por Ribot? as pessoas que vivem super-atarefadas ou em estado de surmenage, cuja característica é a confusão mental?

Indivíduos há que sofrem do delírio da interpretação, ven-

do, — por exemplo, — em certo transeunte um perigoso ladrão arrombador. E, si se der a coincidência dum roubo na cercanias do local em causa, os portadores de tal psicose correrão à policia para apontar o «inimigo público». Fácil será calcular as conseqüências de tal gesto.

Criaturas há, ainda, que padecem de mentira patológica. São os mitómanos. Mentindo conscientemente, são os mais perigosos.

Como, então, remediar essa anomalia social ?

Por meio de medidas práticas, que visem restringir os erros judiciais. Por meio duma campanha educacional criteriosa, metódica, a ser feita pelos veículos de propaganda ao alcance do homem do nosso século: imprensa, rádio, escola, cartazes. E então o público seria instruído:

— sôbre os perigos que encerram os seus testemunhos, de modo geral;

— sôbre a necessidade moral de se dizer sômente aquilo que for perfeitamente comprovado,

limitando-se rigorosamente ao que foi observado;

— a respeito de que o testemunho, na justiça, constitui uma obrigação que a sociedade e a moral impõem ao cidadão e que, muitas vêzes, constitui uma honra para quem é chamado a fazê-lo.

E outras medidas mais, de simples sugerir de qualquer cidadão, poderiam ser tomadas. Surgem de acôrdo com as circunstâncias ocasionais.

Mas, é preciso que as autoridades competentes, removendo os obstáculos criados àqueles que, como testemunhas, se viram envolvidos em fatos delituosos, criem no cidadão uma consciência do dever a cumprir em tais casos. Sem essa medida, — não há negar, — as testemunhas reais dêste ou daquele facto, continuarão a se ocultar, a se esquivar, porque sentem que há inúmeras razões para assim proceder, especialmente os de ordem material, que pesam decisivamente na balança da luta pela sobrevivência. E, como redundância, emergirá todo o acervo de malefícios que, por certo, resultarão em mais um êrro judicial.

CAFÉ ROCHA, sempre gostoso

ALMA SIMPLES

CARMEN SÍLVIA

*As minhas mãos beijaste ousadamente,
Sem me pedir e eu nem fiquei zangada,
Porque te quero alucinadamente.*

* * *

*Depois as faces e eu falei comigo:
Que mal existe quando nos amamos,
Que mal existe se é de um bom amigo!*

* * *

*Cerrando os olhos continuo vendo,
A tua bôca em minha mão colada;
As faces coram, mas não me arrependo.*

* * *

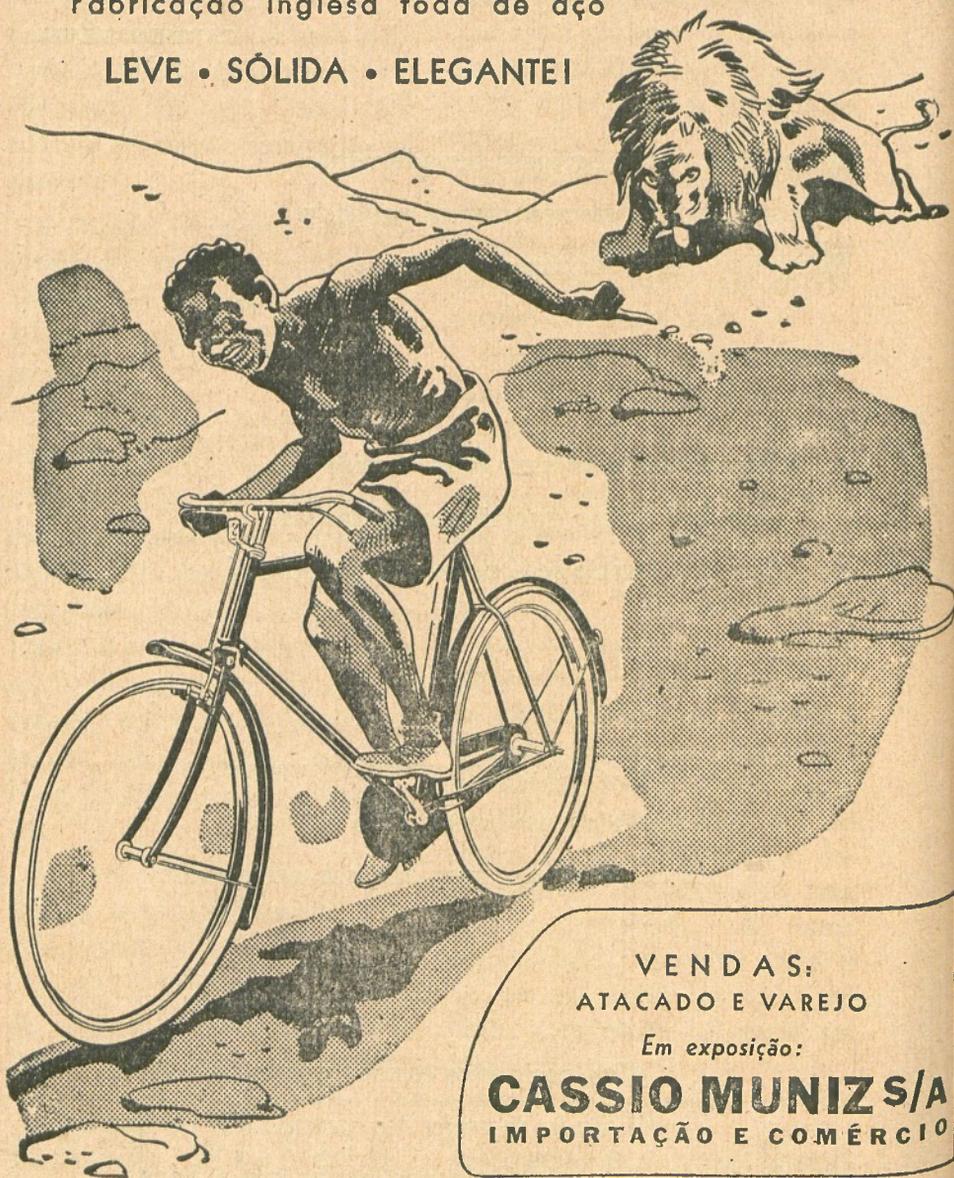
*Mas nos meus sonhos quase ficô louca,
Quando te vejo me prendendo os braços,
Fazendo fôrça pra beijar-me a bôca.*

RALEIGH

A bicicleta de renome universal

Fabricação inglesa toda de aço

LEVE • SÓLIDA • ELEGANTE!



VENDAS:
ATACADO E VAREJO

Em exposição:

CASSIO MUNIZ S/A
IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO

PRAÇA DA REPÚBLICA, 309 - SÃO PAULO

A história é esta...

O espírito militar de São Paulo, nos seus primórdios, sempre correspondeu a uma fase de depressão econômica. E a motivação de todos os seus grandes surtos de progresso sempre teve como base o interesse puramente material — o eloquente testemunho dos séculos XVII e XVIII, portanto de 1600 a 1800 e a determinação histórica, que parece comprovar, em definitivo, — uma tese que deve ser devidamente apreciada —

Com relação ao presente trabalho e para que o leitor tenha uma idéia de conjunto, sintética e gráfica, achamos interessante, para facilitar a compreensão do assunto, estabelecer os gráficos que iremos publicando gradativamente. Dessa forma poderá o leitor acompanhar facilmente a leitura deste trabalho e suas continuações e ter uma idéia de conjunto correlacionada entre a depressão econômica como causa ao espírito militar dos Paulistas nos séculos XVII e XVIII, isto é, dois ciclos econômicos — o do açúcar e o do ouro.

Não há quem não se admire do extraordinário surto de progresso de São Paulo em comparação com os demais Estados do Brasil. Em vez de um, seria para desejar que tivéssemos 20 “São Paulo”. E o que mais impressiona é que, quando contemplamos os demais Estados da Federação, somos forçados a reconhecer em todos os seus filhos iguais méritos e valores, sendo mesmo de se notar, com bastante relevo, que a própria grandeza de São Paulo foi construída pelo concurso de quase todos os seus irmãos do Brasil.

E porque essa disparidade de surto econômico e progresso? E, por que em São Paulo tudo floresce, tudo prospera, quando em outras paragens, já não ocorre o mesmo?

Dir-se-ia que é uma questão de topografia... Mas as outras regiões

também oferecem topografia idêntica e até melhor, e o fenômeno da prosperidade não se manifesta com tanto rigor...

Dir-se-ia que é uma questão de clima... Mas há regiões cujo clima é idêntico ao de São Paulo e o progresso nem sequer se compara ao progresso paulista...

O fato tem sido atribuído a muitas causas, entre as quais sobressaem o homem e o meio...

Não queremos penetrar, por enquanto, nessa seara. Preferimos voltar nossas vistas para as primeiras atividades em terras brasileiras, ou melhor, em terras paulistas, nos séculos XVII e XVIII.

Os estudos que fizemos, aliás, despretensiosamente, e com o intuito único de prescrutar, nas dobras do passado, os seus esclarecedores ensinamen-

tos, nos levaram a conclusões que, pela sua magna importância, estão a merecer a atenção dos nossos mestres e historiadores, nesse ramo difficilissimo dos nossos conhecimentos.

A história das primeiras atividades coloniais de São Paulo precisa de ser estudada com um carinho bem maior do que o tem sido feito até aqui. . .

O assunto é atraente e encantador. E, pelo inédito da sua revelação, se torna verdadeiramente interessante.

Tentamós, primeiro, uma visão panorâmica, a traços largos, para abrangermos a fase primordial da nossa história, que vai de 1600 a 1800, para depois descermos à apreciação de cada época e de cada fase.

PRIMEIRA BATALHA DO AÇÚCAR

Iniciada a colonização e o povoamento do Brasil com a fundação da Vila de São Paulo, em 1532, primeiro núcleo colonial, por Martim Afonso de Souza, verificamos o surgimento de uma promissora agricultura baseada, principalmente, na lavoura canavieira.

Poucos anos mais tarde, tendo esta lavoura sido praticada em outras Capitânicas, localizadas ao longo de nosso litoral, em latitude mais baixa, como no Nordeste, principalmente Pernambuco e Recôncavo baiano, vamos encontrar aí, nessas regiões, uma grande expansão da lavoura canavieira, determinada por condições mais favoráveis a essa atividade econômica, bem como pela proximidade dos mercados consumidores europeus.

O Nordeste, encontrando-se a uma distância bem menor, em relação, à Metrópole, portanto do mercado consumidor, do que a Capitania Vicentina, localizada ao Sul do Brasil colonial, vai,

por essa razão desfrutar de uma concorrência econômica que o eleva a um plano bem superior. Nessa circunstância, o Nordeste vai concentrar toda a atividade econômica da época na sua produção de açúcar e, como consequência, vai determinar nessa região uma condensação maior do povoamento do elemento colonizador, que para essas regiões, de preferência, afluuiu. Isso vem desamparar a Capitania de S. Vicente, que passa a encontrar dificuldades em expandir essa lavoura, visto que a faixa litorânea é muito estreita em nossa Capitania e as outras áreas agricultáveis só vamos encontrá-las no Planalto. Essas áreas estão isoladas do litoral pelos abruptos da Serra do Mar. Decorre que, das desvantagens acima apontadas, a capitania vicentina apresentava outra, de caráter marítimo, em relação à navegação, qual seja a da corrente equatorial, que, vindo do golfo das Guiné, na África, prolonga o litoral brasileiro até o cabo Frio, tornando assim mais difícil e moroso o transporte do produto. Nessa circunstância, passa a metrópole a preferir o açúcar do Nordeste, que recebia com despesas mínimas dadas as vantagens geográficas e econômicas apresentadas pela região nordestina. Dessa forma, o Nordeste, pela sua situação geográfica e posição em relação aos mercados consumidores europeus, resolveu melhor o problema da equação de produção, desamparando, assim, a capitania Vicentina, mais afastada de Portugal. O fator *transporte* vai ter uma importância econômica decisiva para a Metrópole, dada a morosidade e a capacidade fraca da carga, apresentadas pela navegação da época, fato que obriga o consumidor à procura da região que lhe é mais próxima e, no caso presente — o Nordeste.

Assim, essa dificuldade de escoar uma eventual produção agrícola, quer pela necessidade de vencer o obstáculo do relevo, quer pela outra, da distância do centro consumidor, agravada ainda pela falta de braços para a lavoura, que logo se manifesta na Capitania, vem obrigar seus povoadores a tentar escapar dessas ditas dificuldades em busca de elementos econômicos que lhes proporcionem os meios de vida.

OURO NO JARAGUÁ

Estimulados pela Metrópole descobrem os Paulistas, logo no início da

colonização, "placers" ou veios auríferos no Jaraguá, porém, a quantidade de metal precioso aí manifestado nem sequer pôde manter uma exploração mais duradoura. Cedo esses "placers" auríferos mostraram-se pobres e pouco compensador o trabalho de falcá-los. Assim, muito cedo têm os Paulistas que voltar seus olhos para o que chamavam o seu "remédio", isto é, lançaram-se ao "préamento" do ameríndio, que era reduzido por eles à escravidão, muito embora e legislação portuguesa não permitisse que se seduzissem os selvícolas à

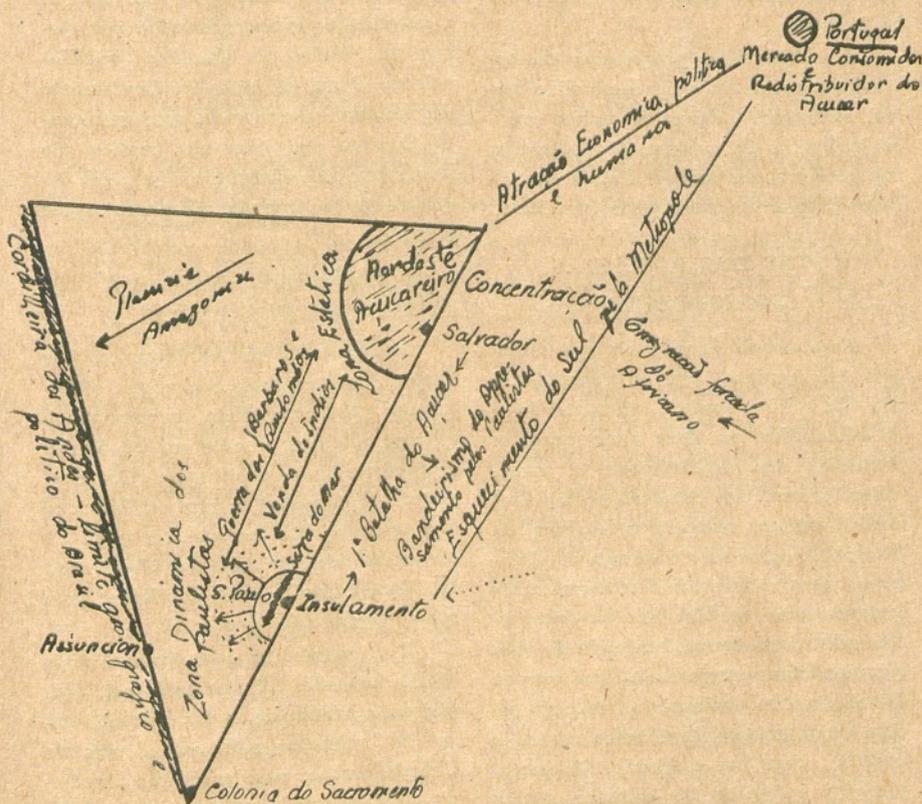


Gráfico comparativo da atividade econômico-militar dos paulistas no século XVII

- O sul é contra-peso econômico
- A atividade militar dos Paulistas no Nordeste.
- O Nordeste vence a 1.ª Batalha do Açúcar, em relação a S. Vicente.

condição de escravos, e tal condição realmente nunca tivesse existido *de jure*, e sim, *de facto*. Esses selvícolas não só supriam de braços à lavoura do Planalto; mas, principalmente, eram encaminhados para a lavoura canavieira do litoral.

Traficavam, pois, os Paulistas, preando e vendendo escravos vermelhos. Durante o século XVI e início do século XVII, ou melhor, até meados do século XVII. Esta é a maior atividade dos Paulistas. Ela produziu o fenômeno do *Bandeirismo* em sua primeira fase: a *do preamento*. Contra esse preamento, sempre se insurgiram os jesuítas.

A substituição progressiva da escravidão vermelha pela escravidão negra, resolvendo, assim, os atritos entre os jesuítas e os colonos, fez com que não encontrassem mais os Paulistas mercados para a sua mercadoria humana.

LUTAS DOS PAULISTAS NO NORDESTE

Para atender às diversas representações dos homens bons do povo, feitas aos reis de Portugal, e, encontrando-se os ameríndios, no leste e no nordeste brasileiro, em atitude hostil e ameaçadora aos núcleos coloniais portugueses dessas regiões, resolveu o governo da Metrópole aproveitar o serviço dos Paulistas, quer na repressão a esses movimentos suversivos dos índios (proporcionando, desta forma, um meio de vida aos Paulistas, empregando-os a serviço del-rei para reprimir perturbação da ordem pelos gentios, levantados contra o branco), quer na repressão, já agora, também a bandos de escravos negros fugidos, que, reunidos em zonas de refúgio, formavam os conhecidos Quilom-

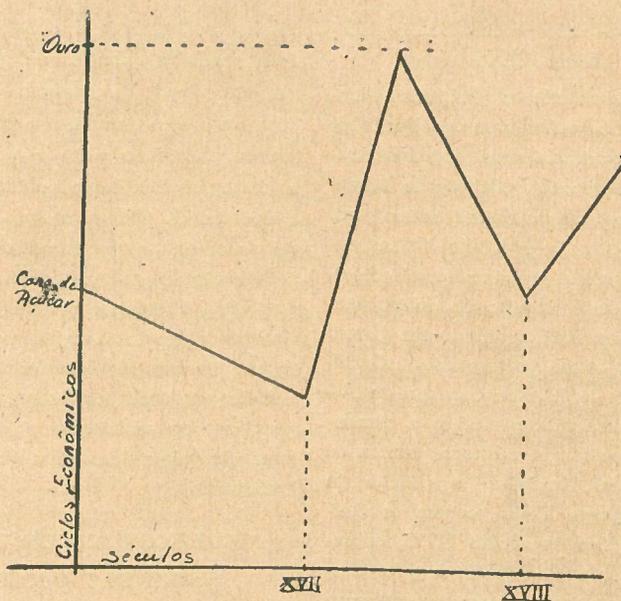
bos. Esses Quilombos se tinham tornado núcleos sociais muito grandes e muito perigosos, ameaçando fazer frente e causa comum com os selvícolas.

Há uma série de condutores de homens paulistas, entre os quais destacamos Domingos Jorge Velho, Matias Cardoso de Almeida e outros cabos de guerra, que arregimentaram tropas do planalto, formando unidades militares teoricamente iguais às organizações militares do Reino, tropas que foram constituídas, para efeito de vencimentos, visto não estarem os Paulistas habituados a viverem sob estrita dependência hierárquica tais Paulistas só reconheciam a autoridades quando exercida por elementos filiados às famílias tradicionais da Terra, as quais freqüentemente tinham foros de nobreza, sem entretanto fazerem sua liderança resultar de seus títulos nobiliárquicos e sim, de qualidade de *comando*, reconhecidos por todos.

OS COMANDANTES E A ORGANIZAÇÃO MILITAR

Nessas lutas do Nordeste, os dois chefes Paulistas, mais conhecidos e destacados pela capacidade de comando e espírito militar receberam os títulos respectivos de — o primeiro, "*Governador do Regimento*", contra os Palmares e o segundo, "*Governador da gente da conquista dos Bárbaros do Rio Grande do Norte*", títulos esses conferidos pelo rei e reconhecidos por todos.

Os comandantes e sub-comandantes eram nomeados diretamente pelo governo da Metrópole, a eles cabendo fazer as indicações dos comandantes de Companhias e seus auxiliares imediatos. Os alferes e tenentes eram indicados pelos comandantes de companhias. Essas nomeações de oficiais, capitães e



Curva de Ensaio mostrando, de um modo geral, a relação da atividade econômico-militar dos paulistas nos séculos XVII e XVIII.

No século XVII — queda da atividade açucareira do Sul e como consequência — depressão econômica..

— A atividade militar se estende no Norte com a guerra dos índios “Bárbaros” e os negros foragidos — os “Quilombos”.

No século XVIII — queda da atividade açucareira no Nordeste pelas Antilhas e como consequência — descoberta do ouro (mineração) nas Gerais — Com a queda do ouro no centro e oeste — depressão econômica.

— A atividade militar se estende no sul — Prata.

subalternos, ficavam sujeitas à sua confirmação pela Metrópole. Considera-se como exercida em comissão, frequentemente, o posto provido mas não confirmado pelo governo português.

INTERESSES PESSOAIS DOS COMANDANTES

Nêste período, século XVII, os cabos de guerra Paulistas frequentemente têm liberdade de prover êstes postos sem necessidade de confirmação do Governador-Geral ou do Reino.

Entretanto, tendo sido formadas várias unidades militares dos Paulistas contra as coligações dos ameríndios em guerra declarada aos portugueses, mui-

tas rivalidades e desinteligências, às vêzes bastante graves, costumavam surgir entre os cabos de guerra bandeirantes. Isso exigiu a organização de um comando superior único e coordenador dos esforços bélicos, para se evitar certos fracassos dessas expedições, cousa que resultava do fato de seguirem tais unidades, por vêzes, buscar a satisfação de interesses puramente pessoais. Os freqüentes e contínuos atrasos no pagamento de sôldos obrigavam, muitas vêzes, os Paulistas a interromper a campanha, afim de cuidarem de suas necessidades econômicas mais prementes.

SUCESOS DOS PAULISTAS NO NORDESTE

Após uma série de peripécias e sucessos bélicos conseguem os Paulistas alcançar totalmente seus objetivos, reduzindo à submissão um grande número de tribos, fazendo recuar outras para o Brasil Central, reduzindo ainda, outras ao cativo e exterminando totalmente um certo número de outros tantos, que se haviam levantado em guerra de extermínio aos portugueses. Assim, com a ação de Matias Cardoso de Almeida a quem fôra conferido o comando único das forças militares contra os "Barbaros no Nordeste" e com a de Domingos Jorge Velho, contra os Quilombos, no fim do século XVII, conseguem apaziguar-se aquelas regiões hostis, que por vários anos acarretaram grandes prejuizos à Metrópole e à colônia.

INÍCIO DO CICLO DO OURO

Após essas vitórias, já no fim do século XVII, se encerra esta fase da vida militar dos Paulistas nessas regiões. Logo a seguir começa o *ciclo do ouro*, no fim do século XVII, e início do XVIII, que vai proporcionar aos Paulistas uma outra fonte de riqueza e um novo gênero de vida — a *mineração do ouro*.

PROBLEMA DAS FRONTEIRAS NO SUL

Desde o início dos desenvolvimentos, a questão da partilha das terras descobertas, ou por se descobrirem, criou um sério atrito entre Portugal e Castela, e a guerra entre os dois reinos só não se tornou uma realidade com a aceitação do tratado de Tordesilhas, nas condições impostas por D. João II. Esse tratado, entretanto, criou entre os do-

mínios portugueses e castelhanos uma *fronteira-faixa, dentro da qual deveria ser fixada a fronteira-linha*, prevista por esse tratado, a qual consistia no meridiano situado a 370 léguas a oeste da ilha mais ocidental do arquipélago do Cabo Verde. Essa linha, ou melhor, essa fronteira-faixa foi criada atendendo-se, principalmente, às pequenas diferenças que resultavam da determinação das longitudes, principalmente devido aos interesses que cada um dos exploradores tinha em melhorar, ou restringir, o domínio de uma das partes das duas potências interessadas.

O ENCONTRO DE DUAS VONTADES OPOSTAS

A incerteza era tal que tanto portugueses como espanhóis localizaram seus núcleos de povoamento bem afastados do estuário do Prata, por onde mais ou menos deveria passar a fronteira-linha.

Esse dois núcleos são: Assuncion e São Vicente, aquele pertencente aos espanhóis e este aos portugueses. Entretanto, muito cedo, os espanhóis fundam Buenos Aires e os portugueses a colônia do Sacramento, ambas às margens do Prata. Mas os espanhóis, com Buenos Aires à margem direita do Prata, não se atrevem a ocupar a margem esquerda.

A ocupação da margem direita visa garantir as comunicações com o Paraguai, reconhecendo-se nisso não só uma necessidade de ordem econômica, política e militar, mas também, o fato de ser um acidente geográfico que necessariamente serviria de fronteira natural entre os domínios de Castela e Portugal.

Os portugueses, conquanto não tomassem posse efetiva da margem esquerda reclamam-na e proclamam-na sua. Enquanto Espanha e Portugal estão preocupados (um, com o Peru e o México, e, outro, com as Índias), a colonização e povoamento dessas regiões platinas se faz muito lentamente e sem atrito, a despeito de posses e domínios proclamados por ambos os Reinos. Mas quando se dá o domínio espanhol, ambos os Reinos vivendo sob o regime de união pessoal, governados pelo mesmo rei Felipe II de Espanha, que é o mesmo Felipe I de Portugal, e seus sucessores, vamos encontrar reconhecimento, pelos Felipes, ou dinastia Filipina (1580-1640), deste domínio da margem esquerda do rio da Prata, pelos portugueses.

APÓS A RESTAURAÇÃO PORTUGUESA

Mas, após a restauração vão os espanhóis tentar dominar a margem esquerda. O governo português, desde o século XVII, vinha procurando estender o povoamento para o sul de São Paulo, em direção à margem esquerda do Prata, afim de ocupá-la efetivamente. São, pois, os Paulistas encarregados da fundação de núcleos coloniais não só no Planalto, mas também no litoral dos atuais Estados de Paraná e Santa Catarina. No fim do século XVII (1680) fundam os portugueses, na margem esquerda do rio da Prata, uma fortaleza e colônia militar, a colônia do *Sacramento*. Entretanto, entre esta colônia e os núcleos coloniais mais próximos mediava uma distância que tornava impossível qualquer assistência ou socorro a essa fortaleza.

A MARCHA DECÊNTRICA

Situada em frente a Buenos Aires, ela teria que forçosamente marchar decêntricamente, isto é, aproximava-se mais da influência ispano-americana, cujo núcleo era Buenos Aires, do que do centro luso-americano, primeiro Salvador e depois Rio de Janeiro, que passa a ser a *Capital* da Colônia, em 1763, como consequência da descoberta do ouro nas Gerais e sua consequente exploração. Essa sentinela avançada do Prata do mundo português na América fôra fundada sem uma base econômica, obedecendo mais a uma ambição imperialista de D. Pedro II. Essa ambição do monarca português empreendida no sul do Brasil, querendo identificar o limite político ao geográfico, trouxe à Colônia e ao próprio governo da Metrópole um peso enorme para mantê-lo durante várias décadas, mas sempre em agitações políticas de ambas as partes. É que, do outro lado do Prata, processava-se a mesma marcha de justaposição de limites e o Prata, sendo a linha divisória de limites, iria constituir a zona de atritos, bem como com suas proximidades, que vão ganhar importância enorme com a descoberta do ouro nas Gerais. E' que para a exploração das minas, vê-se o homem obrigado a procurar regiões próprias para a criação do gado que abastecem de carne e para a criação do muar destinado ao transporte necessário aos bandeirantes mineradores.

Assim, desta forma, nasce a "*feira de burros*", em Sorocaba, onde eram os muares vendidos para serem empregados no transporte, coisa que, até então, era feita ou nas costas do índio ou por meio de canoas, pelos rios.

Portanto, a colônia do Sacramento, fundada, a princípio com um objetivo puramente imperialista e sem base econômica, vai, futuramente, ter importância econômica com a descoberta do ouro, nas Gerais, e daí a expansão dos paulistas para o sul e, paralelamente, a exploração econômica necessária — a pastoril — que procura regiões adequadas geograficamente, como as campinas do Rio Grande do Sul e as do Uruguai, principalmente.

A colônia do Sacramento, desde a sua fundação, era o "pivô" da discórdia entre portugueses e espanhóis e, futuramente, entre ispano-americanos e luso-brasileiros. Situada em frente a Buenos Aires, o domínio português só era efetivo durante os períodos de paz entre Espanha e Portugal. Mas as guerras européias, com suas repercussões na América, fizeram esta colônia passar muitas vezes para as mãos dos espanhóis e portugueses.

FUNDAÇÃO DE NÚCLEOS COLONIAIS PELOS PAULISTAS

Reconhecendo-se, portanto, a necessidade de socorrer, em caso de perigo, essa fortaleza, mais uma vez apelou-se para os Paulistas afim de que eles fundassem "núcleos coloniais", mais ao sul, verdadeiras "colônias militares", o que realmente fizeram no século XVIII.

Esta expansão colonial dos Paulistas para o Sul se explica pelo fato de se verem espoliados da propriedade e posse das minas de ouro, por eles outrora descobertas nas Gerais, espoliações essas que foram a causa da guerra dos Emboabas, agravado pelo retalhamento da Capitania de São Paulo, com a criação das capitanias de Mi-

nas Gerais (1720), Goiás e Mato Grosso (1748), bem como a subtração de sua jurisdição sobre o litoral de Santa Catarina e o extremo sul do atual Estado do Rio Grande. Este retalhamento causou os conflitos entre São Paulo e Minas Gerais, por questões de limites, avançando a Capitania de Minas Gerais sua jurisdição sobre os territórios da Capitania de São Paulo, à medida que estes iam apresentando riquezas metálicas.

Os poucos "placers" auríferos que ficaram na Capitania, rapidamente se esgotaram. Assim, a sua população, muito cedo, ou teve que emigrar em busca dos "placers" situados em Mato Grosso, Minas Gerais e Goiás, ou teve que permanecer na Capitania de São Paulo, onde os recursos eram minguados.

GOVERNOS DE OPRESSÃO

Surgem então os primeiros capitães-generais da Capitania de São Paulo, principalmente, com a figura antipática e despótica do autoritário Rodrigo Cesar de Menezes, que abate a altivez dos Paulistas. Assim, a administração desses primeiros governadores começa com Rodrigo Cesar de Menezes cujo governo vai de 1721 a 1727 e a seguir Antônio Caldeira da Silva Pimentel, que governa até 1732. O governo desses dois homens, dadas as qualidades de ambos, não trouxe melhoria alguma à Capitania, pois, enquanto o primeiro era um homem antibiliário, o segundo um peculatório. Em ambos os períodos, agitados, com desordens, em que a tropa vegeta, não recebe o soldo em tempo, e, sobretudo, as deserções para as minas, causando relaxamento e indisciplina. De 1732 a 1737 surge o governo de Antônio Luiz

de Távora, o conde de Sarzedas, fidalgo cujo governo fôra benéfico e tranqüilo. Porém, seu substituto, Gomes Freire, trouxe novamente desinteligências que, com o último governador e capitão-general da Capitania, em sua primeira fase e, com D. Luiz de Mascarenhas, mais tarde Conde de Alva e depois vice-rei da Índia, findou sendo a Capitania de São Paulo definitivamente

segregada, perdendo finalmente Mato Grosso e Goiás, principalmente pela ação maléfica de Gomes Freire. Esse governador prejudicou, sempre que pôde, aos Paulistas, cuja aversão nasceu com as questões de limites com a separação de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Essas sucessivas administrações fazem com que o melhor elemento da Capitania ou acabe por abandoná-

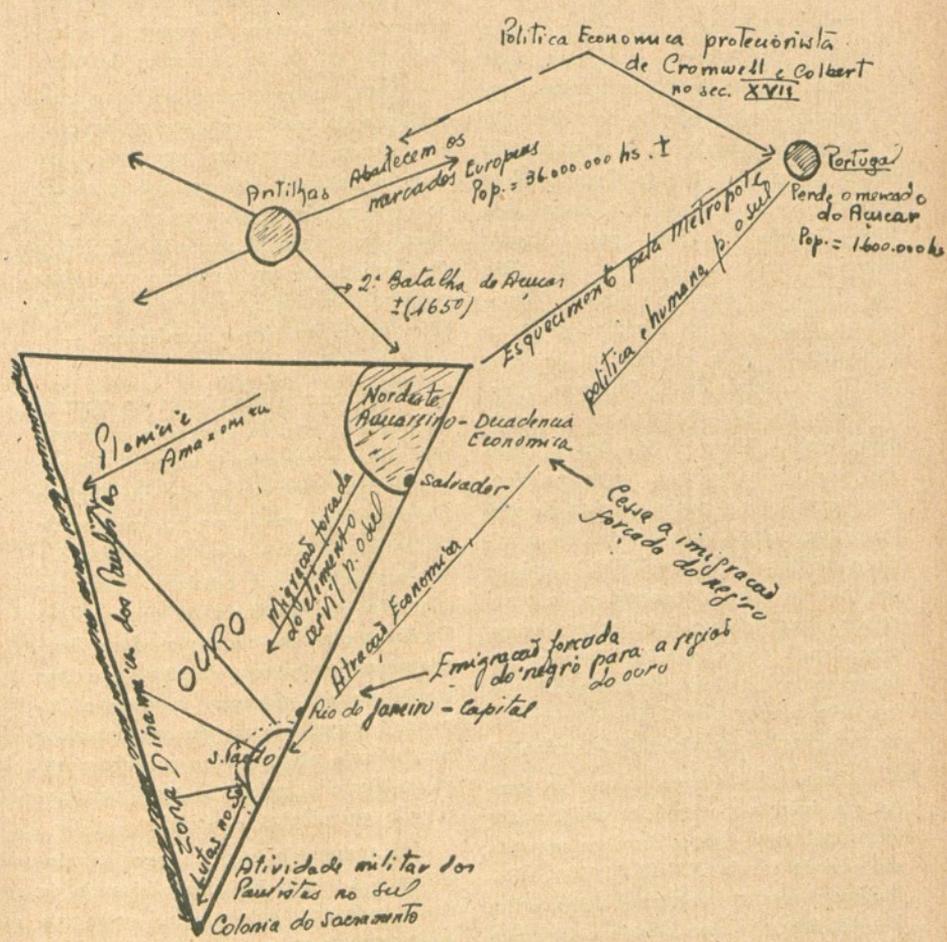


Gráfico Comparativo da Atividade econômico-militar dos paulistas no século XVIII.
 — O Norte, agora, é contra-peso econômico.

la ou seja totalmente reduzido, cedendo quebrantado e tornando-se, portanto, improdutivo.

QUINZE ANOS DE DITADURA

São Paulo, em 1751 foi totalmente privado de sua autonomia administrativa durante um espaço de 15 anos, permanecendo sob uma verdadeira ditadura do Rio de Janeiro, numa época em que o ouro se encontrava no apogeu.

Mas a Metrópole, com medo de que o "leão" Bandeirante avançasse cada vez mais e, *ipso facto*, se tornasse politicamente independente, usou de todo o seu poder despótico, decependo São Paulo, ao subtrair-lhe as Gerais, Mato Grosso, Goiás, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, para depois colocá-lo sob o governo do Rio de Janeiro, durante aquele espaço de tempo, como simples comarca administrada pelo governador de Santos: Luiz Antônio de Sá Queiroga (Carta régia de 9-V-1748), êste a partir desta data. Mas, si São Paulo, pela sua expressão natural, quer política, quer econômica, aquela em função desta, durante êsses dois séculos de atividade militar (XVII e XVIII) após o declínio do açúcar e depois o do ouro, atingiu uma enorme área territorial, compreendendo todos aqueles Estados anteriormente citados, pergunta-se: por que não reagiu e preferiu submeter-se, dessa forma, ao capricho da Metrópole?

Penso que várias foram as causas da inércia do espírito militar dos Paulistas nessa época, isto na segunda metade do século XVIII (1750). Poderíamos enumerar algumas delas, a fim de justificarmos essa inércia e fazermos justiça dentro da razão histórica, da verdadeira marcha civilizadora da época.

UNIDADE CRESCENTE

Assim, em primeiro lugar, a descoberta do ouro pelos *Paulistas*, nas Gerais e, mais tarde, em Goiás e Mato Grosso, trouxe, como consequência lógica, a dispersão dos piratininganos, quebrando assim a *unidade psicológica*, até então existente, quando isolado no Planalto, em razão da primeira batalha do açúcar entre São Vicente e o Nordeste, batalha econômica essa vencida por êste último pelas razões já expostas, isolando o sul sob todos os pontos de vista.

Êste isolamento do sul, e a consequente depressão econômica, faz criar no homem planaltino uma psicologia própria, caldeada pela sua ação e reação ao meio ambiente afim de não perecer. Nesta fase ainda há unidade psicológica do Paulista, há em formação uma *alma nacional* motivada pela solidariedade idêntica de interesses econômicos — a preta ao índio.

Mas, com a descoberta do ouro já na segunda fase da expansão, a dispersão, como consequência natural, foi tão grande que quebrou aquela *psicologia e alma nacional* em formação, em virtude do egoísmo muitas vezes demasiado dos homens pelo metal precioso. Essa exploração e a ganância da maioria dos Paulistas fizeram com que só se limitassem a êsse gênero de vida, que lhes trazia grandes riquezas, levando o homem à procura mais do seu interesse particular e abatendo-lhe o caráter, até então firme e imune de qualquer corrupção psicológica e social.

Em segundo lugar, o ouro, atraindo para a região sul grande número de lusos sedentos pelo metal, concorreu enormemente para que o modo de pensar já não fosse "só Paulista", dada a influência daquele elemento na popu-

lação da região, quabrando assim a consciência embrionária de nacionalidade do Planaltino, resultante da base econômica.

Estas duas coisas concomitantes e paralelas deram azo a que a alma nacional de independência e unificada do Paulista se corrompesse, justamente no momento em que a Metrópole usou e abusou de seu poder e força despótica para abater esse engrandecimento da gente planaltina, no período mais intenso do ouro.

A descoberta do ouro atrasou, portanto, em mais de um século, a nossa independência, política, só se processando quando as sucessivas gerações formaram seu espírito nacional, com os elementos filiados à terra durante um espaço de tempo de mais de 100 anos.

Esse despotismo da Metrópole em relação à Capitania, crescente a ponto de isolá-la por completo, seccionando-lhe as partes, foi exercido mais pelo medo que por outra causa existente.

A metrópole temia, portanto, a independência total da colônia iniciada pelo "leão" Paulista e daí esse despotismo último, com o envio dos capitães-generais e as arbitrariedades cometidas para dominar e abater o impulso da expansão paulista. Todavia, o governo português consegue seu objetivo, sugando o nosso ouro explorado por nossa gente, a fim de satisfazer os desejos e caprichos dos monarcas, para esbanjá-lo em conquistas fúteis da época e levá-lo para a Inglaterra, que consegue (com o tratado de Methuen, em 1703, celebrado entre os governos inglês e português, fazer sua grandeza política e econômica, cuja concorrência na produção industrial aos produtos franceses influíu,

provocando, como sabemos, a própria Revolução Francesa.

O ouro, entretanto, tirado das terras brasileiras vem fechar seu ciclo econômico no próprio Brasil, agora porém, em idéias trazidas da Europa e adicionadas ao movimento de Tiradentes.

DEPRESSÃO ECONÔMICA

Estamos nesta época em face de uma depressão econômica que reduzia à miséria as populações da Capitania. As guerras de sucessão da Espanha, da Austria, etc., repercutindo na América, principalmente, entre nós, na região platina, levaram os governos da Metrópole a se lembrarem dos Paulistas, procurando aproveitá-los como força militar nas guerras do Sul, já iniciadas.

O marquês de Pombal enviou para a Capitania de São Paulo D. Luiz Antônio de Souza, Morgado de Mateus, afim de alcançar esta cooperação dos Paulistas, mais ou menos alistados compulsoriamente. Instalaram-se então grande número de colônias militares no Paraná, em Santa Catarina e, por fim, vão os Paulistas colonizar o Rio Grande do Sul. Aqui, adaptando-se os descendentes dos bandeirantes às novas condições do meio geográfico, vão se converter no "gaúcho" de nossos dias.

Arregimentados, os Paulistas tomam parte nas expedições militares que vão socorrer a colônia do Sacramento, e fundam a colônia militar de Nossa Senhora do Iguatemi, nas fronteiras de Mato Grosso e Paraguai.

Com a fundação da colônia do Sacramento, à boca do Prata, em frente a Buenos Aires, centro econômico, político e militar dos espanhóis, (em 1680, por D. Manuel Lobo, governador do

Rio de Janeiro nessa época), vai transplantar para o Brasil o germem imperialista D. Pedro II, de Portugal, e mais tarde seguido pelo monarca que aqui aportou, D. João VI, sempre instigado por seus ministros, bem como pela sua mulher Carlota Joaquina, infanta de Espanha. Para manter aquela colônia distante do centro político e militar e evitar que ela marchasse mais para o lado mais próximo — a esfera hispano-americana — foi que advieram as lutas de defesa.

EMPREGO DOS PAULISTAS NO SUL

São, pois, os Paulistas encarregados, — e a pedido do governo português, — de empregar o maior esforço militar e econômico, ao mesmo tempo, para impedir a sua queda. Partem de Santos companhias já organizadas para Laguna, para depois se empenharem na defesa da colônia. Ao mesmo tempo, com a descoberta do ouro, há uma penetração econômica — a pastoril — para Laguna onde, em 1696, Domingos de Brito Peixoto, juntamente com seus filhos, para ali seguiram com grande número de escravos para fundar colônias de gado, desde o Tramandai até o Viamão.

Outros paulistas seguem o mesmo caminho, sempre em direção ao sul,

fundando estâncias de gado, como por exemplo Antônio Corrêa Brito, o povoador do sertão de Curitiba e fundador de Lages. Esses paulistas levam consigo grande número de desempregados, que acompanham os chefes para o sul, durante os séculos II e III da nossa história. Esse gado das estâncias do sul vai suprir de carne, — alimento para os que se dirigem às minas de ouro, — bem como o muar necessário ao transporte das expedições mineradoras. Enquanto se explorava o ouro que consumia a carne vinda do sul, a política toda era para manter a colônia a todo custo; mas desde o momento em que há declínio da exploração mineira, a política em relação à colônia do Sacramento é de abandono e os tratados de Madrid (de 1750) e o de Santo Ildefonso (de 1777) são testemunhos desses fatos. Com esses tratados o Brasil consegue definir seus limites em relação à região do Prata.

E aqui se encerra o ciclo do ouro, para dar lugar ao do café, a cujo final estamos assistindo.

No próximo número trataremos, com mais vagar, do desenvolvimento das Capitânicas de São Vicente e Nossa Senhora da Conceição de Itanhaem (capitania de Santo Amaro).

— — — — — APROXIMAÇÃO

Quando em 1815 Napoleão Bonaparte fugiu da ilha de Elba, um jornal de Paris foi anunciando a sua marcha através a França desta maneira:

- “O monstro corso acha-se no golfo de Jean”.
- “O canibal marcha para Grasse”.
- “O usurpador entrou em Grenoble”.
- “Bonaparte chegou a Lyon”.
- “Napoleão se aproxima de Fontainebleau”.
- “Sua majestade imperial é esperada amanhã, em sua leal Paris”.

Del teniente coronel

Victor Navarro Bravo

La función policial y su categoría científica

Accedo gustosamente a la petición que me ha formulado el distinguido Capitán de la Fuerza Pública de São Paulo señor D'Almeida Pupo que por fortuna para la Fuerza de Carabineros de Chile ha venido a nuestro país en misión de acercamiento y de estudios.

En efecto, este representante brasileño que honra a su país y a la Benemérita Organización a que pertenece, me ha solicitado este artículo que tiene relación con un acuerdo a que se arribó en Chile en el Congreso Científico interamericano, en cuyo acontecimiento trascendental se demostró ampliamente que la función policial constituía una Ciencia Aplicada, emanada de esa ciencia que se llama la Sociología General.

Tuve la honra en el año 1944 de participar en ese Congreso de hombres de ciencias representando como Oficial al Cuerpo de Carabineros de Chile.



Ten. cel. VICTOR NAVARRO BRAVO

Dos fueron los temas desarrollados en esa ocasión ante la concurrencia de representantes chilenos, argentinos, ecuatorianos, norteamericanos, venezola-

nos, entre los cuales habian médicos ingenieros, hombres legalistas como López Rey mundialmente conocido como Penalista. Asimismo estaba allí Jimenez de Azúa y gran número de profesores y sociólogos como el Dr. y ex Presidente de Ecuador Sr. Velasco Ibarra.

Repito, que los temas que tuve el placer de someter a la elevada consideración del Decimo Congreso Científico se denominaron: "Unidad de doctrina policial de post-guerra para los países hispanoamericanos" y "La función policial como ciencia del Orden".

En el primero de ellos, demostré y fué aceptada nuestra tesis en el sentido que debería existir en Sud América, principios básicos, normas y preceptos policiales comunes a todos los países de nuestro continente.

Explicué ampliamente lo que aquí en este artículo es difícil que sea contenido, dada la calidad de modesto artículo de prensa — que desde hace 400 años los organismos policiales de origen hispanoamericanos se desenvuelven casi paralelamente en forma paulatina, un tanto retardada en relación con el acelerado ritmo del pensamiento científico moderno.

Es así que se constata — salvo algunas excepciones como Brasil, Argentina y otros países, — un estagnamiento intelectual, material y económico en los servicios policiales, debido especialmente a factores de diversa índole, entre los que predomina en primer término la falta de un más elevado sentido de dignificación de la función policial y además la escasa renta de los funcionarios encargados de mantener el orden pública. Si comparamos en este sentido, tanto de la dignificación policial como de su renta, los Estados Unidos de Nor-

teamérica ha sabido colocar a algunas policías estatales en un (envidiable) pie de eficiencia y progreso. Ellos nos aventajan en el orden económico.

Sin embargo, es digno de hacer notar que la abnegación, la niteligencia, la tendencia al voluntario sacrificio son valores comunes al espíritu del policia americano del sur. Ellos constituyen en verdad una fuerza anímica que suple casi siempre a la falta de elementos materiales y especialmente económicos y naturalmente son el producto del espíritu lusitano y español que en el descubrimiento y conquista de nuestro continente nos legaron el esfuerzo, el sufrimiento ante las dificultades y el idealismo hispano. Porque en general el buen policia, sea este civil o policia militar, es en el fondo idealista con una gran dosis de altruismo social.

Es necesario advertir que si algunas virtudes como las ya enunciadas son comunes a la Policía de América del Sur, también existen graves defectos que nos son comunes, ellos son: esa gran dificultad para abandonar ese conservantismo del pasado, para ponerlo a tono con las realidades del presente, que bien podríamos llamarlo "el amor a la rutina", que se revela por esa falta de espíritu de renovación de la doctrina y de la técnica, en tal forma, que a veces inusualmente el hombre anti-social o mas bien el delincuente, tiene más recursos intelectuales y materiales que el policia, que naturalmente es burlado burlando asimismo a la sociedad en que vive.

Es por eso, que es necesario abandonar 400 años de rutina, que como antítesis hegeliana se oponga a la tesis de un moderno racionalismo técnico policial, obteniendo esa síntesis tan desea-

da y aspirada por todos: un servicio mejor de policía para los países de América del Sur.

Explicada esta primera fase del problema, en forma somera y apresurada, ya que nuestro solicitante, el Capitán Sr. Pupo D'Almeyda, como le llamamos los chilenos, está a pocos momentos de despedirse de nuestro Director General don Reynaldo Espinoza Castro para regresar a su país tan lejano y tan recordado por los Carabineros, cuerpo muy similar al de Uds y que ojalá se universalizara para bien de las naciones, ya que sus principios, su espíritu cívico, militar y administrativo es muy parecido.

Siguiendo, pues el tema cuyo enunciado era "Unidad de Doctrina policial de post guerra para los países de América", se llegó a conclusiones que en síntesis fueron las siguientes:

1.º establecimientos de un sistema pedagógico policial único;

2.º obligatoriedad de los idiomas inglés, español y portugués para los alumnos de las Escuelas Policiales;

3.º propiciar la creación de la Cátedra de Ciencia Policial y llamar a esta ciencia, **POLICIOLOGÍA**.

4.º similitud orgánica y disciplinaria de los Cuerpos Policiales;

5.º implantación de Sistema de Bienestar social. (Este ya se obtuvo desde hace tres años en Carabineros, creándose un Departamento de Bienestar Social);

6.º similitud de las jornadas de labor, e implantación de sueldos llamados vitales;

7.º dictación de un Código de Policía, en que se establezca el fuero policial, a fin de que los policías sean juz-

gados por tribunales especiales y en caso de hechos perseguibles no vayan a las cárceles en conjunto con los reos comunes).

Esto se implentó en Chile.

8.º medidas de dignificación profesional;

9.º intercambio de Agregados Policiales a las Embajadas;

10.º organización de Oficinas Internacionales de Policía con intercambio en todos los países;

11.º creación de un Himno Policial Americano;

12.º nivelación de los elementos de comunicaciones, movilización y aviación policial para los países del Continente.

LA POLICIA ES CIENCIA?

Esto es lo que en el referido Congreso Científico se demostró en Chile después de un largo planteamiento con fuertes antagonismos y prejuicios que fueron paulatinamente refutados en esa memorable asamblea de científicos.

Naturalmente que antes que nada hubo necesidad de establecer el significado de la expresión ciencia: para esto el suscrito tuvo que referirse a los conceptos de Kant, Taft, Huxley, Thomson, Pearson, Einstein, etc.

Kant define la ciencia en general como doctrina que forma un sistema, es decir: **TODO CONJUNTO DE CONOCIMIENTOS ORDENADOS SEGUN PRINCIPIOS**.

Spencer dice al respecto: el conocimiento vulgar (rutina) es el conocimiento no unificado; el conocimiento científico (doctrina) es el conocimiento parcialmente unificado y finalmente el conocimiento filosófico (policiología po-

licial) es el totalmente unificado. Esto es comparable a nuestras actividades.

Taft, dice que ciencia es "una visión de sentido comun del mundo en que habitamos".

Huxley dice: la ciencia no es otra cosa que sentido comun organizado y comprobado".

Thomson hace términos similares en "introducción a la ciencia" y Pearson en su "Gramatica de la Ciencia" explica latamente el moderno y simple significado de los que es una ciencia, etc. etc.

El concepto de estos autores, sin contar las referencias que hube de hacer sobre Augusto Comte, "Curso de Filosofia Positiva" Bertrand Russell "El-Panorama Cientifico" John Dewey en "La Ciencia de la Educación" etc. etc. demostraron que la acción y la función policial tenia la categoría ciencia moderna y en su ubicacion entre las demas ciencias debería llamarse POLICIOLOGIA, ciencia auxiliada por la Moral, la Pedagogía el Derecho, la Estadística, etc.

Se demostró que la Policiología o Ciencia Policial era una ciencia nueva que nacia esplendente de la Sociología o ciencias de los costumbres, que ella tiene sistemas e metodos deductivos, in-

ductivos analogicos, igual que las demas ciencias; que como rama de la sociología e hija de ella nos señala la doctrina para mantener el orden y el bienestar colectivo y en sus finalidades más amplias es la Policiología Internacional la que mantiene hoy, mediante metodos internacionales, el Orden Internacional para el bienestar de la Humanidad, mediante las Naciones Unidas (N. U.).

No siendo posible alargar más este articulo, porque pierde su finalidad, quisiera al agradecer la benevolencia del capitán y buen amigo de Chile, Sr. Pupo de Almeyda, lanzar la idea que esa gloriosa Fuerza Pública de São Paulo tomara la iniciativa de propiciar en ese Estado grandioso del Brasil, un Congreso Policial invitando a todos los organismos estatales del Brasil y talvez a los demás países hermanos, para arribar a conclusiones científicas dignas y trascendentales, como las acordadas con el beneplácito y aprobación unánime de los hombres que concurrieron al X Congreso Cientifico de Santiago de Chile.

El brillante oficial de la Fuerza Pública de São Paulo, lleva consigo el afecto y la admiración de todos los Carabineros de Chile hacia esa gran Nacion Hermana.

O tenente coronel Francisco Alves do Nascimento Pinto, coronel honorário do Exército e a quem, após ser reformado na Fôrça Pública, foram concedidas pelo govêrno Federal as honras de general de brigada, era veterano da Guerra do Paraguai e possuia as seguintes condecorações:

- Cavalheiro da Ordem de Cristo
- Cavalheiro da Ordem da Rosa
- Medalha da Guerra do Paraguai (5 anos)
- Medalha da Argentina
- Medalha do Uruguai
- Comendador da Ordem do Cruzeiro.

GRAFOLOGIA

JOSÉ VENOSA

Professor de Grafologia do Curso de
Assistente Técnico de Psicologia Social

A Grafologia é ainda pouco difundida e mal interpretada entre nós e, não obstante haver aumentado o número de adeptos e cultores, não conta com obras originais em vernáculo, enquanto que outros países adiantados possuem vasta bibliografia, numerosos centros de cultura, bem como grandes mestres.

O estudo da Grafologia deve interessar a todos e, especialmente, aos chefes de escritório, chefes de pessoal, diretores de empresas industriais e comerciais, aos médicos, na parte patológica, e aos advogados, no que tange à criminologia.

A Grafologia é uma ciência exata e positiva e tem por base a interpretação e o conhecimento humano, através da letra manuscrita, pois, como é sabido, os nossos pensamentos, sentimentos, vontades, paixões e a nossa capacidade intelectual, se traduzem, se apresentam e se expressam através da nossa letra.

A escrita é o *gesto gráfico* fixado no papel, materializado, de nossos pensamentos e não há nada de oculto ou hermético, porque a Grafologia não adivinha o futuro, como não pretende adivinhar o organismo humano, a medicina que, analisando o corpo do homem, quer ver somente o que há nele.

A Grafologia, não pretendendo adivinhar o futuro, não pretende tampouco fazer prognósticos, não resolve questões sentimentais ou comerciais,

sendo a base da Grafologia, o estudo objetivo da grafia. Querer atribuir poderes mirabolantes, adivinhatórios, à Grafologia, é querê-la comparar à cartola do mágico.

A Grafologia não é uma ciência oculta e nada tem de misterioso ou hermético, não adivinha o futuro e não o prevê; porém, pode deduzir-se, por meio da grafia, qual, seja o destino da pessoa, pelo seu temperamento e pelo seu caráter, pois como todos nós vivemos com o nosso próprio caráter, é claro que o nosso destino será traçado pela nossa índole característica.

Sendo a grafia a fotografia da alma do indivíduo, isto é a fotografia psíquica, o estudo grafológico poderá servir como um aviso.

Há, entre o cérebro que pensa e a mão, uma ligação direta, espontânea, rapidíssima, que transmite à mão que escreve e materializa no papel o que o cérebro pensa. E a letra manuscrita revela os pensamentos, as paixões, emoções, preocupações e intenções e sempre o que se procura no momento.

Poderá haver algo de mais sensível do que a mão que escreve ao correr do pensamento?

E' por isso que, na letra, o indivíduo condensa e concentra o que lhe vai na alma, o que traz no coração. A escrita, sendo o gesto gráfico fixado no papel, refletindo e reproduzindo

as manifestações do caráter, a Grafologia o estuda e revela com clareza e exatidão.

A Grafologia tem, portanto, base sólida, segura, concreta e científica, porque o seu estudo se baseia em sinais escritos, fixos.

Os sinais têm relação direta com o estado psíquico, com as idéias e impressões do indivíduo e, assim, como emitimos sons e fazemos gestos que já se podem fixar no disco e no filme, a escrita, fixa-se no papel, grava e grava os nossos pensamentos, o temperamento e o caráter.

Tudo quanto, internamente, nos causa emoção de ordem psíquica, dá motivo a movimento exterior, muscular, ou nervoso e todos os nossos pensamentos se manifestam, por isso que, as escritas diferem entre si, porque distinguem, diferenciam, caracterizam as pessoas entre si e, muitas vezes, as diferentes emoções da mesma pessoa.

A Grafologia equivale à psicologia, porque si esta estuda o indivíduo sob suas formas especiais, aquela o analisa e estuda através da escrita.

O gesto gráfico aprecia e estuda tôdas as atividades do cérebro humano, em suas manifestações; os movimentos da escrita estão intimamente ligados e relacionados às ordens emanadas do cérebro.

O movimento ou ato de escrever, com a prática, torna-se natural, habitual, e sendo uma manifestação espontânea da vontade, os sentidos estão íntima e intuitivamente ligados em expressão ou em movimento.

Na assinatura o indivíduo condensa e concentra tôda a sua personalidade, tôda a expressão do seu ego, e o desenrolar da escrita está relacionado e na mais perfeita harmonia e intimidade com a sua personalidade, com as condições individuais, com o seu temperamento, com os nervos e com os músculos.

Em todos os sinais da escrita, em todos os gestos gráficos, aparecem sempre, com clareza e evidência, as expressões que são habituais, normais, espontâneas e mesmo automáticas.

A técnica grafológica, baseando-se em indagações científicas, tornou-se bastante clara e de resultados salientes, no estudo do caráter, além de avaliar com exatidão a capacidade intelectual de uma pessoa, seu modo de proceder e de pensar; indica as paixões, os vícios, os sentimentos, a vontade e o poder.

Representando, pois, a escrita individual, a força vital e a realização da própria vida, marca e define as faculdades inatas e adquiridas pela influência do ambiente, pelo estudo e pela prática e apresenta os traços do destino.

IN MEMORIAM ...

Datando da primeira grande guerra, há a inscrição seguinte sobre o tumulo de uma mula do exército: "Em memória de Maggie, que durante a vida escolheu dois coroneis, quatro majores, dez capitães, vinte e quatro tenentes, 42 sargentos, 432 de outras patentes, e, por fim, uma bomba de retardamento".

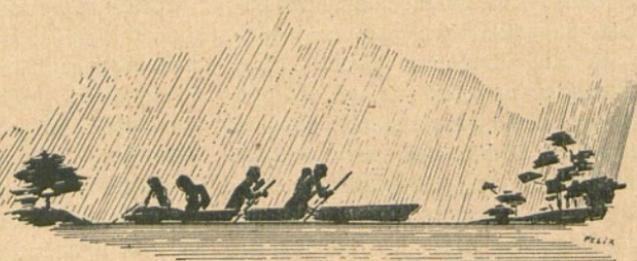
PASCOAL

Cap. CLÁUDIO DAS NEVES
da P. M. de Goiás

Pascoal, há cerca de quinze anos vivia ali em Sta. Leopoldina, indifferente a tudo, vivendo a vida como sempre desejára vivê-la: à vontade. Ali se radicára com a família com-

posta de mulher e três filhos pequenos, além de um único irmão, — Antônio — que mais tarde fôra viver em Aldeia Maria, um arranchamento "Carajá", nove léguas distante de Leopoldina, Araguáia abaixo.

Meu pai conhecia Pascoal de longa data. Foram amigos na mocidade na saudosa Goiás e cultivavam ainda essa antiga amizade que só os velhos sabem manter. Todos os setembros íamos ao Araguáia, e Pascoal, nosso companheiro efetivo, era infalivelmente aliado incondicional para os passeios no rio, caçadas nas matas e pescarias nos misteriosos lagos. Pascoal se gabava em afirmar que conhecia a todos êles como a palma de sua mão. De fato, o Araguáia misterioso, com a sua infinidade de ilhas e ilhotas, centenas de lagos e espessas florestas, em um ráio de 40 léguas não tinha mistério para êle, o maior caçador e o melhor pescador do rio. Naquela



época, contava 52 anos, e ninguém lhe daria mais de 40 e valia por dois rapazes de 20. Ninguém o aguentava ao remo, corria e saltava com a agilidade de um cabrito, era exímio nadador e não escolhia hora ou tempo para se pôr ao largo, ou se embrenhar na mata. Solícito e humanitário jámais negava seus préstimos a quem dêles recorria, sendo por isso grandemente conhecido e estimado em tôda a redondeza, inclusive pelos carajás e javaés, cuja língua falava com perfeição. (Carajás e Javaés falam a mesma língua).

* * *

Entardecia, e ali, sentados no enorme batelão, no pôrto de Leopoldina, a conversar, nos encontrávamos eu, Pascoal e meu pai. Havíamos jantado succulente tacunaré, e agora, divagando, planejávamos uma caçada de porcos em uma roça próxima, para a manhã seguinte. Falávamos, mas todos nós não po-

díamos fugir à magia irresistível do rio naquele instante. O Araguáia, normalmente, é formidável, porém, ao entardecer, é majestoso, é incomensurável! Aquela enorme massa d'água, em sua serenidade impressionante, em seu silêncio profundo, em sua calma perturbadora, faz tremer o mais insensível, humano e ao maior ateu dá a idéia de um Deus grandioso! Falávamos automaticamente, magnetizados pela imponência do rio. Pouco a pouco nossa conversa transformou-se em diálogo espaçado, dêste para um monólogo de Pascoal, e, finalmente, para o mais completo silêncio. Olhávamos unicamente a placidez da água clara do rio. Naquela hora, os próprios irracionais como que cultuam o Creador, fazendo cantochão à Ave-Maria. Unicamente, de quando em vez, uma arara profana soltava um grito estridente no espaço, para depois, como que arrependida, cair no mais completo mutismo...

* * *

As sombras começavam a invadir a terra, e as formas do rio já se tornavam confusas. Com dificuldade localizávamos os pontos longínquos do rio. Sumira-se a ilhota distante, pouso de centenas de coelhos, irerês e marrecas; a ponta de pedra e a margem oposta, de há muito se confundiram na da noite próxima. Divagávamos a vista indiferentemente, com exceção de Pascoal, que olhava fixamente, rio abaixo, como que querendo furar com os seus olhos o escuro do anoitecer. Daí a momentos, sentenciou: "Vem vindo uma canôa rio acima". Efectivamente, instantes depois, ouvimos o bater rítmico de um remo n'água. "É um carajá e vem de

muito longe", completou Pascoal. Já agora divisávamos uma pequena ubá, na qual vinham dois carajás, um ao remo. Estavam exaustos. O que descansava dirigiu-se direta e lacônicamente a Pascoal, em carajá. A pálida luz das estrelas, notamos um estremecimento em Pascoal, e a seguir, cobrir-se o seu rosto de uma máscara inconfundível: a da dor! Virou-se e disse-nos: "meu irmão morreu na aldeia". E depois de uma pausa: "Vou buscá-lo, para o enterrar em lugar cristão". Iremos com você, foi a única resposta de meu pai.

Fomos a casa, apanhámos nossas armas, lâmpadas elétricas, etc. Pascoal apanhou apenas o seu afiado "Colins" de 30 polegadas de lâmina. Em dez minutos estávamos descendo o rio na pesada canôa de Pascoal, rumo à Aldeia Maria, nove boas léguas rio abaixo. Pascoal remava vigorosamente, numa ânsia enorme de chegar. Revezamos aos remos duas ou três vezes e eram precisamente onze e meia da noite quando divisámos ao longe a grande fogueira do acampamento Carajá. Em poucos minutos saltamos em terra, indo encontrar mais de cem carajás velando carinhosamente o corpo de Antônio, o irmão de Pascoal. A nossa chegada, externaram a sua tristeza a Pascoal em repetidas exclamações e grandes gemidos de pesar. Presente se achava Ataú, grande chefe carajá que viera de longa distância, para velar o corpo do defunto. Pascoal, em poucas palavras, explicou aos presentes o seu desejo de voltar imediatamente, afim de aproveitar a noite para a viagem. A vista do nosso cansaço, Ataú ordenou a três remadores que embarcas-

sem conosco, afim de nos auxiliar, o que aceitamos agradecidos. Colocamos o corpo de Antônio à popa da canoa, de comprido, voltado para cima, como se numa atitude indifferente e boêmia, olhasse as estrêlas que àquella hora salpicavam o céu. Pascoal acomodou-se aos pés do irmão, meu pai ficou ao leme, eu e os três carajás nos dispusemos dois a dois ao longo da canoa, empunhando nossos remos. E assim partimos sem mais delongas, pois era grande a distância a percorrer, além de ser rio acima. Felizmente, a nossa disposição era boa, e grande a habilidade dos remadores carajás. Bordejávamos o rio, evitando o quanto podíamos a corrente. A canôa, bem pesada, cortava a água com dificuldade, ameaçando, por vêzes, nivelar as suas bordas com a superficie do rio.

A mão do morto, de quando em vez, roçava a superficie do rio, momentos em que Pascoal recolocava-a carinhosamente em seu primitivo lugar. Havíamos viajado aproximadamente três léguas, quando, ao passarmos pela confluência do ribeirão dos Patos, um grupo de jacarés curiosamente se acercou da canôa, como se fossem fiscais do ponto. Para nós, aquele era um fato trivial, de modo que não demos maiores atenções aos fiscais, pois lhes conhecíamos os costumes. O bando seguiu a canoa por uns cem metros, ora nadando à superficie, ora em rápidos mergulhos. A luz das estrêlas, contei uma vintena dêles. Aos poucos, porém, foram se debandando, continuando apenas três, dos mais vigorosos a nos seguir. Ora em mergulhos, ora nadando, foram se aproximando cada vez mais

familiarmente da embarcação. Quase que podíamos espancá-los com os nossos remos. Mergulhavam, reappareciam alguns metros à frente, esperavam a passagem da canoa fitavam-nos com os seus enormes olhos frios, mergulhando em seguida. Pascoal, conhecendo-lhes os costumes, desembainhou prudentemente o seu afiado facão, ficando de atalaia, tendo sempre localizados os possíveis pontos onde reapareceriam. Ao passarmos por um dos mais recalcitrantes, êste mergulhou, desaparecendo por longo tempo, e enquanto procurávamos localizá-lo à frente, veio traiçoeiramente por detrás, abeirando-se sùtilmente da canoa, e quando um dos carajás, num grito mixto de terror e surpresa quis advertir Pascoal do perigo, já o monstro em um golpe frio e calculado, abocanhara o morto pelo braço, e, debalde os esforços de Pascoal para arrebatá-lo a prêsa em uma luta de segundos, o monstro levou a melhor, arrastando o morto para o seio das águas. Nem bem as águas haviam se fechado, abrigando em seu seio o morto e a fera e já Pascoal, facão em punho, saltava-lhes no encalço, em disputa à presa querida. Por segundos, dolorosamente, esperamos o reaparecimento de nosso amigo que, graças a Deus, reapareceu metros abaixo, nadando de lado, trazendo o corpo dilacerado de seu irmão, recolocando-o novamente em seu primitivo lugar. Quando lhe perguntámos se estava ferido, respondeu-nos unicamente: "perdi meu facão, voltaremos amanhã, porque agora está escuro para procurá-lo." Ao amanhecer chegamos a Leopoldina, onde Pascoal sepultou criticamente o corpo de seu irmão.

Coisas da Fôrça Pública

Cel. José A. Torres

O OFICIALATO

O indivíduo que se alista na Fôrça Pública do Estado poderá aspirar os mais altos postos da hierarquia.

Não se procura saber de sua origem de sua raça, de sua crença religiosa. Uma única qualidade se lhe exige: ser brasileiro.

Satisfeita essa qualidade e preenchidas as formalidades regulamentares, está êle habilitado a aspirar todos os postos da carreira, desde que tenha ambição, fôrça de vontade, perseverança e, sobretudo, seja leal e disciplinado. Ao indivíduo nessas condições a Fôrça Pública propicia tudo: ambiente sadio, boas escolas, bons mestres e o exemplo dos que se destacaram em suas fileiras, pelo seu saber, pela sua bravura, pela sua dedicação à causa pública.

Nem sempre, porém, foi assim. Criada a corporação policial do Estado, no início de sua existência não era dado galgar aos que nela se alistavam, ao menos, os mais baixos postos de oficial. O comandante do Corpo de Municipais Permanentes era escolhido dentre os oficiais superiores de qualquer das quatro classes do Exército, ou de 2.^a linha, ou capitão com a graduação de major. Os comandantes de companhia e ajudantes eram escolhidos também entre oficiais das quatro classes do Exército, da 2.^a linha ou dentre os

oficiais honorários e da Guarda Nacional, os quais seriam requisitados pelo Presidente da Província. (Lei n.º 236, artigo 19, de 27 de fevereiro de 1844).

Só muito mais tarde conquistaram os elementos da Fôrça Pública o direito natural e justo de galgarem os postos de oficial. Êsse direito, entretanto, foi adquirido penosamente, a partir do posto de alferes, e só nos primeiros anos da República pôde a Fôrça Pública ver como seu comandante um oficial saído de suas próprias fileiras — o coronel Guilherme José do Nascimento.

A primeira oportunidade dada aos nossos elementos de atingirem o oficialato foi quando, em 1852, o art. 1.º, § 4.º, da Lei n.º 432, de 7 de junho, estabeleceu que poderiam ser nomeados para os lugares de quartel-mestre, secretário e 3.ºs cmts. de cia. (alferes), os oficiais inferiores do Corpo de Permanentes que se tivessem distinguido por seu bom comportamento e serviços. Justa recompensa a servidores humildes que viam estiolarem-se suas aspirações, vegetando pelas situações inferiores da carreira.

No ano seguinte novo passo foi dado, e novos horizontes se abriram aos nossos oficiais. Foi autorizada a promoção dos 3.ºs cmts. (alferes) a 2.ºs cmts. (tenentes), e dos 2.ºs, a 1.ºs cmts. de companhia (capitães), (Lei

n.º 452 de 16 de abril de 1853). Ficou também regulado que o sargento só poderia ser promovido a alferes depois de 2 anos de serviço no corpo, tempo êsse elevado posteriormente a 3 anos.

Assim, a carreira militar de oficial da Fôrça atingia o posto de capitão comandante de cia., ficando reservado aos oficiais do Exército, conforme o artigo 4.º da Lei n.º 236, de 27 de fevereiro de 1844, os lugares de comandante do corpo, de ajudante e, em seguida, o de mandante ou fiscal.

Perdurou essa situação por alguns anos mais, e após o término da Guerra do Paraguai e extinção do Corpo Policial Provisório, que substituiu durante a mesma guerra o Corpo de Municipais Permanentes, novas normas foram estabelecidas para o preenchimento das vagas de oficiais.

Havia, de um lado, os oficiais do Corpo extinto, e do outro os que regressavam da guerra, assim como os honorários do Exército, muitos dêles aproveitáveis.

Ficou resolvido, então, que os oficiais do Corpo Permanente que se achavam de volta da campanha, seriam conservados enquanto bem servissem e os que ainda não tivessem voltado seriam inteiramente substituídos (Lei n.º 11, de 22-2-1868). Poderiam ser nomeados oficiais honorários do Exército.

Em 1881, nova conquista. Os nossos oficiais poderiam concorrer a mais um posto: — o de major fiscal. Só o cmt. do corpo seria oficial do Exército.

Pelo regulamento de 7 de novembro de 1887 — o mais perfeito de quantos obteve a Fôrça Pública no regimen monárquico — foram novamente regulamentadas as nomeações de oficiais.

O comandante seria, de preferência, oficial do Exército, o que não excluía a possibilidade de ser nomeado um oficial do próprio corpo. O fiscal, os comandantes de companhias e os outros oficiais, seriam nomeados de acôrdo com as graduações marcadas em lei. Seriam também aproveitados os oficiais que tivessem sido dispensados em virtude de extinção do posto. O posto de alferes seria preenchido por oficiais inferiores, atendendo-se aos princípios de antiguidade, habilitação, serviços e bõa conduta, sendo preferidos, em igualdade de condições, os que tivessem serviço de campanha. Era exigido, também, que o candidato tivesse seis meses de sargenteação.

A possibilidade do oficial da Fôrça Pública galgar todos os postos da hierarquia até o de comandante, foi homologada pelo art. 9.º da Lei n.º 27, de 10 de abril de 1888, quando estabeleceu que para comandante seria nomeado, de preferência, oficial do Exército, efetivo ou reformado, possuidor do curso de uma das armas em qualquer das escolas militares do País.

Tal possibilidade, entretanto, foi de pouca duração e dela não se aproveitou nenhum de nossos oficiais. A Lei 102, de 9 de abril de 1889 determinou: "Para comandante do Corpo Policial Permanente só poderá servir oficial do Exército, efetivo ou reformado".

Estava assim, novamente, trunca a carreira do oficial da corporação, que poderia chegar sòmente até major.

Veio a República, e um dos primeiros atos do Govêrno do Estado foi a substituição do comandante da Corporação Policial. Recaiu a escolha no tenente coronel Guilherme José do Nascimento, nomeado interinamente em 13

de dezembro de 1889, até 3 de abril de 1890. Posteriormente, foi nomeado cel. comandante em 24 de abril de 1891, exercendo o comando até ser reformado em 24 de novembro do mesmo ano. Isto depois de revogada a disposição legal de só o oficial do Exército poder servir para as funções de Cmt. Geral.

Estava derrubada a barreira que impedia o acesso do nosso soldado ao mais alto posto da carreira. Novos regulamentos foram baixados. Novas normas estabelecidas. Novas formalidades exigidas. O que é certo é que desde então nada mais impediu que o mais modesto soldado da Fôrça Pública viesse a ser o Comandante Geral, o juiz e o presidente do seu Tribunal de Justiça Militar.

ESTABILIDADE DO OFICIAL

Tratamos acima, das dificuldades encontradas pelo miliciano estadual para atingir o oficialato, direito conquistado através de muitas dezenas de anos de lutas e sacrifícios.

Seria o posto de oficial da Fôrça Pública tão vantajoso a ponto de se opor tantas dificuldades à sua conquista? Estaria o seu ocupante cercado de tais garantias, e gozaria de tantos privilégios que só os privilegiados poderiam ocupá-lo?

Parece-nos que não. Garantias não havia até bem pouco tempo, e os vencimentos não eram tão polpudos que compensassem a falta de estabilidade.

Alguma garantia só foi obtida já nos primeiros dias da República, porque, antes, as leis e regulamentos eram claros: permaneceriam os oficiais enquanto bem servissem, ou seriam nomeados e dispensados livremente pelo Governor, o que vale dizer, estariam sem-

pre sujeitos às reviravoltas da política ou aos caprichos dos poderosos do momento.

Era então bem pouco atraente a carreira militar na Milícia Estadual. Mesmo assim muitos abenegados a ela se dedicaram, e grandes serviços prestaram ao Estado e à Nação quer na paz como na guerra, ou ainda em outros setores, porque, sempre que se cogitava de qualquer iniciativa ou inovação, as vistas se voltaram invariavelmente para a Corporação Policial, mais a mão, e ela nunca negou o que se lhe pedia.

Em tôdas as leis e regulamentos consta, de modo a não trazer dúvidas: — “Os oficiais são de livre nomeação e demissão do Governor”. O regulamento de 1887, em seu antigo artigo 12, esclarece ainda mais o caso, estabelecendo: — “O presidente da Província poderá demitir o comandante, fiscal, cirurgião, e outros oficiais do corpo policial permanente, quando entender que assim o exige o bem do serviço público”.

E assim permaneceu a situação de instabilidade do nosso oficial até que a Lei n.º 97-A, de 21 de setembro de 1892, trouxe alguma cousa restringindo os motivos para a perda do posto. Ficou estabelecido que os oficiais efetivos da Fôrça Policial que tivessem mais de 5 anos de serviço, só perderiam os seus postos por sentença condenatória a mais de um ano, ou por mau comportamento habitual, provado em conselho de disciplina.

Era um dispositivo humano e dava, de certa maneira, alguma garantia, embora depois de 5 anos de serviço. Foi entretanto, de curta duração, por isso que o artigo 70, da Lei n.º 491, de 29

de dezembro de 1896, revogou-a. No ano seguinte o decreto n.º 437, de 20 de março de 1897, (Reg. da F.P.), restabeleceu tal dispositivo que, entretanto, só foi confirmado pela Lei n.º 916-B, de 2 de agosto de 1904.

Essa estabilidade foi, anteriormente, burlada pela instituição da providência denominada "À margem", de que trataremos abaixo, e também pela irresponsabilidade de uma ou outra autoridade civil, que não hesitava em forjar nos processos de que era encarregada, provas ao sabor das situações, e êses processos serviam para justificar demissões de oficiais contrários ou antipáticos à política dominante. O caso do então tenente Durval de Castro e Silva é típico. Acusado de determinado ato julgado ofensivo a certo político, foi submetido a conselho de investigação, de que foi presidente ilustre oficial superior da Fôrça, sendo julgado isento de culpa. Paralelamente foi aberto inquérito policial por autoridade civil e julgado culpado. Foi demitido. Só após a revolução de 1930 voltou às fileiras. E qual o crime praticado por êsse oficial? Solicitára, em público, a certo conjunto musical, que tocasse uma canção carnavalesca, de crítica a determinado candidato a cargo eletivo... Note-se: candidato, apenas...

Verifica-se, daí, que só após a promulgação da Constituição Federal de 16 de julho de 1934, (art. 5.º, alínea XIX, letra "T", regulamentado pela Lei Federal n.º 192, de 17 de janeiro de 1936), passaram os oficiais da corporação a gozar, em tôda plenitude, as garantias inerentes aos seus postos.

A MARGEM...

A margem... Todos nós sabemos o que isto quer dizer, porém nos últi-

mos anos do século passado tais palavras foram o terror dos oficiais da Fôrça Pública.

Ao tratarmos acima da estabilidade do oficial, dissemos dos poucos direitos por êle adquiridos, isso mesmo após a Proclamação da República. Êses poucos direitos, entretanto, foram burlados também pelo... à margem.

Os nossos camaradas mais antigos e os estudiosos das tradições da nossa centenária milícia sabem como era aplicada a medida citada. As explicações abaixo destinam-se aos novos.

Ficar o oficial à margem queria dizer tirar-se-lhe tôdas as regalias. Ser posto de lado sem vencimentos e sem o direito de usar uniformes. Não era demitido ou excluído das fileiras, mas era como se o fôsse.

Como ficha de consolação, a lei previa e o Governo mandava pagar-lhe 3 meses de vencimentos. E era só.

A aplicação da medida era muito simples. Ao organizar a lei orçamentária para cada ano, o Poder Executivo estava já de posse dos nomes dos oficiais que, por êsse ou aquele motivo, haviam caído em desgraça. Diminua, então, uns tantos postos na lei de organização, o que era aprovado pela Assembléia Legislativa de então, bloco massivo de apôio ao Governo. Projeto apresentado era lei. Não se discutia. Também não havia veto...

Vinha em seguida a lei de fixação que, uma vez sancionada, dava ao Executivo os meios de agir. Era então baixado um decreto, o qual distribuía os oficiais pelas diferentes funções. Em cada unidade ou órgão, eram citados nominalmente os oficiais que o deviam compor para o exercício vigente. Como, também, por lei, não po-

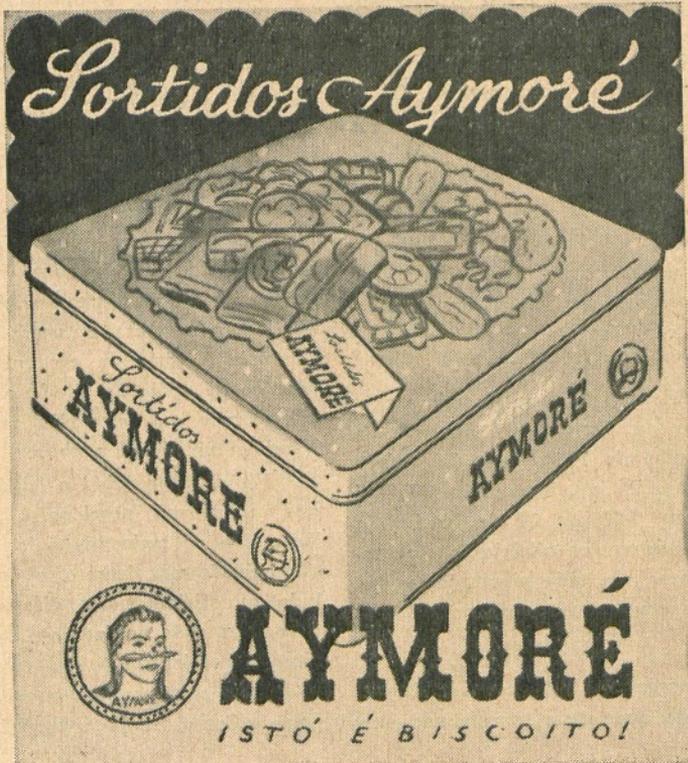
deria haver agregados ou adidos, o oficial ao qual não fôsse dada uma função estava à margem, isto é, fora das fileiras, sem vencimentos e sem o direito de usar os uniformes ou de penetrar nos quartéis. Era um elemento estranho à corporação. Houve casos do oficial se apresentar para o serviço e ser surpreendido com a notícia de que estava à margem. Como havia deixado de ser militar passava pelo vexame de se vestir à paisana dentro do quartel e de sair sob os olhares dos que, seus subordinados momentos antes, agora o viam despojado de todos os privilégios.

A medida atingia a todos, indistintamente, desde o alferes ao tenente coronel.

Às vêzes, o oficial posto à margem era aproveitado durante o ano ou no ano seguinte, nas vagas que se dessem. Quase sempre, não.

Muitos dos atingidos recorreram ao judiciário e obtiveram ganho de causa. Foram revertidos, porém no quartel nunca mais entraram. Era um crime de lesa-autoridade propor e ganhar ação contra o Estadô. Até seus vencimentos eram pagos diretamente pelo Tesouro.

A medida vigorou até a fixação para 1900 ou 1901, e, um dos últimos oficiais atingidos foi o major Cláudio Mendes Barboza, últimamente falecido; e que obteve ganho de causa no Judiciário.



A carta que não encontrou destinatário

SARGENTO SÍLVIO PEDROSO

Campos do Jordão, a bela estação climatérica do Estado de São Paulo, é ponto de afluência de pessoas doentes. São corpos que vêm de muitos lugares, tomados de mal praticamente incurável.

Em um dos magníficos sanatórios que ali se erguem, sentada em cômoda poltrona almofadada, destaca-se a figura graciosa de Glória Rezende.

Não obstante a sua pouca idade, é bastante alta, esguia de forma e detentora de lindos cabelos negros e pendentes em tranças.

Possui, como adorno às suas faces aristocráticas, uma palidez mórbida

Glória Rezende é, antes de tudo, uma belíssima vestal com porte de princesa.

Absorta num cismar profundo, semelhante às pernaltas à beira dos lagos, observa, talvez sem ver, o cruzamento dos transeuntes na rua.

É a hora do crepúsculo, e a prece dos cantores alados enche o espaço com trinados maviosos.

É a despedida do dia que morre.

Glórinha, como familiarmente é conhecida aquela princesinha tísica, possui naquele instante o seu pensamento voltado para um mundo longínquo, imaginário... cheio de ostentações floridas... e onde existe um jovem loiro de expressão arrogante.

E o coração daquela beldade, até então virgem de afeto amoroso, cresce dentro do peito para dar guarida ao "príncipe encantado"... de ombros largos, que sabe sorrir de modo cativante, tão idealizado pelas mocinhas naquela fase de transição.

Accionada por essa fôrça sublime que nos arrasta ao sexo oposto, a jovem enfêrma toma direção ao seu apartamento.

Empunhando caneta e bloco de papel, previamente perfumados com puríssima essência orien-

tal, coloca o seu pensamento, todo o seu mundo subjetivo em funcionamento.

E... ardente, impetuosa, cheia de uma sadia inspiração, sua pena discorre sobre o finíssimo papel. "Campos do Jordão, 25 de setembro de 1949

Meu querido William

Estamos em plena primavera. Na situação de doente, segregada da sociedade pelo destino atroz não desejo o melhor para mim.

Quisera fazer transparecer nestas linhas a minha conformação espiritual, dir-se-ia ditada por um ente superior.

Bendigo ao Altíssimo esta suprema graça. Sinto-me grande na enfermidade, porque percebo que a soberana fé está plantada no meu coração.

Aprendi a cultivar, a sentir aquela virtude teológica tão necessária aos humanos. Sou otimista e vivo na previsão de melhores dias.

Si é verdade que hoje sou mártir, amanhã poderei ser heroína.

Sou religiosa e aprendi a espalhar uma verdade consoladora: "Deus nunca desampara quem Nele tem fé".

Sonho por um rosicler... an-tevejo a minha cura radical...

penso em possuir um lar... e ser ainda cercada de criancinhas loiras e travessas!

Fora deste ambiente, tenho a esperança de encontrar-me contigo, de ouvir a curta distância a tua linguagem tão meiga e doce!

Sim meu caro William, são satisfações paradisiacas que não se definem em simples lauda de papel.

De sonho também se vive... de sonho também se morre!

Deus tem poderes ilimitados, e é baseado nessa compreensão que continuo a te amar espiritualmente. Construí o teu altar em meu pensamento e oxalá possamos edificar o nosso ninho de amor no dia de amanhã. Mil venturas a ti e creia-me tua admiradora de hoje, de amanhã e de sempre. "Ex abundantia cordis".

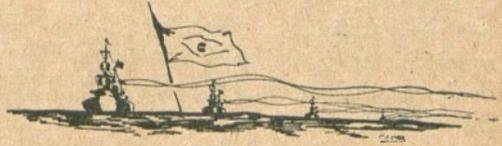
Glorinha".

A carta acima foi posta na caixa do correio.

Decorreram-se trinta dias e já, com múltiplos carimbos, retornava ao sanatório de procedência.

O destinatário era um nome hipotético, e Glorinha já havia encetado sua longa viagem, a viagem que haveremos de empreendê-la, cedo ou tarde, a viagem ETERNA e que não admite retorno.

Bandeira



do

És portentosa quando, arvorada nos navios,
espelham-te as águas do oceano...

MONTE SERRAT

Brasil

Quando te vemos à nossa frente, nós soldados que jurámos e juramos defender-te, és a mais linda flâmula.

És bela quando pendes distinta das sacadas festivas, ou quando sobes radiosa nas hastes dos pontos estratégicos, nesse lugar onde começa a ser abençoada a terra em que nascemos. Até aí andaram teus bandeirantes afastando o meridiano dos teus limites.

És formosa quando, embora mal feita pelas mãozinhas das crianças, és colocada no lugar culminante dos barquinhos de papel, e assim vais levada pelas águas das chuvas, encrespadas pelo declive, enchendo de alegria e alvoroço a infância que te recebe com palmas. Se a pequenina embarcação ameaçada pelas ondas, vai sosso-brar, então és amparada por dezenas de bracinhos que não te querem ver imergir.

És distinta quando estás na presidência espiritual das festas cívicas das escolas ou do parlamento,

nas solenidades das gentes cultas ou dos incultos, mas todos admiradores dos reflexos teus.

És portentosa quando, arvorada nos navios, espelham-te as águas do oceano, ou quando estampada nas asas dos aeroplanos deixas no azul do céu o rastro auri-verde-fosforescente de tuas côres estupendas.

És soberana na casa do pobre, orlando o retrato do expedicionário, cuja vida se extinguiu defendendo-te com heroísmo nos campos da derradeira guerra, donde voltaste mais ativa e vitoriosa.

És a arte viva, quando da casa dos ricos saís bordada de ouro para encher de alegria os que não dormem zelando dia e noite pela tua eternidade.

És na paz o trapo-sagrado da esperança e na guerra foste e serás o imã que atrai almas para a glória, pela heroicidade.

Cantas, na mudez da tua maravilhosa combinação de côres, quando os orfeões da infância ou da

juventude entoam o Hino Nacional.

És estímulo se panejas nos campos de atletismo, convidando a mocidade ao trabalho de revigorar os feixes de nervos para armar a muralha de tua honra.

És mãe, quando abençoas um Antônio Chagas, o menino que te salvou no naufrágio da Barca Terceira.

És a corôa da eterna saudade, quando te estendem sôbre o túmulo do herói que te sagrou a vida.

És ordem quando soa o clarim para a defesa da tua honra, e parece que gritas assim: Filho! torna-me cada vez mais honrada para que teus descendentes se orgulhem de teus feitos. Repara que da união indissolúvel de teus irmãos, da fidelidade de teu compromisso,

de tua coragem até para morrer se necessário, da tua brasilidade, da tua consciência nacional, depende minha existência. O dia que fraquejares, serei rôta pelo adversário e, como sou o retrato de tua terra, ela desaparecerá também.

Refletes ainda, Bandeira do Brasil, a loucura, essa loucura que eterniza os doidos de amor pela tua soberânia. Geras, assim, a psicose bendita, quando na palissada de Colônia de Dourado, reunes ao teu derredor um apostolado dos que perdem a noção do bem da vida, para oferecert'a em holocausto num preito de dignidade.

E, se a bala adversária penetra no peito, ainda há fôrça para render-te esta derradeira homenagem: FOGO! FOGO! MEUS CAMARADAS! PARA MAIOR GLÓRIA DA PÁTRIA!



○ primeiro exército a usar uniforme

Atribui-se frequentemente a Gustavo Adolfo, rei da Suécia, a criação do uniforme militar, em 1630. Todavia, embora padronizados, o exército e os equipamentos, suas tropas trajavam-se muito diferentemente. O primeiro exército a usar uniforme no sentido atual do termo foi o Novo Exército Modelo, organizado pelo Parlamento Inglês em 1645, para lutar contra o rei Carlos I. A côr era vermelha e os punhos, golas e outros pormenores do uniforme, de côres diferentes para distinguir os diversos regimentos; até a introdução da côr caqui, quando da guerra Sul-Africana, o vermelho permaneceu a côr oficial da túnica do soldado britânico. Os soldados francêses passaram a usar uniforme na ocasião em que o marquês de Louvois organizou um exército regular para Luiz XIV, em 1688: as túnicas, diferentemente coloridas, distinguiam, então, os regimentos de nacionalidades diferentes.

Curiosidades da história militar

1.º ten. Sérgio Caldas

Na história das guerras, como na da própria humanidade, fatores muitas vezes insignificantes, modificam os velhos princípios há muito firmados.

O episódio que hoje recordamos aos leitores de *Militia* é um desses, embora não houvesse então servido de lição aos gênios da arte bélica, demasiadamente apegados a antigas fórmulas.

Poderia, no entanto, haver antecipado um século em transformação básica na tática de infantaria.

Durante milênios, o homem se agrupou para combater, formando cerradas fileiras, as famosas falanges, onde cada soldado sentisse, nos momentos de crise, a confortadora pressão dum ombro amigo.

Assim combateram Alexandre e as legiões romanas; assim lutaram os tercios de Felipe II e os gigantes de Potsdam.

A ordem compacta era um símbolo de força e poder esmagadores, tudo arrazando no ataque e sólidamente estável ante o embate furioso das cargas de cavalaria.

Segundo muitos autores, foi na América que se deu a primeira constatação de que algo novo subvertera a famosa «ordem compacta».

Na luta pela independência, os norte-americanos chamaram às armas os pioneiros das florestas, caçadores e campeone-



ses, cujo conhecimento da arte militar, se limitava ao manêjo do «Long Rifle» e nada de formações e movimentos táticos.

Os ingleses eram outra gente. Regulares britânicos, visto-samente fardados de vermelho, mercenários do eleitorado de Hesse, apresentavam-se para o combate em formações rígidas, heróicas e imóveis, próprias para os choques memoráveis das grandes batalhas européias.

Os continentais manobravam como caçadores, espalhados pelo terreno e nele protegidos, convergindo o seu fogo certo sobre os retângulos fulgurantes, negaceando nos bosques, batendo-se como demônios esquivos.

Segundo Jeand de Bloch em sua obra «La Guerre», e Lynn Montross, em «The War through the ages», homens como Lafayette, Rochambeau e Kosciusko, levaram para a Europa as primeiras idéias dos terríveis efeitos da ordem dispersa.

Dos ensinamentos colhidos, a jovem república francesa criou a sua famosa cadeia de atiradores, que, dispersa à frente dos batalhões regulares em coluna, preparava o ataque à baioneta das fôrças de elite.

Com essa tática, filha das revoluções, obtiveram os franceses, vitórias espetaculares contra as coligações inimigas.

Muito antes, porém, os militares da velha Europa receberam idêntica lição nas selvas americanas, sem que lhes aproveitasse a experiência.

Deixemos os norte-americanos e voltemos ao nosso Brasil de 1649, em plena luta contra os holandeses de Van Schkoppe.

A 19 de fevereiro de 1649, mais de um século antes da luta pela independência americana, dois exércitos se encontravam frente a frente, nos campos de Guararapes.

Pela segunda vez os históricos montes seriam espectadores do seu cotêjo sangrento.

De um lado, os seis regimentos do tenente general Siegmund Van Schkoppe, com 4.000 homens e do outro Francisco Barreto, com 3.000 homens do exército colonial português.

Incluíam as fôrças dos nossos, os «terços» de Henrique Dias, os mamelucos de Vidal de Negreiros, os índios de Poti,

a velha ronda de fantasmas que assombravam os b́atavos do Recife.

Deveríamos ser derrotados, enfrentando como fazíamos a famosa infantaria dos Estados Gerais, recém saída das campanhas européias.

A sorte das armas, porém, foi outra.

Combatemos com decisão férrea e um valor extraordinário, e no dizer dum chefe holandês, «... como se estivéssemos enfiados de viver!».

No linguajar pitoresco de Henrique Dias, «demos ao inimigo flôres que brotavam no cano dos nossos mosquetes».

O segrêdo da vitória se revela, porém, na carta que o commissário Michel Van Goch, três dias após a batalha, dirigia à Assembléia dos Estados Gerais de Recife, através do seu Conselho Supremo.

Transcrevamos alguns trechos de tão curioso documento.

A respeito do combate acima relatado, notei sobretudo duas particularidades que (em meu parecer) merecem muita atenção: em primeiro lugar, as tropas do inimigo, saindo dos matos e detrás dos pantanos e outros lugares onde têm vantagem da posição, atacam sem ordem e em completa dispersão e se aplicam em romper diferentes quartéis. Em segundo lugar as tropas inimigas são ligeiras e ágeis para correr adiante ou afastar-se e por causa de sua crueldade mata, são temíveis também; elas se compõem de brasillianos, tapuias, negros, mulatos, mamalucos, etc., tôda as nações do país”.

Mais adiante se lê:

“... nós, ao contrário, combatemos formados e colocados da maneira que se usa na mãe pátria...”.

Em outro trecho:

“... do que resulta que essas espécies de ataques com armas de fogo, como o de que aqui trato, devem ter bom êxito inevitavelmente, e que rechassando os nossos batalhões e pondo-nos em fuga, elles nos matam maior número de soldados na perseguição do que no próprio combate — esta occasião, ai de nós, não fez mais do que fornecer a prova disso; aliás, as peças de artilharia de campanha, não podendo ser disparadas sobre bandos dispersos, tornaram-se inteiramente

inúteis, verdadeiras charruas para o nosso exército... E o que é representado agora e demonstrado à assembléa, que não tem outro fim senão tomar em consideração se não será necessário prestar atenção para o futuro, a fim de seguir uma mesma maneira de combater que elles, e servirmos-nos de armas e tropas semelhantes às suas ao menos em parte, e tanto como delas nos podermos proporcionar”.

A completa derrota dos holandeses nas duas batalhas de Guararapes não pode ser estranha ao método tático empregado pelos nossos homens.

Aqui, como posteriormente na América do Norte, a ordem dispersa impunha a sua nítida superioridade.

Mas, como disse, eramos, o Brasil de 1649, muito insignificantes para merecer qualquer atenção dos grandes táticos do Velho Mundo.

Os soldados coloniais não foram somente corajosos na luta, cruéis na refrega, aterrorizando o inimigo, que como disse Van Schkoppe, se havia portado ante nós, como se fôra “matilha de cães».

Soubemos também ser magnânicos na vitória.

O Artigo 1.º do tratado de rendição de Recife, lá está confirmando:

“Art. 1.º — Que o senhor mestre de campo general Francisco Barreto, dá por esquecida a guerra que se teve cometido por parte dos vassallos dos senhores Estados Gerais das Províncias Unidas & Companhia Ocidental contra a Nação Portuguesa, ou seja por mar ou seja por terra, a qual será tida & esquecida, como se nunca ouvera sido cometida...”.



A Polícia é a bôa ordem, o govêrno da cidade, o sustentáculo da vida do povo, o primeiro é o maior de todos os seus bens.

ARISTÓTELES

Beber CAFÉ ROCHA é beber o MELHOR CAFÉ

Noite de garoa

1.º ten. Renato Ourique de Carvalho

— O sobrenatural? — Não, eu nele não creio. Acho-o impossível.

— Pois chamemo-lo Impossível, Sobrenatural, o que quisermos. O nome não importa. Aconteceu e quanto a isto não há dúvidas.

— Mas nunca me disseste nada! Como poderias guardar segredo, não o revêlando sequer a mim, teu melhor amigo?

— Nunca soubeste e jamais saberias se isto já não se tivesse tornado a cinza de um brazeiro longínquo... Foi há cêrca de dez anos... Aquela garôa impiedosa da paulicéia caía sem cessar. Havia no ar um mixto de alegria e de tristeza...

Alêgria dentro daqueles que, bem protegidos, sobraçando caixas com fogos, regressavam ao lar, para comemorar o São João, a festa tradicional das noites hibernais...

Tristeza daqueles a quem a garoa e o frio impiedosos fustigavam, sem a proteção dos agasalhos e a certeza do regresso ao lar, único aconchego para o corpo e espírito...

Encapotado, mãos nos bolsos, caminhava ao léo, observando o bulfício da cidade. Estava só. Terrivelmente só. No meu quarto de solteiro, aquela solidão me compelira a sair, a procurar no meio do povo um consôlo para a alma inquieta.

Nunca devera ter saído... jamais havê-la conhecido...

Encontrei-a parada, olhando absor-ta para a vitrine enfeitada. Se não fôra a sua expressão de alheimento a tudo, talvez bem lhe houvesse dado atenção.

Parei e ali ficamos os dois. Ela, a contemplar aquele mundo vazio e eu



a observar-lhe o semblante jovem. Não sei ao certo quanto tempo permanecemos naquela situação.

Depois de voltar a si daquele alheimento, encarou-me demoradamente, agasalhou-se melhor com o longo capuz e retirou-se a passos tardos.

Segui-a maquinalmente. Aqueles lábios polpudos tentavam-me. Aqueles olhos negros atraíam-me e aquele andar ondulante era um rastilho a incendiar todo meu ser.

Abordei-a receoso. Tudo o que arquivetara dizer-lhe, como motivo àquela aproximação, desmoronou-se quando daqueles lábios, num sorriso digno dos anjos, ouvi:

— Como é triste a solidão, não é meu amigo?

As palavras que tentei articular, morreram na garganta. Limitei-me a sorrir e acenar com a cabeça.

— Eu, como você, continuou ela, sinto a solidão da noite, o abandono, o frio que invade a própria alma. Sinto, nessa noite vazia, um anseio incontido, um desejo imenso de... — mas, para que externar-lhe os meus sentimentos, se são idênticos aos seus?

— Idênticos aos meus? atalhei. Você, por acaso, é advinha?

— Não, meu amigo. Apenas posso dizer-lhe que leio em sua mente tudo o que ela traduz. Estranho, não é?

— É, confessei, com espanto.

— Mais estranha achará se confessar que já o esperava, que, propriamente, estava naquela vitrine unicamente por sua causa.

— Por minha causa? Mas, espere minha amiga. Você está sendo misteriosa. Lê o meu pensamento, declara que estava à minha espera... Vai ao menos permitir-me o direito de descrever de tudo isso. Talvez, isso sim, me conheça e saiba do velho hábito de vagar em noites como esta...

Ainda com um sorriso mais encantador, olhando-me demoradamente com aqueles lindos olhos negros, ela continuou:

— Não. Não tente descobrir o que ignora. Que é o mistério? Que é o mundo? Que somos nós dentro do mundo? Que importa o tempo, a vida, se passamos a existência a indagar as cousas e esquecemos que o hoje é tudo? Conhece o pensamento de um sábio chinês sobre o tempo?

Disse que não, pausadamente.

— “Aproveita a vida pois que é bem mais tarde do que tu pensas”.

Ia tentar responder algo, quando ao nosso lado passou um casal agarradinho.

Acompanhamo-lo com os olhos e o imitamos.

— Bem, disse eu, tentando romper o silêncio, continuo navegando num mar de curiosidade. Aceito-a como piloto deste barco desgovernado. Desejo apenas aportar a um lugar seguro, abrigado desta garoa e onde possa esquecer que o tempo existe e que o amanhã virá. Concorda?

Sua resposta não veio mas o seu braço mais no meu se apoiou, vindo sua cabeça pousar sobre meus ombros.

Sem sequer leve objeção, levei-a a compartilhar de minha simples hospedagem, naquela noite fria.

Aquela, seguiram-se outras noites mais, separadas apenas pelas longas horas do dia.

Amámo-nos como somente sóe acontecer quando se é jovem e se tem como única preocupação o suceder contínuo dos dias. Nunca a ouvi referir-se á sua vida. Ignorava seu passado como seu próprio presente.

Sabia-a minha durante as horas da noite. Nunca a virá de dia. Jamais concordara em que nos encontrássemos senão depois que a noite já surgira e saía sempre antes de raiar a manhã.

A princípio concordei com aquela situação. Depois... depois ela já se tornara uma verdadeira obsessão, para mim. Queria-a com loucura. Desejava tê-la ao meu lado para sempre.

Cheguei a não produzir nada em meu trabalho. Separei-me dos amigos, lembras-te? Afastei-me da sociedade, pensando unicamente em si. Aguardava apenas a noite para tê-la ao meu lado.

Quando os últimos raios de sol iam sumindo no horizonte, minh'alma cantava de alegria. Com a noite que chegava, vinha tôda a razão de minha existência.

Cheguei mesmo a falar-lhe em casamento. Prometi o possível e o impossível. Indiferente, ela a nada acedeu.

Roguei, implorei... inutilmente.

Tentando descobrir a razão de suas negativas, procurei segui-la quando saía de casa, às madrugadas.

Nada consegui. Jamais pude achar-lhe a residência, pois sumia de minha vista, logo após minha casa.

Uma noite — Ah! — antes nunca o fizesse — disse-lhe ásperamente que nada mais existiria entre nós, a menos que se aclarasse sua vida.

Calma, procurando desviar dos meus os seus olhos, disse-me com voz triste:

— Assim o deseja. Pois farei a sua vontade. Saberá tudo o que ignora e deveria ignorar. Sua curiosidade perdeu-nos. Venha, irei mostrar-lhe onde moro, primeiramente. O resto... o resto você deduzirá...

Segui-a radiante. Andamos muito. Por fim chegamos a uma rua estreita, cheia de prédios bem antigos. Frente a um deles ela se deteve e me segurou a mão.

— E' aqui, disse. Entremos.

Atravéz uma longa escadaria atingimos o segundo andar. Ao fim do corredor ficava seu quarto. Idêntico aos demais, também nele se notava a calma característica das alcovas discretas. Antes de entrar-mos, disse-me num sussurro:

— Prometa-me apenas uma coisa — não me faça perguntas. Amanhã, quando a noite houver passado, já não será, para você, segrêdo minha existência. Hoje, é nossa a noite. Aproveitemo-la. Lembra-se? "Aproveita a vida pois que é bem mais tarde do que tu pensas?"

Enlaçando-a pela cintura, entramos em seu quarto. A arrumação dos móveis, os enfeites, bibelôs, atestavam o seu bom gosto.

Procurando manter o maior silêncio possível, não sabendo a quem poderia acordar se fizesse barulho, desfiz-me das roupas, mergulhando naquele leito morno.

Alheios a tudo, unicamente interessados em nós mesmos, assim passamos a noite. Madrugada ainda, ela me despertou e insistiu para que eu saísse.

Quiz objetar, porém ela foi inflexível:

— Não seja criança! Atendí aos seus desejos. Atenda-me agora.

Meio ébrio de sono e ainda naquele torpor característico da noite passada, deixei seu quarto e ganhei a rua.

Sem atinar ao certo aonde ir, andei ao léu, até que os primeiros albores da manhã vieram trazer-me à realidade.

Quanto tempo teria vagado?

Tempo?

Aquilo que para mim não existira em tôda a noite, afigurava-se agora como um fator importante.

Tempo? Horas?

Sim, necessitava saber pelo menos as horas. Enfiei os dedos no bolsinho das calças e tentei puxar o relógio.

— Estranho! Lá não estava meu velho relógio de ouro! Teria sido ela?

— Não, não éra possível! Lembra-me de havê-lo deixado pendurado à parede de seu quarto e não me recordava de o ter pegado ao sair.

Um sorriso iluminou-me o rosto.

Voltar! Sim, voltar. Tinha um motivo e por nada no mundo dêle abria mão. Iria voltar a revê-la!

Lépidio transpuz os quarteirões que me separavam de sua casa. Lá cheguei em breve tempo.

Ao longe ainda vislumbrei os velhos prédios. Acerquei-me dêles e... interessante... estava em ruínas o que lhe servia de residência...

Teria havido algum terremoto, incêndio?

Não. Era o único avariado. O número éra o mesmo.

Conservava-me naquela situação quando ouvi uma voz a dizer-me:

— Coisa tremenda é o tempo, não é cavalheiro?

Virei-me e dei de cara com um guarda já idoso. Ante minha expressão de espanto, continuou:

— Este prédio, construído ha cem anos e abandonado há dois, dado o seu estado, aí está numa demonstração da ação dos elementos contra a obra dos homens...

Como? Abandonado há dois anos? Mas então ela não morava ali?

Sem dar ouvidos ao guarda que continuava a falar sôbre o tempo e outras coisas mais, forcei a porta de entrada e fazendo prodígios de equilíbrio, subí a escada carcomida, conseguindo chegar até ao segundo andar.

Enveredei pelo corredor conhecido, mas que agora tinha as paredes rachadas e com o reboco a cair.

Parei ofegante à sua porta. Deveria entrar?

Armado-me de coragem, forcei-a. Aos poucos foi ela cedendo. Dentro, era tudo deserto. Nem um só móvel, viva alma havia a habitá-lo.

Quebrando o silêncio tétrico do momento, estava apenas o bater descompassado de meu coração e o tic-tac monótono de meu relógio, pendurado a um prego, na parede...

* * *

— Queres então dizer, meu caro, que durante todo aquele tempo foste... quero dizer... tiveste uma criatura sobrenatural, como amante?

— Sobrenatural? — Sim, chame-a assim. Dê-lhe o nome que quizer. Para mim terá sido sempre um sonho fantástico. Um sonho que relembro a cada noite de garoa que passa.



— Foi minha mulher que me fez esta roupa. Diz ela que fico mais magro...

(Candide, Paris).

Transportes Coletivos

A seleção dos operadores de tráfego da CMTC, calcada em bases psicotécnicas inclui em uma de suas fases a verificação das condições antropo-psico-fisiológicas ou seja o vulgarmente chamado exame médico.

Justamente no momento atual em que a especialização impera em todos os setores da atividade humana, tal verificação tem também suas características e constitui mais uma especialidade, que, como outra qualquer, dia a dia, mais se firma no conceito geral da ciência médica. É a medicina do trabalho este novo capítulo, a fonte onde se buscam os ensinamentos para, de maneira correta, proceder-se ao exame médico em se tratando de seleção profissional.

Vários são os métodos de estudo que delineiam os profissiogramas, assim como surgem dos mesmos as indicações e contra-indicações para a função do operador de veículo. Estas decorrem naturalmente das relações existentes entre o homem e o instrumento de trabalho. É o organismo humano comandado pelas suas funções psíquicas, fisiológicas e anatómicas, submetido às exigências da função e resistindo perfeitamente ajustado ao determinado tipo de trabalho. Deve assim apresentar sem desgaste, uma perfeita, uniforme e harmoniosa adaptação, compatível com a boa execução da tarefa e ao mesmo tempo muito compatível com as condições de saúde do indivíduo e por conseguinte com o bom seguimento de sua própria vida; porque, um desajustado profissional cedo ou tarde será fatalmente um doente.

Seguindo esta orientação é minucioso o exame a que se submete o candidato, sendo que cada um de seus órgãos ou aparelhos são sempre verificados por médicos especialistas, o que vem de atestar o em-

penho com que a CMTC cuida desta parte. Para que se tenha uma idéia, basta dizer que de início ao final do exame o futuro motorneiro ou motorista passa por 5 diferentes facultativos, sem contar com os exames especializados a que por vezes são submetidos.

Destacaremos, a título de curiosidade, alguns dos itens que não são habitualmente verificados senão pela CMTC para a seleção de operadores de tráfego.

Referimo-nos à visão na penumbra e a readaptação após o ofuscamento cuja verificação é feita pelo aparelho de Ullbricht.

Entende-se por visão na penumbra a sensação de ver ou melhor a necessidade de um maior esforço do órgão visual no sentido de poder distinguir os objetos em certas horas do dia, como por exemplo ao anoitecer no chamado lusco-fusco da tarde. Neste momento não é total a escuridão e por conseguinte insuficiente o auxílio prestado pelos faróis dos veículos. É preciso, pois, que o indivíduo tenha pelo menos, uma certa potência visual, digamos assim, para ver nesta semi-obscuridade. O mesmo fenômeno se observa à entrada de túneis ou quando, em estradas descampadas, penetra-se bruscamente em florestas.

A readaptação após o ofuscamento é o lapso de tempo que transcorre desde o instante em que o motorista é deslumbrado por um jacto de luz, até que consiga recuperar a visão. Suponhamos que um indivíduo esteja dirigindo um veículo a 60 quilômetros por hora e que o seu tempo de recuperação da visão após o ofuscamento seja de 1 minuto. Verifica-se então que ele percorreu a distância de 1 quilômetro, completamente às cegas. Anormalidade em qualquer destas duas modalidades de exames traduz quase sempre ou na

grande maioria das vezes deficiências produzidas por uma hipoavitaminose "A" ou pelos efeitos tóxicos do álcool.

Como se vê, qualquer destas duas causas são facilmente sanáveis pela seleção evitando-se dest'arte graves prejuizos não só para o candidato como para o público em geral.

Curiosa ainda a modalidade pela qual a secção de estudos e pesquisas do serviço médico, conseguiu — dentro de t'oda esta tendência subjetiva do exame médico - obter uma classificação tanto quanto objetiva dos resultados finais de cada examinado. Os padrões obtidos foram tirados de um grupo normal de 1000 candidatos à mesma profissão e deduzidos da curva de probabilidades traçada com esta amostra. Os resultados assim obtidos foram considerados em 3 grupos: superior, médio e inferior.

São aprovados os indivíduos que alcançam os grupos superior e médio, sendo reprovados aqueles que não conseguem ultrapassar ao grupo inferior.

Assim selecionado e classificado o candidato, segundo suas aptidões físicas e psíquicas, estará perfeitamente apto para desempenhar uma determinada profissão que — notem bem — exige qualidades que não existem naturalmente em todos os indivíduos.

Eis em linhas gerais, o que se poderá dizer da atividade médica no setor seleção da CMTC. Podemos assegurar que reais proveitos tem trazido para a Companhia, não só no que diz respeito ao aproveitamento dos bons elementos, mas, sobre tudo e o que julgamos mais importante, na não aceitação de indivíduos doentes ou incapazes.

Tiro ao Alvo - Carabinas "Winchester" 52

— Miudezas em geral —

Artigos para Caça e Pesca em geral

Irmãos Del Guerra

Comércio e Indústria S/A

Tels. { 6-6311 - Ramais
6-4439 - Depósito
4-1234 - Secção de Compras

Rua Florêncio de Abreu

— Ns. 605 a 625 —

Caixa Postal, 4733

SÃO PAULO

Os chamados "Exércitos Mirins" e as Fôrças Armadas Nacionais

Cap. Silvestre Travassos Soares

O "Jornal do Comércio" na sua edição de 27 de outubro último publicou uma carta do sr. coronel do Exército, Amílcar A. Botelho de Magalhães, falando sôbre as Polícias Militares.

Embora coincidindo o pensamento dêsse senhor oficial com o meu ponto de vista, ou seja, de que devemos ser mais policiais do que militares, não vejo motivo para serem, de público, atacadas tão rudemente as Polícias Militares, porque, conhecedor do pensamento da maioria de seus oficiais, posso afirmar que o desejo de todos é justamente exercer a missão policial e jamais como componentes de "exercitos-mirins" atentarem contra a segurança da pátria ou contra as gloriosas Fôrças Armadas Nacionais.

Assim, se êsse senhor coronel tivesse tido oportunidade de conhecer a história das Polícias Militares de nossa pátria, inclusive, (como, oficial que naturalmente militou na tropa dando instrução geral) da disciplinada Polícia Militar do Distrito Federal, o que não seria demais porque, constando no Regulamento de Continência e Sinais de Respeito (capítulo II, letra "P", e art. 178, n.º 5, pgs. 5 e 33, respectivamente) algo que todos os componentes das Fôrças Armadas devem saber, teria ciência de que êsses "exercitos-mirins" lu-

taram no campo do Paraguai, com a mesma nobreza de sentimentos, patriotismo, coragem, honra e bravura com que se portaram as demais fôrças armadas e isso no conceito do maior dos soldados do Brasil que foi o grande marechal Lima e Silva, o qual entregou o comando do 31 de Voluntários (Corpo de Polícia que fêz parte de tôda a campanha contra o Paraguai e voltou coberto de glórias com a Bandeira Nacional que lhe foi oferecida pelo comércio do Rio de Janeiro, quando partiu para a guerra, fato que infelizmente muitos brasileiros desconhecem) a um oficial de Polícia, cap. Joaquim Fernandes de Assunção, posteriormente promovido por ato de bravura, quando poderia tê-lo feito a um oficial do Exército.

Saberia mais que tôdas as vêzes que as Polícias Militares têm pegado em armas têm sido para defender o governo legalmente constituído.

Devo também esclarecer que não cabe às Polícias Militares a culpa de que tivesse havido uma época em que chefes políticos tivessem escolhido comandantes de Regiões e outras autoridades, como também não lhes cabe a culpa de ter havido um longo período no Brasil em que oficiais foram reformados, da noite para o dia, sem a me-

nor satisfação, conforme se procedia ao tempo do célebre artigo 177, que atingiu até a pessoa de ilustres senhores generais, humilhação que o atual senhor presidente da República tem resolvido com justiça e patriotismo, fazendo reverter ao serviço ativo os atingidos pelo citado artigo, épocas em que não conheço qualquer protesto do senhor coronel Amilcar, relativamente a êsses fatos.

As Polícias Militares, ou sejam os chamados "exércitos-mirins", sempre trabalharam pela grandeza da pátria, velando dia e noite pela manutenção da ordem pública, sem se afastarem dos seus quartéis e se deixaram de exercer funções que lhes ficavam muito bem, tais como as de diretores de Penitenciárias, comandantes da Polícia do Cais do Pôrto, delegados auxiliares, diretores da Guarda Civil e até mesmo chefe de gabinete do chefe de Polícia, tem sido porque, depois de 1930, colegas de s. s. acharam por bem deixar o Exército para aceitarem tais comissões, cónscios naturalmente de que, sendo tudo Brasil, nenhum desdouro existe para êles substituírem os oficiais dêsses "exércitos-mirins" nesses postos que reconheço mais policiais do que militares.

Quanto à eficiência das Polícias Militares e particularmente a dêsse Distrito Federal, melhor juizes não poderíamos ter do que generals dos mais ilustres do nosso Exército, tais como Caxias, Hermes da Fonseca, Taumaturgo de Azevedo, Silva Pessoa, Pantaleão Teles Ferreira, Emílio Lucia Esteves, Pinto Guedes, Souza Dantas e atualmente o íntegro general Danton Teixeira, pois, todos êsses senhores oficiais generais, além de baixarem diretrizes sobre instrução conforme s. s. poderá ver, lendo o livro "Diretivas para a instrução

na Polícia Militar do Distrito Federal" organizado pela Diretoria de Instrução, cargo de oficial superior do Exército, publicado no ano de 1945 por ordem do exmo. sr. gen. Denis, comandante geral da Corporação naquela época, sempre fiscalizaram as ordens expedidas a respeito, muito embora tivessem plena confiança no ilustrado corpo de oficiais do Exército que serviram e servem como instrutores, aos quais os oficiais dêsses "exércitos-mirins" sabem fazer justiça, reconhecendo que êles sempre trabalharam com tenacidade e nunca se prestaram ao desonesto papel de instruírem mal, fôrças que são reservas do Exército, de modo que essas mesmas fôrças deixassem de ter o devido valor, para constituírem apenas o papel de zero à esquerda no número concreto da Defesa Nacional.

Igualmente nomes ilustres, sobejamente conhecidos no magistério militar, alguns dos quais já falecidos, tais como generais Vassio Brígido, Góis Monteiro, Pinto Guedes, Mário Travassos, Euclides Figueiredo, coronéis Sebastião Fontes, Pio Borges, Álvaro Arêas Fiuza de Castro e major Muller de Campos, bem como tantos outros, se prestariam a ser professores da nossa Escola de Formação de Oficiais, se realmente fôssemos tão nulos quanto quer fazer crer ao público o ilustre senhor coronel Amilcar.

Somos na verdade humildes, trabalhamos como as abelhas e nos sentimos bem dentro dessa humildade, e daí não espalhamos aos quatro ventos o número de advogados, médicos, etc. que temos no nosso quadro de oficiais combatentes, a exemplo do que acontece nas corporações armadas tais como Exército, Marinha e Aeronáutica. e. dessa forma, se estamos em condições iguais

aos componentes da antiga Guarda Nacional, se não sabemos colocar a espada na cinta, conforme deixa transparecer o sr. cel. Amilcar, temos entretanto o preparo intelectual necessário e o trabalho contínuo dentro dos nossos quartéis, para isso aprendermos com facilidade.

Relativamente às Polícias Militares dos Estados, não há homem público que desconheça o valor e a bravura dessa tropa e o conceito que desfrutam perante as altas autoridades da República e dos Estados da União, onde elas realmente exercem a missão policial sem qualquer interferência, valor que sempre demonstraram nas horas difíceis da vida nacional, como aconteceu com a brava Polícia Militar do Rio Grande do Norte, escrevendo com o próprio sangue uma página de ouro, quando, em 1935, se levantou contra o comunismo, idéia que hoje intelizmente se está enraizando no pensamento daqueles que, ao invés de procurarem a harmonia, só procuram a desunião entre brasileiros.

Necessário se torna ainda explicar que nenhuma vaidade nos trazem os "acampamentos, altas cavalarias, metralhadoras, concursos hípicos, botas, esporas, perneiras e talabartes, pois, se acampamos, tomamos parte em concursos hípicos onde aliás logramos quase sempre boa colocação, prova da nossa eficiência, é porque, reconhecendo o nosso papel de reservas do Exército, nos esforçamos para aprender tudo aquilo que nos é ensinado pelos ilustres oficiais do Exército em comissão, com os olhos fitos na grandeza da pátria.

O indiscutível, entretanto, é que somos produto de Regulamentos baixados pelo Governo, estamos integrados na Constituição e obedecemos à

organização traçada pelo Exército, restando assim cumprir com o nosso dever.

Reconheço e estou também certo de que o nosso fim é policiár mas, quer queira quer não o sr. coronel Amilcar, "não bancamos", somos realmente reserva das Forças Armadas e muito embora, estou certo, tenham os oficiais de Polícia muita honra com isso, em vários artigos que s. s. naturalmente não leu, tenho lembrado a necessidade de ser criado o Ministério da Segurança Pública, a fim de que nele sejam incluídos, tôdas as Polícias do Distrito Federal, tendo uma única orientação, para melhor atenderem à necessidade do policiamento, e se isso peço é justamente porque os oficiais de Polícia desejam exercer a honrosa função policial, livres de ataques injustos; mas, enquanto isso não acontece, têm êles o direito de exigir, em bem da disciplina, as honras e regalias asseguradas nas respectivas Cartas Patentes, conforme muito bem compreendem os dignos senhores oficiais generais da Marinha de Guerra, pois, tendo há dias um marinheiro procurado desconsiderar em público um meu colega, capitão, querendo sentar ao seu lado num bonde, sob a alegação de que oficial de Polícia não devia ter direito a continência, o exmo. sr. almirante diretor do Pessoal da Armada, além de prender o dito marinheiro por 20 dias em prisão rigorosa, mandou que o seu ato fôsse lido em todos os navios da esquadra durante determinados dias, como desagravo à disciplina, e, assim procedendo, êsse honrado chefe militar procurou patrioticamente fazer valer o princípio de autoridade, defendendo os rígidos e salutares princípios emanados do Regulamento de Continência, pois o desrespeito e a desconsideração feitos a

um oficial de Polícia atinge, não apenas aos "exércitos-mirins", mas às Forças Armadas, porque representam um atentado contra a hierarquia militar.

E se na hora presente tudo deve ser feito para manter coesa e forte a disciplina, as opiniões, embora pessoais, devem ser trazidas a público, porém despidas de ofensas, ou rancores, porque tôdas as vêzes que se procura desmoralizar uma coletividade armada, os subordinados se aproveitam para fazer coisa pior e, daí, o perigo da infiltração comunista, pronta sempre a se infiltrar nas brechas deixadas pela indisciplina, muito embora estejam vigilantes os altos poderes da República, homens da envergadura moral e patriotismo do sr. almirante Diretor do Pessoal da Armada e de "ferrão em riste" os componentes dêsses "exércitos-mirins" tidos como estrangeiros, por certos elementos despeitados, em nossa própria pátria, sujeitos sempre à ingratição dos homens, pelo simples fato de bem cumprirem com os seus deveres, sem ambições outras a não ser a honra excelsa

de serem leais aos Poderes Constituídos da Nação.

Quanto à solução proposta pelo senhor coronel Amilcar, para liquidar com a vida das Polícias Militares, zelando pelos direitos adquiridos da oficialidade dos "exércitos-mirins", acho que êles, bem como o autor do presente artigo, agradecem porque ficaremos melhor continuando a trabalhar na execução da nobre missão policial, de que nos orgulhamos, uma vez criado o Ministério da Segurança Pública, do que as vantagens usufruídas na ociosidade, com reformas no pôsto imediato, com grande ónus para o Tesouro Nacional.

Relativamente às nossas praças, a idéia de s.s. só poderia ser aproveitada uma vez reformada a lei do serviço militar; mas, se fôsse possível êsse aproveitamento, poderia ainda s. s. ficar certo de que elas poderiam ingressar no Exército, quer como cavaleiros, quer como infantes, sem qualquer exame, pois têm o preparo mais do que suficiente para isso.

(Transcrito do "Jornal do Comércio" de 12 de novembro de 1949).

Um homem ia levando, êle proprio, para uma oficina de conserto, um grande relógio de parede. Na rua, cheia de gente, e com a visão limitada pelo tamanho do relógio, colidiu com u'a mulher, a qual foi ao solo.

Depois de recuperar a compostura e os embrulhos que levava, a vítima do tranco virou-se para o homem do relógio e disse-lhe: — "Porque é que o senho não anda com um relógio de pulso, como tôda a gente?"

Beba CAFÊ ROCHA, o insuperável

As Polícias Militares

1.º tenente Anazildo Bastos Ribeiro
da Polícia Militar do Distrito Federal:

“Sr. Diretor: Saudações — Na edição de 27 de outubro último, êsse conceituado jornal publicou uma carta de autoria do Sr. Cel. reformado Amilcar A. Botelho de Magalhães, do Exército Nacional, carta essa para a qual serviram de assunto as Polícias Militares.

Apesar de não ser mais do que um modesto 1.º tenente da Polícia Militar do Distrito Federal, não me foi possível manter silêncio diante de tão agudo quanto descabido ataque a corporações que têm dado à nossa Pátria tudo aquilo que a sadia brasilidade de seus componentes vem permitindo, desde a infância da história desta nossa querida Terra de Santa Cruz. Não me foi possível manter silêncio menos por ser membro das corporações atacadas do que por ser brasileiro que ama estremecidamente esta portentosa Pátria Brasileira, para a qual vivem voltados, sempre atentos os policiais-militares.

Quando eu era ainda um adolescente mal chegado aos humbrais amedrontantes da vida propriamente dita, ouvia de meu pai, entre outros, o seguinte conceito filosófico: — “Filho, se te atacarem, é porque teu valor te fez ser notado”. E, pensando nêsse ensinamento, quase fiquei alegre ante o ataque insólito e gratuito traduzido na carta acima referida e lançada contra os modestos e desprezenciosos policiais-militares.

O Sr. Cel. reformado Amilcar tentou, com sua carta mencionada, desmentir feitos que a nossa História conta e

que somente os militares não estudiosos ignoram e que — estou certo — o mesmo Sr. Cel. reformado conhece sobejamente, tais como: a atuação brilhante do 31.º de Voluntários que, constituído de policiais-militares, muitas e muitas glórias juntou, na guerra do Paraguai, às que o nosso Exército ofertou à Pátria. O valor dessa atuação está escrito nas ordens do dia de então, onde Moreira de Azevedo foi buscar testemunhos para afirmar que “não havia escaramuça em que se não vissem soldados do 31.º, não havia peleja em que se não contassem heróis feridos, mortos ou vitoriosos pertencentes ao batalhão do Coronel Machado”... Feitos como os das Polícias Militares na “Guerra dos Canudos”, dos quais a do Estado do Amazonas guarda em sua Bandeira um galhardão glorioso: Feitos da magnitude da ação da Polícia Militar do Rio Grande do Norte, quando, em 1935, apoz o dique pujante do seu patriotismo à investida comunista contra a paz e a segurança nacionais.

Sr. Diretor: eu servi no longínquo Território do Acre, como policial-militar, tendo passado ali cêrca de seis anos. E, graças ao grande espírito de luta e ao profundo patriotismo dos muitos brasileiros que haviam tido e que estavam tendo a honra de pertencerem às fileiras da Polícia Militar daquele Território, nós podíamos dizer, os corações ufanos pela satisfação do dever cumprido, que tudo no Acre havia sido feito pelos policiais-militares ou com sua aju-

da. E toda aquela tarefa gigantesca era realizada em face de uma linha de fronteira exterior que se estende desde o rio Abunã até o Javari e que tinha por guardiã zelosa apenas aquela Polícia, única força militar que ali existia.

Fala a referida carta, desdenhosamente, em acampamentos, botas, esporas, equitação, metralhadoras, altas cavalarias, como se tais coisas fossem motivos de orgulhos pueris dos policiais-militares. O Sr. Cel. reformado Amilcar é, possivelmente ou, melhor, certamente, sabedor de que as Polícias Militares são "instituídas para a segurança interna e a manutenção da ordem nos Estados, nos Territórios e no Distrito Federal" e, por isso, "são consideradas como forças auxiliares reservas do Exército", como se vê do art. 183 da Constituição da República. As Polícias Militares não "bancam" a Reserva das Forças Armadas e sim são "forças auxiliares, reservas do Exército". O Sr. Cel. reformado Amilcar sabe, certamente, que um sem número de missões especiais podem ser recebidas pelas Polícias Militares, em tempo de guerra, para cooperação na defesa do território nacional. Em consequência, têm obrigação de treinar em acampamentos, com metralhadoras, e praticar equitação, para o que se faz mistér o uso de botas e esporas, como sabe qualquer cavaleiro.

Insinúa o Sr. Cel. reformado Amilcar que os oficiais de polícia não sabem de que lado portar a espada. Parece infantilidade. . . Ora, Sr. Diretor, se não soubessem os modestos oficiais de Polícia como portar a arma que lhes cabe usar, como teriam podido muitos de nós prestar, cheios do mais justificado orgulho, Guarda Cívica junto ao catafalco sôbre o qual as cinzas do grande Caxias

recebiam, na igreja da Santa Cruz dos Militares, a visita respeitosa de milhares de pessoas? Se fôsse possível admitir que os oficiais de Polícia ignoram tão rudimentar atribuição do oficialato, eu afirmaria que, em compensação, todos sabemos — e muito bem — como desembainhar nossas espadas, estejam elas de que lado estiverem, sempre que a Pátria necessitar de um 31.º de Voluntários! *

Sr. Diretor: pelo que me tem sido dado observar no contato diário com meus colegas, creio poder dizer que, se o oficial de Polícia tem prazer e ufanía em ser membro de uma Força Auxiliar do glorioso Exército de Caxias, — êsse modesto servidor da sociedade — tem imensa honra em ser policial porque sabe que, como disse Aristóteles, "a Polícia é a bôa ordem, o govêrno da cidade, o sustentáculo da vida do povo, o primeiro e o maior de todos os seus bens"!

Felizmente, para testemunhar a valia dos serviços que a Polícia Militar do Distrito Federal tem prestado, existem nos seus arquivos os testemunhos de chefes como o Duque de Caxias, o marechal Hermes da Fonseca, generais Taumaturgo de Azevedo, José Pessoa e Lúcio Esteves, para não citar todos os muitos e brilhantes oficiais generais e superiores que, apesar de serem figuras de escól do nosso Exército ou por isso mesmo, se sentiram honrados por haverem comandado a secular Polícia Militar desta Capital, não julgando, no equilíbrio de seus pensamentos corretos de homens íntegros, que ela seja um onus desnecessários aos cofres nacionais.

* O grito é nosso.

(Transcrito do "Jornal do Comércio", de 13 de novembro de 1949).

A GENDARMERIE E OS SERVIÇOS DE BOMBEIROS DA FRANÇA

Conferência do cap. Evaldo Pedreschi, um dos oficiais incumbidos de ir à França, para estudar aquelas organizações.

— III —

FUNCIONAMENTO DO SERVIÇO

O Inspetor Departamental é o conselheiro técnico do Prefeito e seu representante autorizado para tôdas as questões referentes à organização, ao funcionamento e ao contrôle do serviço departamental de incêndio e de socorro; em particular, êle poderá ser chamado a tomar a direção das operações no caso de sinistro importante.

SERVIÇOS DE INCENDIO MUNICIPAIS

Cidades importantes

As cidades de uma certa importância, 10.000 habitantes ou mais, empregam sempre um pessoal municipal (empregados, obreiros municipais) às vêzes bastante numeroso. Quando assim se passa, uma solução muito adotada ao problema de organização de um serviço de defesa e de socorro contra incêndio, foi a constituição ao menos parcial de um Corpo de Bombeiros com o pessoal municipal nas condições seguintes:

- si o número de empregados e de obreiros municipais é suficiente, êles formarão inteiramente o corpo de bombeiros; no caso contrário, o corpo compreenderá:
- uma secção de permanentes, como acaba de ser dito;
- uma secção de voluntários.

BOMBEIROS-SAPADORES PERMANENTES

Organização do serviço

Os bombeiros-sapadores permanentes são alojados único modo de organização, permitindo sob uma forma econômica, a execução de um serviço de rendimento comparável ao das melhores organizações profissionais.

Êles são exclusivamente recrutados entre os empregados e obreiros municipais, trabalhando, si possível, em atelier; em consequência, todo

bombeiro que por uma causa qualquer, deixar o serviço municipal, é automaticamente afastado do corpo de bombeiros.

Eles empregam todo o seu tempo à cidade e são remunerados pelo emprêgo que exercem.

Reunidos em um próprio municipal (especialmente construído ou preparado para êsse fim), compreendendo o número de alojamentos necessários, as oficinas municipais, a garage para o material de incêndio e o pátio de instrução com suas instalações acessórias, eles são alojados, aquecidos, iluminados, vantagens materiais correspondendo às servidões do serviço de prontidão de fogo e a permanência a domicílio; recebem ainda uma ajuda, pela função de bombeiro, destinada a compensar as fadigas e os riscos particulares que correm.

No fim da carreira, recebem uma aposentadoria referente ao seu emprêgo municipal, ao qual vem se juntar uma majoração correspondente à ajuda pela função de bombeiro que lhe foi atribuída durante sua carreira. Esta secção é comandada por um chefe de secção profissional, que é o chefe do Posto e pode muito bem não ser o chefe do Corpo.

O chefe do Corpo terá portanto sob suas ordens, seja um Corpo inteiramente permanente, seja um Corpo mixto, composto de uma secção de permanentes e de uma secção de voluntários, cada uma delas, tendo seu chefe de secção particular.

FUNCIONAMENTO DO SERVIÇO

O serviço de incêndio se sobrepõe a todos os outros.

A secção de permanentes, assegura os serviços quais: prevenção do fogo, prontidão de fogo, serviço telefônico e de alerta, serviços de primeiro socorro, partidas rápidas.

O serviço de prontidão de fogo, é regulado de tal forma, que o pessoal possa ter um repouso periódico de um dia completo. Fora das horas de serviço, na prontidão para fogo, os graduados e os bombeiros da secção permanente, são empregados nos serviços da "Maire" (prefeitura, no nosso caso).

A duração dos serviços de instrução, é de duas horas por dia, durante os quais, o pessoal está à disposição do Chefe do Corpo, para a instrução, manutenção do material e as necessidades da caserna.

O serviço municipal está fixado num número de horas por dia, igual ao total de horas de trabalho, diminuído das duas horas consagradas ao serviço de incêndio. Durante êsse tempo, salvo o caso de alerta, em proveito do serviço de incêndio, o pessoal está à disposição dos Chefes de Serviço da "Maire".

Em caso de alerta durante as horas reservadas ao serviço municipal o pessoal deixa o trabalho, se dirige à garage do material de incêndio que deve estar perto, em condições de desempenhar a missão de bombeiro.

O Chefe de Corpo ou de Posto, segundò o caso, assume então o Comando. Fora das horas de trabalho, seja de dia ou à noite, o pessoal da guarda, que está sempre presente à caserna, age como precedentemente.

BOMBEIROS VOLUNTARIOS

Si o número de bombeiros permanentes é insuficiente, torna-se necessário criar uma secção de bombeiros voluntários. Esta secção será destinada a assegurar os serviços de segunda partida, os reforços para os sinistros importantes e a manobra dos engenhos especiais à essa secção, terá seu chefe e seus quadros particulares que não se confundirão com os da secção permanente.

Há interêsse de formar, nesta secção, um grupo tão importante quanto possível de graduados e de bombeiros alojados nas proximidades e que serão alertados em seu domicílio, no momento de necessidade, por meio de uma campanha acionada por telecomando. Eles se reunirão rapidamente na caserna e substituirão seus camaradas da secção permanente que partiram; assegurarão a continuidade do serviço de prontidão, assim como as partidas de socorro que se tornarem necessárias. Os outros graduados e bombeiros alojados muito longe da caserna serão alertados no momento desejado se o seu concurso se tornar necessário.

A retribuição dêsse pessoal será assegurada por meio de prêmios pelo tempo passado no serviço especial: luta contra incêndio, exercícios de instrução, rondas, etc.; além disso, tem-se em conta de atribuir uma pensão vitalícia depois de longo tempo de serviço (30 anos, por exemplo).

CIDADES DE PEQUENA IMPORTANCIA

Nas cidades onde a pequena densidade da população não permite formar-se uma secção de bombeiros permanentes, mesmo limitada a alguns homens necessários para assegurar em todo o tempo uma partida de primeiro socorro, será sempre possível constituir, em uma caserna de bombeiros voluntários, onde serão preparados alguns alojamentos, um serviço de defesa e de socorro contra incêndio, de alto valor, suscetível de intervir prontamente em tôdas as circunstâncias.

O corpo de bombeiros voluntários será recrutado em princípio entre os empregados municipais, completado com alguns operários trabalhando em oficinas nas proximidades. Este pessoal, alojado na caserna, estará presente durante a noite, nas proximidades durante o dia e constituirá uma primeira prontidão pronta a partir rapidamente.

Um bombeiro profissional igualmente alojado, sub-oficial mecânico, em princípio, asseguraria sob a autoridade do chefe de corpo e conservação do material e a permanência na caserna. Os outros graduados e bombeiros dispersos na aglomeração, seriam chamados no momento preciso; uma parte entre eles pode ser chamada por meio de um sistema de telecomando. Eles viriam rapidamente preparar uma segunda prontidão que estaria pronta a intervir. A reunião geral seria,

então, assinalada por meio de um aparelho sonoro, uma sirene geralmente.

PEQUENAS CIDADES, BURGOS E COMUNAS, DESIGNADOS CENTROS DE SOCORRO

As pequenas cidades, burgos e comunas, transformados em centros de socorro numa organização departamental devem, no limite de seus meios e com a ajuda do departamento, organizar seu serviço, assim como acaba de ser explicado. Si essas localidades não podem dispôr de alojamentos necessários para o pequeno número de bombeiros destinados a formar uma primeira prontidão, ser-lhe-á sempre possível manter e alojar um bombeiro profissional, que será o chefe de corpo e que assegurará ainda o serviço de permanência, de alerta e de conservação do material.

Um pequeno grupo de bombeiros, escolhidos tanto quanto possível entre os operários habitando e trabalhando nas imediações do posto de bombeiros, alertados em primeiro lugar (sistema de telecomando), constituirá um primeiro elemento de partida, que será completado por outros bombeiros alertados por sinais acústicos, sirene de incêndio em particular.

COMUNAS, NÃO CENTRO DE SOCORRO

Estas comunas podem se dispensar de organizar um serviço de defesa e de socorro contra incêndio, pois que elas são defendidas pelos centros de socorro organizados no quadro departamental.

Entretanto, haverá interesse de manter ou cuidar um pequeno corpo de bombeiros regularmente constituído que, dotado de material de primeira intervenção, terá por missão levar o primeiro socorro, esperando a chegada de meios mais possantes, enviados pelo centro de socorro interessado. Em razão de suas possibilidades de intervenção rápida, este elemento de primeiro socorro, será suscetível de prestar bons serviços cada vez que ele puder intervir em um sinistro desde o início.

Resumindo e concluindo: acabamos de vêr duas coisas de grandes linhas: as organizações municipais dos serviços de incêndio em suas diversas formas; vimos também, sua reunião, sua articulação e seu jôgo no quadro territorial e administrativo do departamento, que possui o pessoal diretor: Prefeito e Inspetor Departamental.

Este serviço departamental que a administração francesa recomenda com tanta convicção, porque ela pôde constatar sua eficiência "in loco", não é uma organização recente, uma idéia nôva; é uma coisa que se criou espontâneamente, produto natural da evolução dos espíritos preocupados com a segurança pública, cujos primeiros ensaios se manifestaram esporadicamente, sob a influência de necessidades sempre mais prementes.

O decreto-lei de 13-XI-1938, nada criou; não fez mais do que tornar legal o que de fato já existia em alguns lugares e ganhava terreno, pois a idéia era boa. E ainda, indo mais longe, pode-se ainda perguntar: os criadores do serviço departamental foram na realidade, inovadores? Pode-se mesmo afirmar que os mesmos não fizeram outra coisa do que aplicar o que já existia em Paris há muito tempo. As mesmas necessidades de segurança teriam provocado as mesmas reações e conduzido às mesmas realizações.

Com efeito, a organização de um serviço departamental não é mais do que a aplicação sobre toda a extensão do território de um departamento, da organização realizada em Paris, há 50 anos, aproximadamente.

Paris intra-muros está dividida em 24 setores de incêndio, todos dispondo de uma estação de socorro (caserna ou posto central); os socorros da estação do setor partem em primeiro lugar; o jôgo de reforços entre as estações vizinhas é organizado com antecedência; no caso de grande sinistro, o comandante de serviço vem tomar a direção dos socorros e dos reforços de que êle tem necessidade, que são enviados pelo Estado Maior do Regimento.

Isto exposto, pode-se afirmar que a única diferença real consiste no seguinte: os setores de Paris são inteiramente batidos, enquanto que os setores de província comportam terrenos de toda natureza, cuja maior parte é livre de qualquer construção.

Em resumo, o serviço departamental é uma aplicação nos departamentos da organização de incêndio de Paris, que demonstra sua eficiência há 50 anos, que passou pelas peripécias de longas guerras e que não é questão de se transformar no momento, não porque a organização é reputada perfeita, mas porque até o presente momento não se encontrou ainda melhor solução.

DELICADEZA DE SENTIMENTOS

O jornal sorocabano "O Cruzeiro" publica em seu número de 28 de março de 1948 a seguinte nota:

AOS FREQUENTADORES DO CINE CARACANTE

O motorista do carro da Auto Escola "Piratininga", que na noite de quinta-feira, acidentalmente, quando da saída dos assistentes dessa casa de projeções passou por uma poça de água, atingindo e molhando diversas pessoas, pela presente apresenta a todos as suas desculpas por esse acontecimento imprevisto e acidental, que muito lamenta.

Sorocaba, 27 de março de 1948.

RIGOBEL
(Guarda-civil)

Peres Barbosa

(Ressonância de «Ecce Homo»)

“Pocas veces se explica mal lo que se siente bien; porque la pasión, que manda en el pecho, logra casi igual obediencia en la lengua y en la pluma”.

Frei BENITO J. FEIJÓ.

¶

*Meu herói Peres Barbosa,
Defensor de leis severas...
A palavra tens formosa,
Ao cantar o que veneras!*

*Tua pena vigorosa,
Ordenou razões sinceras;
Sua luz corre ditosa,
A doirar o que ponderas!*

*Exaltar, como exaltaste,
Com civismo, com justiça,
O Senhor da heróica liça,*

*É assentar, como assentaste,
Em rubis de sangue ardente,
O valor da nossa gente!*

(*) Publicado novamente por háver saído com incorreção.



NOTICARIO

A Fôrça Pública de São Paulo comemora o seu 118.º Aniversário

Programa das festividades — Delegações presentes
Discursos pronunciados — Aspectos fotográficos

Para se ter uma idéia do brilhantismo de que se revestiram as comemorações do 118.º aniversário da Fôrça Pública, basta ressaltar-se o fato de haverem atendido ao nosso convite cerca de cinquenta e três camaradas, representando organizações policiais-militares de catorze Estados da Federação. A caserna paulista se rejubilou pela festa aniversária e, mais ainda, pela oportunidade de hospedar os cinquenta e três irmãos visitantes, e a tríade campeã das reivindicações da Família Policial-Militar Brasileira: Cantídio Régis, — Arruda Câmara e Peres Barbosa.

O programa da semana comemorativa, tão bem organizado como o do ano anterior, teve plena execução e constou do seguinte:

DEZEMBRO DE 1949

SEGUNDA-FEIRA — DIA 12

20,00 horas — *Ginásio da E. E. F. - R. Dr. Jorge Miranda, 132:*

- a) - *Abertura das solenidades comemorativas do 118.º aniversário da Fôrça Pública.*
- b) - *Apresentação de todas as delegações desportivas participantes do Torneio.*
- c) - *Jogos de voleibol e bola ao cesto.*

TERÇA-FEIRA — DIA 13

Excursão à Santos.

8,00 horas — a) - *Partida do quartel do B. G.;*

b) - *visita às obras da Via Anchieta;*

c) - *visita ao novo quartel do 6.º B. C.;*

12,00 horas — d) - *almôço oferecido aos oficiais pela Prefeitura de Santos;*

12,00 horas — e) - *almôço oferecido aos sargentos e demais praças pelo 6.º B. C.;*

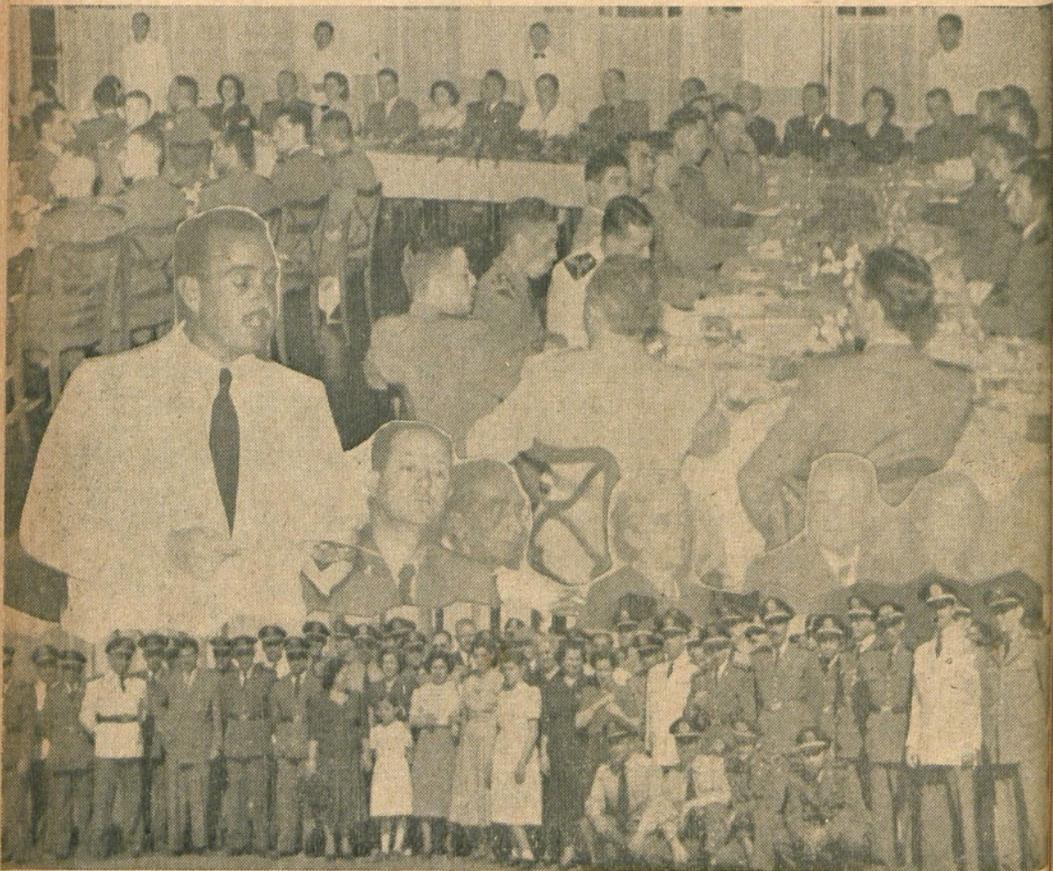
14,00 horas — f) - visita à Colônia de Férias do Clube Militar da Fôrça Pública;

15,00 horas — g) - Passeio às praias e logradouros aprazíveis;

16,00 horas — h) - Regresso a São Paulo;

20,00 horas — Ginásio da E.E.F. - R. Dr. Jorge Miranda, 132.

Jogos de bola ao cesto.



Aspecto do almoço oferecido pela Prefeitura de Santos, no Parque Balneário Hotel. S Excia., Prefeito Municipal proferindo discurso de recepção. Uma pose dos caravaneiros em frente à Colônia de Férias do Clube Militar, em São Vicente.

QUARTA-FEIRA — DIA 14

9,30 horas — Quartel do 1.º B.C. — Av. Tiradentes, 440

Solenidades militares

a) - hasteamento da Bandeira;

- b) - entrega da medalha "Valor Militar" a oficial e praças distinguidos com essa honraria no corrente ano;
- c) - apresentação e desfile de elementos representativos dos diversos órgãos da atividade policial-militar;

10,30 horas — *Visita ao novo pavilhão do Serviço de Transmissões, às oficinas do S. M. B. e S. I., à Caixa Beneficente e às obras do B. G., do Auditório-Cinema e do Hospital Militar.*

16,00 horas — *Clube Militar - Edifício das Américas.*

Recepção às delegações de oficiais;

20,00 horas — *Ginásio da E. E. F. — R. Dr. Jorge Miranda, 132.*
Jogos de voleibol.



Recepção às delegações de oficiais no Clube Militar da Força Pública.
No primeiro plano o Cel. Cmt. Geral da Força, ladeado pelos ceis. Arruda Câmara, Quintino Régis, Odilon A. de Oliveira e Peres Barbosa, no segundo o ten. cel. Cândido Bravo discursando.



As delegações visitantes prestando homenagem aos heróis de Canudos e da Legalidade junto aos monumentos levantados pelo povo paulista aos soldados da Força Pública mortos naquelas campanhas.

QUINTA-FEIRA — DIA 15

- 9,00 horas — *Igreja de São Francisco no Lgo. de São Francisco Missa celebrada pelo Exmo. Rvdo. Chanceler do Arcebispado, Cônego Roque Viggiano.*
- A seguir — *Visita aos túmulos do Brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar, fundador da Força Pública (cripta da citada Igreja), dos mortos nas revoluções de 1924 e 1932 (cemitério S. Paulo) e aos monumentos aos heróis de Canudos e da Legalidade (alas esquerda e direita do quartel do 1.º B. C.).*
- 14,00 horas — *Quartel General — Avenida Tiradentes, 718. Recepção às delegações de oficiais pelo Exmo. Sr. Cel. Cmt. Geral.*
- 15,00 horas — *Visita ao Monumento e ao Museu do Ipiranga — Homenagem aos Heróis da Independência.*
- 20,30 horas — *Ginásio da E. E. F. — R. Dr. Jorge Miranda, 132. Jogos de voleibol.*

SEXTA-FEIRA — DIA 16

.Excursão a Campinas e Nova Odessa.

- 7,45 horas — a) - *partida da Estação da Luz;*
b) - *visita ao Quartel do 8.º B. C.;*
c) - *visita à cidade;*

- 12,00 horas — d) - almoço aos s^gts. e praças, no quartel, oferecido pelo 8.^o B.C.;
 e) - almoço oferecido aos oficiais das delegações pela Secretaria da Agricultura, na Fazenda Modelo, de Nova Odessa;
- 16,00 horas — f) - regresso em ônibus;
- 20,00 horas — Ginásio da E. E. F. — R. Dr. Jorge Miranda, 132.
 Jogos de bola ao cesto.

SÁBADO — DIA 17

- 8,00 horas — visita à Cidade Universitária;
- 9,00 horas — visita ao Hospital das Clínicas;
- 20,00 horas — Teatro Municipal;
 Grande festival com participação da Grande Banda, da Escola de Educação Física e das unidades especiais da Força Pública;
- 21,00 horas — Pacaembú:
 Sessão Solene e Baile oferecido pelo Centro Social dos Sargentos às delegações de sargentos.

DOMINGO — DIA 18

Livre.

SEGUNDA-FEIRA — DIA 19

- 7,30 horas — Barro Branco - Cantareira
 Tiro de revólver para oficiais;
 Tiro de fuzil para sargentos;
- 10,00 horas — Centro de Instrução Militar - Encerramento do ano letivo;
- 11,00 horas — Passeio à Vila Militar e Horto Florestal;
- 16,00 horas — Ginásio da E. E. F. - R. Dr. Jorge Miranda, 132.
 Encerramento das solenidades e entrega de prêmios.

Delegações presentes

Vieram a São Paulo, trazendo o seu abraço fraternal, as delegações:

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Cel. Celso Bath Rosas — ten. cel. Jonathan Deserto Bastos — major Lourival Ventura — cap. Osvaldo Joaquim Pereira — cap. Hilário Longuinho Nunes — 1.^o ten. José Deserto — 1.^o Romário Porto de Oliveira Júnior — 2.^o ten. Abílio Gomes Vieira — asp. Eudorico de Oliveira Carneiro e Amarante Ferreira Sampaio.

POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL

Ten. cel. Lúcio José Fortes de Lima — cap. Hélio Miranda Quaresma — 1.^o ten. Anisete de Almeida — 2.^{os} tens. Heitor de



As delegações nas escadarias do Monumento do Ipiranga, ocasião em que foi prestada homenagem aos Heróis da Independência.

Abreu Soares, Almiro de Oliveira Brito, Alberto Santos Duque Estrada Meyer, Ivan Ribeiro de Araujo Viana, Ari Pereira Barcelar, Moises Werneck e asp. José Jourdam Barroso Ruiz.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Major José Meira Júnior — cap. Deli Oscar Miranda e 1.º ten. Adolfo Drubsok.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO CEARÁ

Major Marcan de Matos Dourado e Cap. Waldir Cavalcante Saldanha.

BRIGADA MILITAR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Major Dr. Mário Marques Fernandes — cap. Silanus Monteiro Serafim e 2.º ten. Ernani Afonso Trein.

FÔRÇA POLICIAL DO ESTADO DO MARANHÃO

Major Arlindo Faray e 2.º ten. Raimundo Sadock Costa.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIAZ

Caps. Odenir Barbosa Guimarães, Hélio Teixeira e Cláudio das Neves.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Cap. Josias Santa Rita — 1.ºs tens. Floriano Lopes Rubim, Euripedes Andrade e Argeu Furtado de Almeida — 2.ºs tens. Nicenor Alves Soares, José Macedo de Andrade, Ivo Araujo Gomes e Carlile Neto.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Cap. João Rodrigues da Silva e 1.º ten. Jesús Jardim de Sá.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA BAHIA

Cap. Ulisses Rocha e 1.º ten. Nivaldo Lins da Costa.

POLÍCIA MILITAR DO EST. DO RIO GRANDE DO NORTE

1.ºs tens. Antônio Morais Neto e Sebastião de Souza Revoredo.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ

1.ºs tens. Benoit Pontes Cidreira e Virgílio Leiníg de Melo.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA

1.ºs tens. Timotheo Braz Moreira e Paulo Sami.



VISITA A CAMPINAS

- Grupo de oficiais visitantes à entrada do Quartel do 8.º B. C.
- Grupo constituído por sargentos do 8.º B. C. e das delegações.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARÁ

1.º ten. José Barbosa de Vasconcelos e 2.º ten. Durval Nogueira de Souza.

— :: —

Das delegações mais numerosas que conosco estiveram, uma chamou-nos particularmente a atenção. Trata-se da delegação da Polícia Militar do Estado do Rio, que trouxe como chefe o próprio comandante daquela Corporação, cel. Celso Bath Rosas. Vieram dez elementos, que, como os da Polícia Militar do Distrito Federal, portaram-se bravamente nas pugnas esportivas. Conversando com o jovem coronel ouvimos-lhe elogiosas referências a MILITIA, cuja redação era seu desejo-visitar, o que só não se deu pela premência

de tempo e a necessidade da execução do programa das festividades. O Comandante da Milícia Capichaba contou-nos do seu desejo de fundar naquela corporação um jornal, que fôsse o seu órgão interno. Congratulámo-nos com êle, por essa conquista intelectual para os soldados fluminenses, e fazemos votos, seja "O Trem-Terra"; êste será o nome do jornal, breve realidade.

O cel. Bath trouxe em sua comitiva o ten. Romário de Oliveira Júnior, o "Homem Dicionário" cuja entrevista publicamos neste número.

Discursos pronunciados

Tivemos êste ano entre nós, como convidados de honra, Arruda Câmara, Peres Barbosa e Quintino Régis, os quais nos brindaram com escrínios literários, que são também trajetória a ser seguida pelos novos. Pena é que a vibrante oração de Arruda Câmara, dita ao calor do improviso, não possa ser levada por nós aos camaradas dos mais longínquos rincões da Pátria.

Outros expressivos discursos foram proferido e MILITIA os transcreve prazerosamente:

Trabalhar, Porfiar, Renunciar, Sofrer, pelo engrandecimento da Classe . . .

Cel. Peres Barbosa — da P. M. do Distrito Federal

Em nenhum momento da minha melancólica existência, como soldado e cidadão, fui alvo de tão grande honra, como esta que me está conferindo, por fidalga generosidade, o dinâmico Comando da Fôrça Pública do Estado de São Paulo, a sua officialidade e as luzidas delegações das Polícias Militares aqui representadas: aquele convidando, à minha mulher e à mim, para os imponentes festejos comemorativos da fundação da

secular corporação; e estas envolvendo-me constrangido, nas homenagens que estão sendo prestadas a Arruda Câmara e Cantídio Régis.

Se me fôsse permitido escolher, agora, o lugar que o coração e a consciência me indicam, eu estaria entre vós, meus camaradas, rendendo o culto da minha admiração e do meu reconhecimento a esses dois grandes lideres das nossas Campanhas pela sobrevivência das Po-

lícias Militares e de Congraçamento dos seus oficiais, pelos inestimáveis serviços que, todos, lhes devemos. Aqui, onde imerecidamente estamos, colocariamos, então, um oficial. Um desses que sabem trabalhar, porfiar, renunciar, sofrer pelo engrandecimento da sua classe, pela dignidade da sua farda, pela sobrevivência da sua tropa; um desses que transpõem os limites do seu Estado e vão, vibrantes e ardentes lutar pelos ideais e aspirações dos seus irmãos, sem olhar consequências nem médo sacrifícios; um desses que conhecem a alegria de ser bom e de ser útil.

Eu, não. Eu fui, apenas, o aprendiz de corneteiro que, mal alfabetizado é incapaz de decorar a "Ordenança", executou o toque de "Reunir", em tormentosa hora H, soprando-o sem vida e sem vibração, frouxo e claudicante, como êsses que arrancam de ocultos soldados vadios, nos pátios dos quartéis, vaias de gargalhadas, assovios e latidos de cães...

Conclui-se, sem esforço, que nenhum mérito tive, nem culpa, e tudo resultou da circunstância de me achar de "piqueté".

Não assim o Cândido Bravo. Companheiro e continuador de Rocha Marques, cujo espírito

deve estar presente, invisível aos nossos olhos, contemplando o coroamento das grandes obras que ajudou a fazer sonhos e realidades, — Cândido Bravo foi vanguardeiro da primeira hora; carreou a cooperação efetiva que São Paulo deu a todas as realizações a prol das Polícias Militares; refletiu, com raro brilho e limpidez, o alto nível profissional e cultural, o espírito militar e de classe, o civismo e o amor corporativo, que constituem atributos comuns dentro dos quadros de oficiais bandeirantes; e sondou os vossos ideais e aspirações, defendendo-os com pertinácia e vigor, em sentido unionista e patriótico. Assim, caríssimos camaradas da Fôrça Pública de São Paulo e das delegações das Polícias Militares, tolerai que eu reparta com o comandante Bravo, irmamente, o quinhão de glórias que me destes, mais pelo que lhe devemos, menos pelo que lhe deveis, na realização das nossas conquistas morais, legais e materiais.

A parte restante, que me esmaga pelo peso e queima pelo calor, — astro em chamas caído sôbre um verme! — eu tenho a honra de transferir, pela delegação que aqui se encontra, á minha querida Polícia Militar,

cuja alma coletiva me inspirou, animou, protegeu e amparou para que eu tivesse a felicidade de viver o dia que estou vivendo.

Depois, quando voltarmos à humildade da nossa casa, minha mulher e eu, ainda voltaremos vergados sob os tesouros que prodigamente nos destes e que nunca esqueceremos, nem perderemos, nem nos serão furtados: a nossa gratidão pela vossa fraternal hospitalidade, a

lembrança dos vossos festejos, a saudade do vosso convívio, a certeza da vossa estima, a lição de educação moral contida no culto dos vossos mortos, e, por fim, a honra insigne de estarmos rezando, nesta oração, um voto pela vossa felicidade e perenidade da Corporação modelar, brava e heróica, que honra e engrandece as suas co-irmãs; a Fôrça Pública do Estado de São Paulo !

COOPERATIVAS REGIONAIS:

Santa Isabel — Jacareí — Santa Branca — São José dos Campos — Paraibuna — Taubaté — Pindamonhangaba — Roseira — Guaratinguetá — Lorena — Valparaíba — Aguai.

COOPERATIVA CENTRAL DE LATICÍNIOS DO

ESTADO DE SÃO PAULO

Regist. M. A. sob n.º 4 e S. A. sob n.º 47

Escritório e sede central:	(Diretoria	9-2658
Rua Dr. Almeida Lima, 523	Fones (S. Comercial . . .	9-2659
SÃO PAULO	(S. Técnica	9-2681

CAFÉ — sendo ROCHA é BOM

Rememorando lutas passadas

Cel. Cantídio Q. Regis — da P. M. de Santa Catarina

Quando me inteirei da notícia de que a Fôrça Pública dêste Estado havia decidido receber-me para conferir-me a honra desta expressiva e tocante homenagem, para logo mergulhei dentro em mim mesmo para auscultar-me e indagar das razões que a levaram a tal procedimento.

Longa, lenta e difícil foi, incontestavelmente, a caminhada que empreendi. Percorri todos os abismos do meu ser para poder sentir os frémitos da alma e o estremecimento desordenado do coração.

Do balanço a que procedi nessa singular jornada, a consciência não acusava o desejado saldo de serviços merecedores de paga de tão alta valia; o coração — sempre o velho músculo! — desfazia-se em alvoroços!

Foi tudo quanto vi e senti na viagem por sítios tão estranhos.

Como achasse pouco, demasiadamente pouco, lancei, então, um olhar retrospectivo pela estrada real percorrida...

Em 1932, sentindo os anseios de uma classe abandonada à sua própria sorte, sofrendo resignadamente a afronta de uma miséria que era mais moral do que material, entendi de iniciar uma campanha visando a alertar os companheiros de todos os Estados da Federação, mostrando-lhes a possibilidade de se integrarem na comunhão nacional da qual, inexplicavelmente, estavam afastados.

Como as idéias andam derramadas pelo ar, simultaneamente, publicava a

"Revista de Polícia", do Distrito Federal, interessante carta do velho companheiro major José Vitoriano de Medeiros, da P. M. do Rio Grande do Norte, clamando contra a situação de penúria em que nos encontrávamos.

Em seguida, aparece a consulta formulada pelo "Clube da Polícia Militar e C. B." da Capital da República indagando do nosso pensamento quanto à situação aflitiva e de abandono das nossas corporações.

I CONGRESSO DAS POLÍCIAS MILITARES

Mal havia eu dado os primeiros passos por caminhos tão abruptos, já vi na estrada que iríamos percorrer, a figura extraordinária da história das PP. MM., e que se destacou, em magnífico relêvo, logo aos primeiros minutos da luta que iamos começar: Peres Barbosa!

Desde então, numa significativa afinidade de sentimentos, percorremos a estrada acidentada que ia ter à Constituição de 1934, ano em que se realizou, no Rio, o primeiro Congresso das PP. MM. A êle compareceram representantes de alguns Estados. Daqui compareceram os tenente Cândido Bravo — digno e honrado companheiro, inteligente e culto, a quem nossas corporações devem assinalados serviços, a par do seu acentuado e invulgar espírito de classe; cap. Ismael Guilherme, que já se não encontra entre nós, mas que ainda vive e viverá na nossa saudade e na nossa crescente admiração.

A primeira reunião do chamado "Congressinho", realizou-se na sede do Clube da P. M. do Rio, na noite de 16 de outubro de 1934. Por excessiva bondade dos nossos companheiros, fui aclamado presidente do conclave. Secretariou os trabalhos Peres Barbosa que já se singularizava pela abnegação.

Naquela mesma noite, foram nomeadas as seguintes comissões que aqui relato a título de recordação histórica:

Organização: 1.º ten. Cândido Bravo e cap. Ismael Guilherme, de São Paulo;

Instrução: 1.º ten. Alberto Gomes da Cunha, do D. F., representando Mato Grosso;

1.º ten. Ismael Goes de Lima, de Pernambuco;

Garantias: 1.º ten. Oscar José de Sá, da Bahia;

aspirante Milton Gomes, do Rio Grande do Sul;

Justiça: cap. Sidronílio Firmino, do Espírito Santo;

1.º ten. Francisco Caminha, do Ceará.

Foi a isto que se deu o nome pomposo de Congresso das PP. MM. e que alguma preocupação causou... E eramos apenas a sombra de uma realidade, mas palpável...

Por volta das 21 horas daquela noite memorável, a sessão foi interrompida, ligeiramente, afim de que o Bravo e o Ismael atendessem um chamado da Telefônica.

O interurbano havia funcionado. Houve murmúrios. Pairava no ar indagações, mas nada transpirou. A sessão foi encerrada às 23,30 horas e mar-

cada outrá para a noite seguinte, 17 de outubro, às 20,30 horas para se iniciar o capítulo da organização. Reuni-mo-nos no dia e hora prefixados, mas o Bravo e o Ismael já haviam tomado o trem na Central recolhidos à sede de suas unidades.

De volta do "Congressinho" quiz rever amigos e passei por aqui... Um jornal publicou extensa e espalhafatosa notícia da minha passagem por São Paulo. Compreendi, tudo, então. Estavam postos à prova, mais uma vez, o grande espírito de classe, a excelente camaradagem que reinava entre os do "Congressinho" enquanto estavam vingados o Bravo e o Ismael... Ainda é cedo para dizer-se do que se passou por aqueles dias que, indistintamente, prefiguravam o 10 de novembro de 1937...

NOVOS APOSTÓLOS

Prosseguindo na obra iniciada, a muito custo fomos conquistando apóstolos para a cruzada, mas desde os primeiros instantes, apareceu em cena a grande e saudosa figura de Rocha Marques, à beira de cujo túmulo estivemos nós, levando-lhe uma palma que traduz a nossa afeição por um camarada valeroso tão brusca e tão prematuramente roubado à nossa convivência e à nossa causa.

Por aqueles dias, tão apreensivamente vividos, tudo eram obstáculos que se antepunham às nossas objetivações. Além do mais, a nossa situação financeira era mais que precária e o número de adeptos não era animador. No entanto, mesmo a custo, o trabalho ia seguindo o seu curso normal.

CAFÉ ROCHA, sempre gostoso

Além de estarmos quase sós na arena, entre gladiadores que usavam armas desiguais, ainda não contávamos com um homem para debater no plenário da Constituinte as nossas aspirações que, em verdade, eram insignificantes diante do que merecíamos.

O PALADINO

Foi Peres Barbosa quem acabou por descobrir o Padre, que lhe fôra recomendado pelo nosso companheiro Emerson Benjamim, de Pernambuco.

Padre, para nós, para os da P.M.M., quer dizer o Paladino, o batalhador intemerato que nao descançou enquanto não viu solucionado, favoravelmente, a nossa causa. Foi por êle, com êle e através dêle, que figuramos na Constituição, conquistamos a lei 192, e ainda mais tarde, a dignificadora e humana lei do Montepio dos componentes da P.M. do Distrito Federal.

A seu lado, todos os dias, e muita vez pela noite a dentro, estava sempre solícito, redigindo, angariando dados e rebuscando arquivos, a figura nunca igualada de Peres Barbosa. Ambos trabalhavam exaustivamente, mas confiadamente.

Confesso que seria estultícia da minha parte negar que, à medida das minhas apoucadas forças, ajudei a carregar algum material para a construção do monumento plasmado por Peres Barbosa e erigido pelo Padre. Nisto apenas, e só nisto, reside porventura o meu merecimento. Peres destacou-se pelo esforço envidado, pela vigilância indormida, pela vigilância ativa e que requeiriam mais do que lhe era possível. Foi até ao sacrifício pela nossa causa cuja figura central era o Padre, que nos defendeu com galhardia, com bravura indômita, com denodo invejável. Lu-

tou contra tudo e contra todos, sem desfalecimento, até nos integrar na Nação, cujos representantes, na altura dos acontecimentos e diante da argumentação irrespondível do nosso invicto representante, já se mostravam sensíveis aos nossos rogos.

Os senhores devem estar a estranhar a expressão de que faço uso quando me refiro ao ilustre Deputado Arruda Câmara chamando-o apenas de Padre. E' que êle está tão integrado na nossa causa e tão sobejamente conhecido por Padre, que outro nome ou outro título não nos serviria.

Hoje é êle Monsenhor; hoje, como ontem, é deputado federal; amanhã será senador ou bispo, ministro ou cardeal, pouco importa: são títulos muito expressivos, sem nenhuma dúvida, mas não têm quase sentido para os que vestem a farda das Polícias Militares.

Quando nós dizemos simplesmente Padre, todos compreendem porque sentem e sabem que padre, para nós, é um só; é o que nos defendeu, é o que conquistou as nossas franquias, é o que nos deu personalidade, é o que se firmou nos nossos corações.

Quando se alude ao defensor dos nossos ideais, quando pensamos que houve um cavaleiro andante de nossa cruzada, quando se sabe que houve um homem que suou dissabores e foi atacado na sua honra pela causa dos policiais brasileiros, logo se desenha, na nossa imaginação agradecida, a figura inconfundível do Padre, isto é, do deputado Arruda Câmara que, em noite célebre, levou a Câmara Federal a aprovar, por aclamação, a lei 192. E' por isso e pelo mais que ainda não se deve dizer, que êle está entronizado nos nossos corações como Padre, palavra que

traduz tudo e explica uma obra dura-doura e vasta.

Então, quando o tomamos no sentido substantivado e dizemos — O Padre — logo surge diante de nós, magestoso e magnânimo, o ungido pela gratidão, o abençoado pelos órfãos da P. M. do Distrito Federal.

Foi por mais esta obra de sentido espiritual que a P. M. do Rio Ihe inaugurou o retrato na séde do seu clube, vai para dois anos. Foi escolhido para dizer da homenagem Peres Barbosa que, embora já reformado, estava intimamente ligado à sua obra. O seu formoso discurso todos conhecem e MILITIA o transcreveu na íntegra. Ali não está o desespero e o despeito doentios de um homem ferido na bata'ha e deixado ao relento, mas o joalheiro raro, o artista perfeito que, arrebatado, fundiu mazelas da alma e as bugigangas do espírito artificial de uma época, para que Ihe saísse das mãos ambas, aquele labor precioso, de impecável acabamento, para oferecer ao Padre com tôda a rutilância das pedrarias custosas de sua invejável espiritualidade. Opulenta no conteúdo e maravilhosa na forma, "Ecce Homo" é o desabafo de velhas queixas, à surdina, o gemido de um companheiro fiél aos seus compromissos e que ainda ri... mostrando o coração em pedaços!

Como viram, Arruda Câmara, com o nome de Padre, viverá a vida das Polícias Militares. E acredito, sinceramente, isso deva orgulhá-lo.

Nos dias mais acesos da jornada, ninguém perguntava pelo deputado Arruda Câmara: todos queriam saber onde estava o Padre, o que estava fazendo o Padre, como pensava o Padre. E essa expressão ficou definitivamente enraizada na nossa alma, porque Padre era o

nome que tudo encerrava e tudo explicava.

Desta forma, foi o Padre a figura heróica da nossa caminhada, que nunca mediu sacrifícios, sempre ardoroso, exuberante de entusiasmo, sem se deixar assaltar pela dubiedade, nem se abater pelo silêncio dos descrentes ou dos acomodaticios. Foi em tal atmosfera pejada de ameaças que obteve pleno êxito no seu arrojado cometimento.

Não sei em como poderão as PP. MM. pagar-lhe tamanha dívida de gratidão! O Padre e o Peres foram as duas figuras mais ilustres na consecução dos nossos propósitos.

Um dia, quando se puser em letra de fôrma a história secreta da nossa campanha — sim, porque também temos uma história secreta — muita gente há-de estarrecer-se diante de muitos episódios que contrangem a nossa alma e ferem a nossa sensibilidade, principalmente no que tange à situação financeira de alguns que mal ganhavam para o sustento da família, mas impulsionados pelo desprendimento e animados pela fé nos nossos destinos, realizaram verdadeiros milagres.

Relembrar, neste momento, o trânsito das nossas corporações pelas páginas da história, páginas soberbas, eivadas de abnegação, mas desgraçadamente esquecidas no fundo empoeirado dos arquivos, afigura-se-me inoportuno, pelo respeito que me merece a dor Iheia, as nossas próprias dores, que só encontraram lenitivo no trabalho ingente do Padre e do Peres Barbosa.

Depois de quase cem anos de olvido, quando a Nação foi sacudida por uma revolução que se viu vitoriosa, procurou resolver, de imediato, o problema social que rosnava ameaçadoramente, mas ainda tentou esquecer as PP. MM.

ha hora em que até os garçons já se beneficiavam com uma legislação pródiga, embora inspirada em idéias subjetivas. Avivar as côres de um quadro que por uma centúria foi lançado no desvão de um corredor empoeirado, seria tocar uma chaga mal fechada, que ainda sangra ao menor contato, mas que está em vias de cicatrização pelo penso destes minutos que estamos vivendo juntos, pelo bálsamo da convivência acolhedora e vivificante dos senhores que dão provas inconcussas de compreensão no apreciar e até premiar serviços alheios.

O tempo que tudo apaga, gera o esquecimento, decanta tôdas as turvações, esfuma as côres vivas, das paixões e da inveja, atenua os despeitos e anula ressentimentos, proporcionará a clareza da compreensão no apreciar o passo agigantado que se deu no caminho da conquista de direitos para homens tão arraiaçados no cumprimento do dever que mal tempo tinham para cuidar de reivindicações que escapavam à sua infinita credulidade nas figuras que, ao tempo, dirigiam os destinos do Brasil.

Não fôra a grandeza de alma do Padre e o instinto apurado do Peres, não sei o que seria dos senhores que já se impuseram ao conceito da Nação e dos seus pró homens por atitudes como as desta hora; não sei o que seria de nós para estar aqui a receber tanto por tão pouco!

MUITO OBRIGADO!

Quando recebi o convite para esta festa que é uma festa do espírito e também do coração — a minha primeira intenção era dizer-lhes apenas duas palavras que tudo traduzem: muito obrigado!

Mas, como suspeitasse que o laço-nismo de tão mesquinho agradecimento pudesse ferir-lhes a sensibilidade, resolvi descortinar uma ponta do véu que dá para o passado querendo, simplesmente, mostrar que compreendo o alcance da homenagem que prestam a dois homens que devem viver sempre no coração dos que vestem a farda das PP. MM. brasileiras.

Quanto a mim, confesso que ainda não atinei com as razões que determinaram o figurar ao lado dêsses dois vultos, dêsses dois expoentes da nossa jornada.

Por mais que investigasse, por mais que desse tratos à inteligência, por mais que buscasse o sentido da homenagem, não encontrei motivos plausíveis para uma festa como esta.

Perdoe-me o nobre, culto e exemplar Comando Geral, releve-me os seus insuperáveis oficiais, mas aqui o coração falou mais alto do que a razão, a inteligência foi sujeitada pela bondade.

Contudo, o que se não justifica, pode ser explicado.

Dos poucos que seguiram às pegadas de Arruda Câmara e Peres Barbosa na rota que rasgaram no terreno escabroso da constitucionalização das nossas corporações, eu figurei entre os que mais se lhes aproximaram. Em tôda a curva das veredas sinuosas que abriram sangrando as mãos, quando olhavam para trás sempre me viam, mesmo entre a poeira densa das horas desoladoras. Era-lhes uma sombra; uma projeção refletida num plano secundário mas iluminada por êles.

Como não pudesse caminhar lado a lado com êles, contentava-me com seguir-lhes os passos pelo instinto de sujeição, êste néxo interior que liga o

subordinado ao superior aliado à vontade que me compelia a igualar-me à personalidade dos vultos que me precediam naquela memorável caminhada.

Não podendo comparar-me a eles na igualdade combativa pela causa, desejava, ardentemente, participar daquela superioridade, integrando-me nos seus pensamentos e na consecução da sua obra, o que foi, para mim, fonte de imensa satisfação.

A minha auto-consciência afetiva despertou e realizei tão somente aquilo que era lícito esperar de um homem e um companheiro que, por temperamento, sofria com o sofrimento alheio. Um homem e um companheiro que seguia os dois chefes com a fé de um crente, como entusiasmo de um apóstolo, na pregação de idéias salutares e princípios regeneradores enunciados pelos magos da nossa campanha e hoje consubstanciados na Carta Magna da República.

Apesar de não podermos colocar no mesmo pé de igualdade os serviços que prestamos, no empreendimento que custou alguns anos de labor e ainda não está terminado, contudo fui dos que, sempre indormidos, acompanhou a marcha dos acontecimentos com a maior fidelidade, sem desfalecimentos, com os olhos postos no ideal que abraçáramos, visando a redenção de uma classe deslembrada e que sujeitava os seus justos anélos, porque faz da disciplina o seu padrão de glórias, do cumprimento do dever o seu mais belo e invejável florão e da lealdade, o luminoso título honorífico que ilustra a sua existência.

Talvez fosse pelo que acabo de relatar, sucintamente, que é muito pouco

diante do panorama que se desdobrá pelo futuro em fora, que os senhores encontraram motivos bastantes para me incluir no rol dos homenageados deste dia da mais alta significação, da mais alta expressão para os componentes da gloriosa Fôrça Pública de São Paulo.

Por feliz inspiração, segui os caminhos batidos por dois predestinados, caminhei o mesmo chão, percorri as mesmas trajetórias, e senti as suas emoções, compreendi tôdas as suas decepções e exultei com as suas alegrias contagiantes.

Penetrado de idéias tão generosas que me inculcaram, parti em 1932, com decisão varonil e desse desígnio não me afastarei nunca "até que a morte me tape a bôca com um punhado de terra".

Continuo em plena caminhada, e ainda em 1946, comparecemos às comemorações aniversárias da nobre Brigada Gaúcha, a história viva do Rio Grande do Sul, onde ventilamos o assunto, com o mesmo entusiasmo das primeiras horas do embate, para manter o espírito alertado, preparado para o futuro, porque a nossa vitória não está definitivamente consolidada. Impõe-se ainda uma vigilância ativa.

PANORAMA MUNDIAL

O mundo, senhores, saiu aparvalhado das duas últimas guerras e ainda é muito cedo para se prever o nosso destino, é prematuro todo o juízo racional sobre o futuro da nossa civilização que se exaure na pressa e se corrompe no imediatismo.

Quando tudo reclama reflexão, os homens se desmandam em palavras des-

CAFÊ ROCHA, o amigo dos bons paladares!

pidas de sentido, em catadupas de frases ornamentais e em discussões ociosas deferindo férias ao pensamento.

Não há tempo para meditações profundas que, certamente, trariam, como consequência, a reforma das idéias, a renovação dos processos políticos, a criação de uma mentalidade nova, restabelecendo a ordem nos espíritos e restaurando hábitos e costumes que, por velhos, não devam ser relegados da nossa estima pelos perigos que podem acarretar para a sociedade.

Precisamos atentar em que a apostasia se está generalizando, a demagogia cria formas esquisitas, o pauperismo é problema que ainda está a desafiar a ação dos Poderes Públicos e a luta de classes é indistarcável.

Este o panorama, prenhe de apreensões, que eu não pinteí, sinão que copieí tal qual se vê cotidianamente, sabendo a rito pagão.

A desproletarização tem sido, nestes últimos anos, uma constante dos govêrnos, mas é problema, cuja solução, exige muita circunspecção, porque cumpre indagar, antes de se dar mais alguns passos nesse terreno paludoso, se o proletário ao elevar-se, economicamente, perde a consciência de classe.

Quando não se dá ao caso solução objetiva, podem verificar-se desvios no rumo delineado, o que representa grave perigo para o organismo social ameaçado nas suas próprias bases.

Estou que, para a consecução de obra de tal monta, é necessário que a ação governamental se faça sentir em todos os planos da atividade econômica, a começar pelos grupos parciais em situação econômica característica que rompe o nível estabelecido na ânsia de lucros ilimitados.

Coibindo-se excessos e criando-se uma mentalidade econômica sadia, reduz-se as distâncias entre as camadas sociais, suavizando-se as diferenciações da comunidade, enquanto, do mesmo passo, inspira-se confiança e novas esperanças no proletariado.

Apesar do patriotismo do Poder Público, não obstante a sua atuação incontestável, o emaranhamento de tão graves quão palpitantes problemas, ainda está a reclamar mais algumas providências acauteladoras da nossa ordem social e moral. Tudo ainda sugere pre-ocupações a cada instante.

GUARDA AS NOSSAS INSTITUIÇÕES...

Por isso continuo em atenta observação, alertado, montando guarda às nossas instituições como o fazem todos os espíritos bem formados, mas procurando dar novo aspecto às nossas corporações, o que se ensaiou em Pôrto Alegre em 1946.

A federalização das Polícias Militares não é mais possível porque a Constituição já nos obstou o passo. Contudo, isso não impede se elabore nova lei dando outra feição às nossas corporações, não só no que diz respeito à imprescindível unidade de Comando, mas sobretudo no que concerne à unidade de direção, para que o Govêrno Federal, e o próprio E.M. do Exêrcito, possam dispôr, com mais segurança, desta reserva ativa, no momento oportuno, em tôdas as regiões do País, que não pode fugir à realidade em que se debate o mundo.

Isto é o que visava o projeto de lei que redigimos em Pôrto Alegre. Tentativa limpamente patriótica que deve merecer encômios das autoridades

é o apóio decidido de todos os companheiros porque estávamos animados do espírito de colaboração sadia.

Por tudo isto é que continuo com a mesma bandeira desfraldada, bandeira sob cujas dobras se abrigaram os primeiros voluntários para a cruzada que iniciamos em 1932 porque nós sabemos, hoje mais do que ontem, que a ação subversiva que conturba o mundo, tem caráter internacional e cria, por este motivo, a especiação social, o que é altamente lesivo aos supremos interesses de um povo politicamente organizado.

A amplitude das atividades políticas e sociais do mundo, já não comporta providências regionalistas que podem ser rápidas e mesmo eficazes, mas perdem muito em extensão e profundidade.

Estamos, portanto, dentro do princípio porque sempre nos batemos, atagando as mesmas idéias construtoras, com o pensamento voltado para o Brasil, querendo que a nossa ação se faça sentir em todo o território nacional ao invés de ficar adstrita às raças administrativas.

Isto também é ideal, e ideal nubre.

Ideal é princípio de ordem, é luz e é força, é fecundidade e, por isso, manancial de alegrias sãs.

GLÓRIAS DO PASSADO E PREOCUPAÇÕES DO FUTURO

Mostrando um ângulo do passado, não quiz ocultar as preocupações do futuro. Se assim não o fizesse, o quadro que tentamos esboçar neste instante, perderia muito do seu encanto sedutor, da sua coloração atraente, da sua fascinação.

Por outro lado, as desilusões, a quebra do encanto, as fraquezas com as quais nos defrontamos a cada passo, são as sombras da tela que põem em relêvo os seus contrastes, as suas sombras, a nuança, mostram as diferenças dos matizes porque podem passar as côres, são enfim, os entretons.

Do contrário, o painel cansaria o olhar pela sua monotonia, quando deve agradar pelo esbatimento...

PARA FRENTE !

Vamos, pois, para a frente, prossigamos na caminhada, em demanda do nosso ideal, sem tergiversações, sem preocupações subalternas, enveredando no sentido de outros dias, de outras auroras, de outras claridades, que se não forem para nós, os da minha geração, beneficiarão e iluminarão as sombras que nos envolvem nesta hora, mostrarão todos os matizes deste quadro imenso que nos apresenta o mundo convulso, cujo colorido, deve pôr em evidência o suor, as lágrimas, o sangue, o sacrifício gratuito de poucos em benefício de todos e da terra que nos serviu de bérço.

Prossigamos, pois, nesta nobre emulação, com os olhos postos no ideal já descortinado, com entusiasmo crescente e redobrada fé, sem descurar um só momento porque o alimento da vontade é a perseverança no cometimento.

Quando nos lançamos na escalada do porvir não devemos deter-nos em considerações sobre possibilidades e impossibilidades que costumam sinalizar a rota que se traça, porque já o disse Moré, o impossível é palavra de relativa significação, é o fantasma dos humildes e o refúgio dos poltrões!

AÓS JOVENS OFICIAIS

Agora, senhor Comandante, permita dirigir-me, por instantes, aos jovens oficiais.

Se um dia, vocês, rapazes, moços de hoje, promessas do porvir na penosa caminhada para o amanhã das Polícias Militares, já sem a nossa presença material por aqui, sem o calor do nosso encorajamento, encontrarem-se, de pé, no ponto em que se cruzam os caminhos, ouçam, atentamente, a voz da consciência, reflitam um pouco sôbre o que ouviram por tantos anos e sigam, sem vacilações, a estrada que vos estou indicando porque está eivada de germens fecundos das verdades que pregamos em clima pouco propício, mas que nem por isso perdem do seu valor, da sua importância, como medida saneadora altamente patriótica.

Esta a exortação que lhes faço, e que partiu do fundo do meu ser batendo palmas!

HOMENAGEM ORIGINAL

Sr. Comandante, srs. oficiais.

Pelo trabalho já realizado que, em verdade, é apenas o alicerce do grande edifício cujo acabamento compete a outras gerações, e por haver acompanhado Arruda Câmara e Peres Parbosa, dois excelsos apóstolos do nosso engrandecimento, entenderam os senhores de me incluir entre os que mais fizeram pela classe.

Não me furto, portanto, ao grato dever de assinalar, e pôr mesmo em destaque, que estão praticando ato mais que honesto porque virtuoso.

Ato que escapou ao convencionalismo e fugiu à rotina para se firmar na originalidade.

Tudo isto se me afigura paradoxal, principalmente em se sabendo que, com este procedimento, os senhores se mostram muito maiores que o homenageado.

A probidade da conduta é incontestável, mas isto não emprestava ao ato singularidade nem lhe aureolava moralmente.

O que transcende desta hora é a constância da preocupação de almas bem formadas em praticar atos espontâneos, que definem os integrantes de uma corporação que é a história heróica e altiva da terra que, justificadamente, ostenta o nome do Apóstolo da Civilização.

Sente-se no ambiente que nos envolve uma força moral particular, um valor dinâmico que inspira confiança, um tom invulgar destaca-se no quadro que contemplamos cujas tintas vivas mostram, à evidência, o grau de adiantamento, a superior formação espiritual de uma pleiade de homens tão generosos e tão adiantados no tempo, que chegam a dar sem que seja preciso estender-se-lhes a mão!

Lembram aquela "árvore da lenda, tão boa e tão magnânima, que até baixava seus ramos para deixar cair os frutos nas mãos dos que passavam..."

E assim, por entre gestos de nobreza cativante e fidalguia confortadora, revelaram-se os senhores mais que honestos, dizia eu há pouco, porque esta homenagem se reveste de tôdas as características da virtude.

Disse-o José Engenheiros: a honestidade é imitação; a virtude é original.

Grandes como são, não podiam ser pequenos na homenagem.

Muito obrigado por tanta generosidade.



Um instantâneo do almoço oferecido aos oficiais das delegações, pela Secretaria da Agricultura, na Fazenda Modelo de Nova Odessa.

Secretaria da Agricultura e Fôrça Pública irmanadas na defesa das Reservas Florestais

Discurso proferido pelo engenheiro agrônomo Fernando Leite Ferraz, representante do senhor Governador do Estado, por ocasião do almoço oferecido aos oficiais das delegações das Polícias Militares, pela Secretaria da Agricultura, na Fazenda Modelo de Nova Odessa.

Inspirado no desejo de estreitar ainda mais o círculo de relações das milícias estaduais dêste grande País, Sua Excelência, o Snr. Governador do Estado, a quem tenho a grande honra de representar, proporcionou a satisfação de reunir-nos nesta hora feliz do nosso Estado, que comemora mais um aniversário da sua eficiente Fôrça Pública.

Nesta festa campestre em que temos a felicidade de ver, reunidos e irmanados, distintos e destacados elementos das polícias de vários rin-

cões de nossa terra, deseja o Governô do Estado, vêr estreitados os laços de cooperação e amizade, aproximação essa que bem traduz o espírito de Brasilidade do povo de São Paulo.

Realmente, êste é um feliz ensejo, porque São Paulo está comemorando mais um aniversário, 118 anos, de sua gloriosa Fôrça Pública, da Milícia que teve por fundador o notável paulista Rafael Tobias de Aguiar.

Êsse digno sorocabano, nascido no último decênio do século XVIII,

viveu um capítulo dos mais interessantes da história de São Paulo e do Brasil.

Grande vulto da história, prestou à nação assinalados serviços, dentre os quais merece citação especial, a fundação da Fôrça Pública de São Paulo, milícia que nos honra e que tem um passado repleto de heroísmo e bons serviços, tanto em solo pátrio como em plagas estrangeiras.

Contando sempre com a colaboração preciosa e costumeira desta mesma Fôrça Pública, é que o preclaro Governador do nosso Estado, com a larga visão, descortínio e dedicação que o dirige, acaba de crear a Polícia Florestal, a qual vem preencher uma grande lacuna da Secretaria da Agricultura, que tem por missão a defesa do nosso solo.

Meus Senhores, a Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, órgão eminentemente civil, porque dedicado a terra, à produção agropecuária, sente-se no entanto jubilosa, pelo fato de poder contar com a colaboração da nossa Fôrça Pública. Desde ante-ontem, com a criação da Polícia Florestal, os dois

elementos, ambos técnicos, embora de especialidades diversas, ficarão incumbidos da defesa desse enorme patrimônio, representado pela cobertura vegetal do solo.

Assim, irmanadas, Secretaria da Agricultura e Fôrça Pública, desempenharão melhor e mais eficientemente, o papel de defensoras das nossas riquezas naturais.

Para os Engenheiros Agrônomos, em particular, e os brasileiros em geral, atos dessa natureza, que traduzem o espírito do progresso do nosso Estado, são dignos de serem enaltecidos e imitados.

Senhores oficiais dos vários recantos deste imenso Brasil, o comparecimento e a participação aos festejos com que o Govêrno do Estado homenageia a milícia estadual, enche-nos de satisfação por encontrar irmanados nesta reunião, distintos e destacados elementos das polícias de todos os Estados do Brasil.

Em nome de Sua Excelência, o Snr. Governador do Estado, agradeço, o comparecimento de vossas Senhorias a êste churrasco, que acaba de lhes ser oferecido prazerosamente.

Capitão Dr. José Nogueira Sampaio

ADVOGADO

* * *

**Rua Barão de Itapetininga n.º 50 — 7.º andar, salas 725 a
729 — Telefones 6-6216 e 4-4210**

SÃO PAULO

Simbolo a nos apontar a união

Cel. Celso Bath Rosas

Cmt. Geral da P. M. do Estado do Rio

As delegações das Polícias Militares aqui presentes, deram-nos a honrosa incumbência de vos dirigir, Comandantes e Comandados da Fôrça Pública de São Paulo, a palavra neste momento em que estais sob a presidência do vosso Comando supremo, o Exmo. sr. dr. Adhemar de Barros, ilustre Governador dêste Estado e à presença de outras pessoas gradas, para vos testemunhar de público, o nosso sincero, entusiástico e perene agradecimento, pelo convite que achastes por bem nos enviar, e graças ao qual aqui nos encontramos hospedados nas dependências desta organizada e disciplinada Fôrça Pública, e onde temos sido cercados de tôdas as gentilezas e atenções e nos tem sido possível apreciar também mais de perto o progresso dêste grande Estado da Federação Brasileira.

Ontem, graças à sábia e inteligente diretiva traçada pelo vosso Cmt. Geral, a qual vem orientando a série de festejos comemorativos da passagem do aniversário de vossa centenária Corporação, nos foi possível sentir e observar, com intenso júbilo, ao realizarmos visitas a Estabelecimentos da Secretaria da Saúde e da própria indústria de vosso Estado, o desenvolvimento, em todos os setores desta Capital, que nos faz crer cada vez mais e sempre na capacidade realizadora do povo de nossa terra.

O Hospital das Clínicas, o Instituto Butantã e o dito de Pesquisas, em materiais, e as dependências da Universi-

dade de São Paulo, são provas evidentes do labor, da inteligência, da vontade firme de vencer do povo dêste Estado, da felicidade geral de nossa Pátria.

Meus senhores, a nossa convocação para tomar parte nos festejos comemorativos do 118.º aniversário da Fôrça Pública de São Paulo, não foi promovida sem fundamentos. Essa convocação, além de ter tido origem no desenvolvimento e louvável espírito de camaradagem dos dirigentes desta Corporação, obedeceu também a uma inspiração feliz do Sr. Major Francisco Alves Mata, da Polícia Militar do Estado de Alagoas, ao lançar a ideia da instituição da "Taça Contraternização".

Essa Taça que hoje se encontra sob a guarda da Fôrça Pública de São Paulo, foi instituída em 18 de novembro de 1946, em Porto Alegre, por proposta do mencionado oficial alagoano, e durante os festejos comemorativos da passagem do centésimo nono aniversário da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, com a finalidade de ser transferida à co-irmã que realizasse solenidade idêntica.

A "Taça Contraternização" aí está no salão de honra desta Corporação e vem sendo para todos nós um estímulo e um símbolo a nos apontar a união em benefício do progresso, da segurança e da felicidade geral de nossa Pátria.

E, nesta reunião, tão magnificamente organizada pelos planejadores desta festa, desejamos apresentar aos companheiros paulistas, os nossos mais

calorosos e leais cumprimentos e os votos que fazemos por um progresso sempre crescente desta Corporação, ao ensejo da data que amanhã transcorre e assinala brilhantemente a passagem do aniversário de criação da *Fôrça Pública*, de São Paulo, cuja existência tem sido tôda dedicada aos serviços prestados ao Estado e ao País, constituindo, por isso mesmo, um penhor de sua organização, de sua disciplina, de sua lealdade e de sua eficiência.

E, ao finalizarmos êsses agradecimentos e essas felicitações, desejamos prestar também, lembrando o seu nome e a sua obra, uma homenagem ao *Brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar*,

fundador desta *Fôrça Pública* e brindar a nossa aniversariante de amanhã na pessoa de seu ilustre, comandante supremo, o *Exmo. Sr. Dr. Adhemar de Barros*, e as demais *Polícias* aqui presentes, nas pessoas de seus dignos *Chefes de delegações*, e, bem assim, o *Exército Nacional*, do qual essas *Polícias* são reservas, na pessoa do nosso *Ilustre Cmt. da 2.^a Região Militar*— *Exmo. Sr. General de Divisão Henrique Teixeira Lott*, aqui representado pelo *Exmo. Sr. General de Brigada Manoel de Azambuja Brilhante*, sub-comandante da *2.^a Região Militar*.

VIVA O BRASIL!

Deus vos recompense!

Ten. cel. Cândido Bravo

Grata e ímpar oportunidade defronta a *Fôrça Pública*, neste momento, ao ensejo de seu 118.^o aniversário, acolhendo suas co-irmãs, as *Polícias-Militares do Brasil*, aqui representadas por brilhantes delegações.

O deslumbramento dêste espetáculo magnífico, pleno de indisfarçável cordialidade, uníssono em ideal, nos enche de júbilo e toca intensamente a nossa sensibilidade de soldado!

Como se tanto contentamento não bastasse, generosamente se colocam entre nós, nesta reunião, para cumularnos de redobrada alegria, três grandes vultos que se ligaram, definitivamente, à história das *Polícias-Militares do Brasil*.

Oferta-nos a sorte, dádiva de grande monta ao nos propiciar que, reuni-

das as Corporações irmãs de nossa Pátria, possam elas, coletivamente, expressar aos seus grandes líderes, o preito imorredouro de sua gratidão.

E a mim ofereçam o acaso e a magnanimidade de meus camaradas a honra e a glória de interpretá-la. Misão ingente e de gigante, quasi não me oferecem as forças segurança para realizá-la. Todavia, ao proferir os nomes de nossos homenageados, *Monsenhor Arruda Câmara*, *Coroneis Cantídio Regis* e *Peres Barbosa*, marcantes personalidades, sinto que a admiração e a amizade que lhes devoto me refortalecem e encorajam para encetar a monumental tarefa.

Oficiais da nova geração que me ouvís: não tivestes a ventura de, como nós outros, testemunhardes com que en-

tusiasmo, ardor, eloquência, alma, abnegação, coragem e civismo, batalharam nossos homenageados, em dias idos, pela honra, dignidade e esplendor das Polícias Militares do Brasil! O clima de segurança que hoje nos cerca, o conceito de que gozamos e o nosso aperfeiçoamento técnico, resultam do fundamento legal de nossas Corporações, fruto do labor incansável d'esses lidadores.

Permitam-me, meus camaradas, falar-vos alguma coisa do que cada um dos homenageados tem feito pelas nossas Corporações.

Desculpem-nos êles, se neste instante ferimos a susceptibilidade de suas almas de escól, já que não poderíamos, egoisticamente, guardar conosco o segredo, para muitos existente, de que são, efetivamente, na terra de Santa Cruz, os grandes batalhadores pela consecução dos ideais que acalentaram os sonhos dos policiais-militares do Brasil.

Coronel *Theófilo Peres Barboza*, meu amigo: Permite que aos componentes das Polícias Militares do Brasil eu tenha a ventura de poder apontar-te como "primus inter pares" dos lutadores pelos direitos que nossas Corporações já puderam alcançar e que hão de conquistar pelo futuro em fóra! Peres Barbosa, tú fostes, és e serás o soldado de milícia que sonhou com o engrandecimento das Polícias Militares, que trabalhou pela conquista definitiva do que já obtivemos e que há de continuar a labutar pela consecução de todos os grandes objetivos que embalam as nossas esperanças.

Desde os alhores de nossa existência, por séculos inteiros, anonimamente, em todos os quadrantes da Pátria, lutaram os soldados de polícia e ofereceram o peito ao punhal do malfeitor atre-

vido, o flanco à agressão do ladrão e a vida à bala dos insamos capangas da politicagem, sem que quaisquer garantias correspondessem a tantos sacrifícios! E, então, após tanto tempo, surge tua voz, que se alevanta! Cuidaste de chamar a atenção de nossos camaradas para a inadiável necessidade de nos organizarmos, nos instruímos, nos garantirmos e termos justiça, colocando-nos, por legislação especial, à sombra da Lei, para legitimidade de nossa existência de fato. À tua fala, naquele apêlo, atenderam os soldados que vibravam por nossos ideais, dos quais não poderei citar todos os nomes. Homenageando, entretanto, os grandes vivos da campanha, não olvidemos os que sômente vivem em nossos corações: Manoel da Rocha Marques, para nosso particular conforto capitão da Fôrça Pública de São Paulo, Serrano de Andrade, de Pernambuco, Oscar José de Sá, da terra de Rui Barbosa, Romão Silva de Santa Catarina, Ismael Guilherme, também paulista, Otávio Campos do Amaral, de Minas Gerais e Odon Bezerra, da Paraíba.

Peres Barbosa! Vais conduzindo, ainda, a bandeira das Milícias do Brasil. Tua habilidade como timoneiro de nossos anseios continua em ação, intemorata e grandiosa. Pelo teu verbo ainda inflammas as novas gerações de policiais-militares. Pela tua pena prossegues a doutrinar, no bom sentido, os teus camaradas, levando-lhes, onde quer que se encontrem, as mais sadias lições de civismo!

Plantaste, em tempos idos, em solo aparentemente estéril e em condições adversa, a semente da cordialidade e do entrelaçamento das Polícias-Militares. Soubeste, entretanto, com o calor da tua vontade, remover os obstáculos

que se opunham ao desenvolvimento de tão grande ideal. E hoje, já se vê, como podes verificar neste memorável ambiente de confraternização, que a árvore foi bem cultivada e já oferece sombra a seus artífices. Estamos certos, porém, de que não descansarás. Lídador da tua têmpera, só a morte torna inerte!

Coronel *Cantídio Quintino Regis*, meu prezado camarada e particular amigo. Foste dos que, à primeira clarinada, depois de jorrar luzes na Polícia Militar de Santa Catarina, acorreste ao primeiro congresso das Polícias Militares de nossa Pátria, em 1934, no Rio de Janeiro, enriquecendo seus trabalhos com o fulgor de tua inteligência de escól. Com Peres Barboza, dentro das fileiras das Polícias Militares, foste agigantado batalhador pela realização de nossos sonhos de então. Terminado o inesquecível congresso, tomaste aos ombros a grandiosa tarefa de ser o continuador da luta pelas nossas aspirações. Jamais deixaste, tempo a fóra, de manter acesa a chama de nossos ideais, através de constante intercâmbio que realizaste e incrementaste entre os componentes de nossas Corporações. Jamais sofreu e nem sofrerá solução de continuidade a liderança de tua vontade férrea e honesta. Tua espada, a despeito dos anos, continua desembainhada a serviço das Polícias Militares. Tua alma de soldado de polícia não permitirá, estamos certos, que a embainhes.

Coronel Monsenhor *Alfredo de Aruda Câmara!* Meu grande amigo, dignissimo Oficial Superior das Polícias Militares do Brasil. Depois do que vos foi dito na memorável carta de 19 de maio de 1934, e do que vos falou, no Clube dos Oficiais da Polícia Militar

é do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, o insigne Peres Barbosa, nas eruditas peças produzidas pela sua privilegiada inteligência e pelo conhecimento profundo do nosso vernáculo, que mais vos poderia dizer, se o entranhado amor pelas nossas Corporações não viesse em nosso socorro, ajudando-nos a cumprir a missão com que os distintos companheiros das Polícias Militares do Brasil nos honraram?

Padre Câmara! Consentí que assim vos chame, lembrando os primeiros encontros que cimentaram a estreita amizade estabelecida entre os precursores da campanha em prol das Polícias Militares do Brasil. Consenti, também, que eu afirme, neste instante glorioso para a nossa vida, particularmente à juventude das nossas Corporações, que, mais que líder da brilhante bancada Pernambucana, na Constituinte de 34, éreis o grande, o incomensurável, o intimorato, o lutador, o vitorioso chefe das Polícias Militares do Brasil.

Fostes, galhardamente, o porta voz dos anseios das Polícias Militares de nossa terra, não poupando sacrifícios partidários ou materiais, para a consecução do objetivo supremo.

Pugnastes por dar às nossas Corporações um lugar à sombra da Constituição. Graças a vossa tenacidade, foi possível quebrar-se a intransigência parlamentar que desde 1824, com a primeira Assembléia Constituinte do Brasil Império, primava em manter nossas sacrossantas Milícias como enteadas da Lei.

Fostes ainda o paladino da defesa de nossos inalienáveis direitos. Nunca nos havemos de esquecer de que a vossa alma cristã se levantou e valentemente combateu em favor dos humildes

que, diuturnamente, tombam na defesa da sociedade, do bem público e da manutenção da ordem constituída.

Não transigistes, e defendestes nossos interesses com denôdo, quando se pretendeu burlar o Texto Constitucional de que fostes o maior fautor e impingir às Polícias Militares lei orgânica falha, daquelas que tudo falam sem nada dizer. Nessa batalha puzestes à mostra vossas grandes qualidades de lidador. Na tribuna extasiastes vossos pares, pela conjugação da eloquência e exposição perfeita da justiça da causa!

Fostes inexcedível artista ao compor e descrever, pela palavra, quadros que maravilhosamente retrataram a vida do policial militar do Brasil.

Interpretastes com maestria insuperável a situação dolorosa das viuvas e filhos de nossos camaradas, ao evocar impressionantes e fulgurantes imagens, nos grandiosos dias da luta parlamentar pela fixação dos nossos direitos. E foi mais uma vitória!

Padre Arruda Câmara! Fostes o imam que coletou totalmente as mais

lídimas aspirações da família policial-militar brasileira, ao mesmo tempo que, como potencial, em catadupas, as deramastes pela consciência dos legisladores patricios.

E o mérito é vosso! E a ninguém é lícito disputá-lo.

Grandes Beneméritos das nossas Polícias Militares!

Depois do tanto que fizestes, incomensurável obra de patriotismo, por nós parcimoniosamente relatada, esta modesta homenagem quase nada significa. Muito vos devemos.

Ficai certos, porém, de que, eternamente no coração do soldado de polícia do Brasil se implanta o sentimento de gratidão pelo muito que nos deram.

Estaremos vigilantes para que sejam transmitidos, às gerações vindouras, os exemplos que nos destes, tornando-vos assim, paradigmas da conduta ereta, firme, intrépida e inabalável que deve plasmar o caráter do policial-militar.

Deus vos recompense!

A Grande Família e a defesa das Instituições, da Sociedade e da Pátria

Cel. Heliodoro T. Rocha Marques

Com esta solenidade, encerra o Centro de Instrução Militar da Fôrça Pública as suas atividades escolares no ano de 1949.

Cumpre-me, de início, expressar aqui os nossos melhores agradecimentos ao Exmo. Sr. Cel. Cmt. Geral, dignas autoridades civís e militares e distintas famílias que nos honram com a sua presença.

Uma circunstância, para nós particularmente grata, merece especial registro. Refiro-me á presença das brilhantes e numerosas delegações das Polícias Militares co-irmãs que vieram participar das comemorações do 118.º aniversário da nossa Fôrça Pública, a elas achando-se incorporados os nossos velhos camaradas e amigos. Céis. Cantídio Régis e Peres



Flagrantes das solenidades de fim de ano letivo realizadas no Centro de Instrução Militar. Em cima, vista parcial da tropa formada; no centro, o cel. Comandante do C.I.M. quando discursava; em baixo, sargentos visitantes entre colegas do C.I.M..

Barbosa — oficiais da Reserva e figuras exponenciais das corporações policiais-militares de Santa Catarina e Distrito Federal, respectivamente, e ambos possuidores de largas tôlhas de serviços prestados á causa das Polícias Militares.

Carlo Corsi, no seu livro «Educação Moral do Soldado», escrito há mais de meio século, mas sempre atual pela sabedoria dos conceitos que encerra, faz a apologia da fraternidade militar, ou seja da camaradagem, como força de coesão que

identifica e irmana os componentes de uma corporação armada, tornando-os membros de uma mesma família.

Essa força dimana, espontaneamente, das próprias condições de vida do soldado. Não pôde ser ignorada nem desprezada, mas, ao contrário, estimulada e aproveitada no sentido de melhor rendimento do esforço coletivo.

Na conformidade do que dispõe a Constituição da República, no seu artigo 183, as Polícias Militares foram instituídas para a segurança interna e a manutenção da ordem nos Estados, nos Territórios e no Distrito Federal, constituindo, como forças auxiliares, reservas do Exército.

Esta situação resulta das condições peculiares ao meio brasileiro. Mergulha as suas raízes na própria formação histórica da nacionalidade e ajusta-se de forma original ao regime federativo em que vivemos.

No conceito de Le Bon, a alma dos povos é constituída por sentimentos, interesses e crenças comuns, estando fadados a desaparecer, nos entrechoques da vida em comunhão internacional, os povos que não tiverem uma alma nacional bastante forte.

Ora, as Polícias Militares constituem uma grande família, a despeito de cada uma atuar em esfera de ação distinta. Estão ligadas a uma missão comum, na defesa das instituições, da sociedade e da Pátria.

Trabalhar para o estreitamento das relações de camaradagem entre elas é fazer obra de fortalecimento da alma nacional, de indiscutível alcance patriótico. Mormente nos atri-

bulados dias que correm, neste mundo inquieto de após-guerra, devemos velar para que as Polícias Militares, ao lado das gloriosas Forças Armadas Nacionais, estejam sempre coesas e prontas para a ação comum contra os inimigos da Pátria, quer na ordem interna, quer na ordem externa.

A presença das luzidas delegações das Polícias Militares empresta uma significação particular a esta solenidade, tornando o dia de hoje, para o C.I.M., digno de ser assinalado com a pedra branca com que os antigos Romanos festejavam as suas grandes datas.

.....

Guarda Vigilante da Lei

Jovens alunos oficiais! Futuros

sargentos e cabos da Força Pública!

Dada a frequência com que solenidades como esta se repetem na vida desta unidade-escola, sou levado a falar-vos na mesma linguagem com que, em idênticas circunstâncias, tenho me dirigido a outras turmas de alunos.

Atingistes os últimos objetivos assinalados para os trabalhos deste ano, no C.I.M.. Alguns de vós tendes como prêmio dos vossos esforços a promoção de ano no Curso de Oficiais Combatentes. Outros, a matrícula no 1.º ano desse curso, por efeito de conclusão do Curso Pré-Militar, vendo, como aqueles, aproximar-se o dia em que tereis atingido o fim da jornada.

Vós outros, que concluídes os cursos de sargento e cabo, retornais às unidades de origem habilitados ao exercício das funções a que vos can-

didatastes, como coroamento dos esforços que aqui vos foram exigidos.

Todos vós assumís novas e maiores responsabilidades para com a Corporação a que temos a honra de pertencer.

A Fôrça Pública representa um glorioso patrimônio que temos o dever de transmitir, engrandecido, ás gerações futuras. Grande é a fôlha de serviços por ela prestados ao Estado e ao Paiz nos seus 118 longos anos de existência, seja na sua missão precípua de policiamento, seja em operações de guerra — sempre que se tornou necessário o seu concurso á defesa interna ou externa da Pátria.

Nascida por um imperativo da ordem interna, vem ela dos dias agitados da Regência; da guerra do Paraguái; da guerra civil de 1893-94; da campanha de Canudos e de todos os movimentos armados que abalaram o Paiz, no regime republicano, até a gloriosa Revolução Constitucionalista, em 1932 — quando São Paulo se levantou em peso contra a Ditadura, exigindo o retorno do Paiz ao regime constitucional.

Guarda vigilante da Lei, das instituições e dos poderes constituídos, tem sido a Fôrça Pública, no passado, fator preponderante para a manutenção da ordem e o desenvolvimento do progresso de São Paulo.

No presente, responde ela pela segurança interna e pela manutenção da ordem no Estado, na confor-

midade dos preceitos constitucionais que lhe regulam as atribuições.

Esta missão é particularmente espinhosa nos dias de hoje, cheios de incertezas e perigos. Agora, mais do que nunca, precisamos estar preparados para combater o bom combate contra o inimigo interno ou externo, onde quer que ele se apresente.

Pesai bem o sentido das responsabilidades que contrais para com a Corporação, no momento em que se proclamam os resultados do ano letivo que se encerra com esta solenidade.

Não julgueis encontrar somente facilidades na estrada que ides palmar. Ao contrário, tereis de enfrentar obstáculos de tóda ordem, pois a vida em si já é uma luta incessante. Mas é na luta que se selecionam os valores, que se afirmam os caratêres fortes.

Continuai o esforço aqui iniciado, preparando-vos para vencer outras e maiores pelejas na caminhada que ides realizar pelo futuro a dentro. Trabalhai com afinco, com firmeza, com energia inquebrantável, para que a nossa Corporação possa cada vez mais e melhor justificar, perante o Estado, a sua nobre finalidade.

Tende fé nesta nobre missão! No conceito do imortal Ruy Barbosa, praticamente o patriotismo consiste, sobretudo, no trabalho. Pois bem: nas fileiras da Fôrça Pública está a forja onde deveis trabalhar para o bem de São Paulo e a grandeza do Brasil!

CAFE' ROCHA — SEMPRE GOSTOSO

Espectáculo comemorativo no Teatro Municipal

O festival misto do dia 17, no Teatro Municipal, apresentou o programa que abaixo consignamos:

1.º — Apresentação de toda a Escola de Educação Física, pelo capitão Aduino Fernandes de Andrade.

1.ª PARTE

a) — Esgrima ornamental (florete-espada-sabre) — Mestres d'armas, sob a direção do 1.º ten. Adérito Augusto Ramos.

b) — Assalto livre de lança e sabre — cap. Aduino x sgt. Ildefonso.

c) — Ginástica de aparelhos — spts. Napoleão - Aleixo - Haroldo - Deusdedit - João Pedro, sob a direção do 1.º ten. Osmar A. Vilela Santos.

2.ª PARTE

a) — Demonstração de força conjugada e ginástica de solo - spts. Ildefonso - Plínio Rosa e José Miranda Quissak.

b) — Combate a baioneta - cap. Aduino x sgt. Ildefonso.

c) — Bailado de «Joinville Le Pont» - Monitores da Escola, sob a direção do cap. Aduino Fernandes de Andrade.

3.ª PARTE

Grande concerto sinfônico pela Banda Musical Sinfônica, sob a regência dos Maestros Antonio Romeu e do 1. ten. Antonio Bento da Cunha.

A. B. Cunha - SINFONIA DAS AMÉRICAS — Sinfonia.

P. Tschaikowsky - 1 8 1 2 - Overture Solène.

Savino de Benedictis - CENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DO

BRASIL - Poema de clarins, corneteiros e tambôres.

2.º — Grande Apoteóse Final.
Sob o comando do cap. Aduino Fernandes de Andrade.

A cada apresentação dos elementos participantes, antes dos diversos números, foi feita uma rápida dissertação pelo speaker oficial, major Arrisson de Souza Ferraz.

Regente: Capitão ANTÔNIO ROMEU

Foi sem dúvida, uma grande festa em que, ao lado da brilhante demonstração de ginástica pelos rapazes dirigidos habilmente pelo cap. Aduino Fernandes de Andrade, a parte sinfônica deu o fêcho de ouro ao espetáculo.

O cap. Antônio Romeu arrancou aplausos prolongados do grande público que enchia literalmente as dependências daquela nossa casa de espetáculos, e o tenente Antônio Bento da Cunha, apresentando a «Sinfonia das Américas», de sua autoria, fez a assistência presente delirar de justo entusiasmo.

A propósito, é-nos grato transcrever a crônica do saudoso Lellis Vieira, publicada no «Correio Paulistano», por ocasião de um dos festivais sinfônicos da Banda de Música — portadora de elogiosas considerações em torno das peças do tenente Antônio Bento da Cunha.

Era nossa intenção publicar a letra e música da «Sinfonia das Américas» neste número, o que deixamos de fazer por absoluta falta de espaço.

O próximo número publicará esse presente para os leitores que cultivam a musica.



Aspectos fotográficos apanhados no Teatro Municipal de São Paulo na noite festiva de 17 de Dezembro.

Em cima, soldados que tomaram parte na Apoteóse final representando suas unidades: Escola de Educação Física, Batalhão de Guardas, Batalhões de Caçadores, Polícia Florestal, Corpo de Bombeiros, Polícia Rural, Serviço de Trânsito, Polícia Rodoviária, Escola de Volteteo e Regimento de Cavalaria.

Ao centro, parte da assistência.

Em baixo, a Banda de Música sob a batuta do maestro 1.º tenente Antonio Bento da Cunha, e o sargento Haroldo numa demonstração de ginástica de aparelhos.

Uma notável entidade artística

LELLIS VIEIRA

São Paulo é a fertilidade em todos os gêneros, desde a terra abençoada que produz a maravilhosa rubiácea, o trigo, o algodão, e outras riquezas agrícolas, até aos talentos que se revelam nos domínios da arte, em tôdas as suas modalidades.

Em música, por exemplo, se fomos remontar a épocas passadas, encontramos, logo de frente, o gênio de Alexandre Levy, precursor do tango brasileiro, na sua formosíssima composição, hoje executada e conhecida em tôda a parte, o "samba".

Modernamente são inúmeros as inteligências que podemos contar, e para citar apenas uma, visto que a relação seria interminável, basta referir-se a crônica a Marcelo Tupinambá, o criador magnífico de ritmos, o admirável compositor brasileiro, em suas características melódicas.

Desta forma, com êste pequeno in-
troito, podemos falar, neste instante, para citar simplesmente uma notável entidade artística, a banda musical sinfônica da Fôrça Pública, conjunto que há anos vem enriquecendo a educação popular nas suas aplaudidas audições...

Hoje, sem nenhum exagêro e nenhuma expressão metafórica quase podemos afirmar que as sinfônicas americanas, londrinas e austríacas, nada têm de melhor que os 150 músicos da nossa milícia estadual.

Artistas, todos êles, apaixonados veementemente pelos seus instrumentos, destacam-se nas suas apresentações do

Teatro Municipal, como elementos de grande projeção artística, inclusive seus bravos maestros e auxiliares, que brilham na estante dos concertos através de suas maravilhosas batutas.

Ainda no dia 27, a banda sinfônica da Fôrça Pública, ofereceu ao grande público que superlotava o teatro, um esplêndido concêrto com o seguinte programa:

... 1.^a Parte — A. B. Cunha — "Fôrça Pública" Marcha Militar (em 1.^a audição) — A. B. Cunha, "Suite Brasileira" a) Prelúdio — b) Scherzo — c) Serenata — d) Batuque — H. Eredero, "Guerra D'Africa" Recordação.

2.^a Parte — Samoel Archanjo "Japoneza" Cake Walk — A. B. Cunha "Florestas do Brasil" Grande Valsa (com canto) — G. Verdi "A Traviata 3.^o ato — A. B. Cunha, "Sinfonia das Américas.

Regente, o jovem e brilhantíssimo maestro A. B. Cunha. Suas composições, como "Fôrça Pública", "Suite Brasileira", "Florestas do Brasil", "Sinfonia das Américas", arrebatarem o imenso auditório.

Em verdade, a "marcha" é uma soberba página de empolgante composição, sob cujos matizes se revela o grande talento do moço compositor; "Suite Brasileira", do mesmo autor, perfeito encanto de harmonia e de equilíbrio musical, em todos os seus detalhes, em tôdas as suas minúcias, em todos os seus caprichos melódicos, "Florestas do Brasil" é uma valsa, no estilo ritmico,

da melodia patricia, com magnificos efeitos e esplendidas nuances, de coro, solo, e conjunto harmônico. Cantou-a, com brilhantismo excepcional, Laura Della Mônica, cuja voz agradável, timbre magnífico, ótima emissão, deu a esta peça grande brilho e colorido impressionante.

Mas, onde o jovem maestro A. B. Cunha se alteia na grandeza e na massa instrumental, é na "Sinfonia das Américas", soberba página de extraor-

dinária concepção musical, e riqueza de ritmos, melodias, arroubos, e poder descritivo comparável a muitas composições mundiais.

Perdoem-me os leitores este arre-mêdo de crítica musical, mas é que o cronista, metido a sêbo, de nascença... envereda por todos os meandros dos assuntos, e aqui está bancando o entendido em música, para proclamar um grande maestro e a grande banda sinfônica-militar da Fôrça Pública.

Promoções

Por decreto de 7, publicado no D.O. de 8-XII-49, foram promovidos no Quadro de Combatentes, por merecimento;

ao posto de major — o cap. Arrison de Souza Ferraz, da E.E.F. e

ao posto de capitão — o 1.º ten. Luiz Grant, do B.G.

Por decreto de 27, publicado no D.O. de 28-XII-49, foram promovidos:

por merecimento, no Quadro de Saúde, ao posto de tenente coronel, o major med. Henrique Otávio Vés-poli, do C.B. e

por merecimento intelectual, no Quadro de Combatentes, ao posto de segundo tenente, os aspirantes Valter Vieira Tosta, Manoel Molica, Nestor de Moraes, Walter Dias, Adhemar Gomes da Silva, Gastão Von Hulsen Tosta, Antônio Salomão Nassif, José Picelli, Osório dos Santos Júnior, Diomar Melo Torquato, Paulo Ribeiro, Jose Maria Passos, Raul Humaitá Vilanova, Godofredo Silveira Bueno, Onésimo Guedes dos Santos, Brasílio Broto, Leonidas Tavares, Rodolfo Antônio Castein Castilho, Abel Raposo de Faria e Raul Ximenes Galvão.

NO CEMITÉRIO SÃO PAULO ➤

Túmulos dos heróis de 32, guardados por alunos da Escola de Oficiais da Fôrça Pública;

Junto ao túmulo do cap. Rocha Marques, quando o cel. Régis proferiu estas singelas e sentidas palavras:

«Rocha Marques! Nós estamos aqui. Estamos eu, o Padre e o Peres

Dize ao Oscar José de Sá, Serrano de Andrade, Romão Silva, Ismael Guilherme, Otávio Campos do Amaral e Odon Bezerra que nós estivemos aqui. Muito obrigado!

Até breve!»

Delegações de sargentos junto ao túmulo do general Júlio Marcondes Salgado.





Flagrante das autoridades presentes ao Baile oferecido pelo Centro Social dos Sargentos, no Pacaembú, aos camaradas visitantes.

Entrevistado por "Militia" o "Homem Dicionário"

Entre os componentes da delegação do Estado do Rio, ficamos conhecendo o 1.º ten. Romário de Oliveira Júnior, o célebre «Homem Dicionário» da Rádio Nacional. Já ouvimos falar dessa personagem notável pela prodigiosa memória, porém não nos passou pela lembrança que se tratasse de um nosso colega. Por isso, quando soube-mos que o Romário estava entre nós, procuramos logo conhecê-lo.

A verdade é que se o colega impressiona pelos lances da re-tentiva, o faz muito mais pela simpatia irradiante da sua personalidade. Depois da apresentação foi logo satisfazendo a nossa curiosidade, contando-nos como chegara a conquistar o cognome de «Homem Dicionário».

— Não pense você, caro secretário de MILITIA, que eu li

o livro «A memória em doze lições». O efeito teria sido o mesmo experimentado pelos que leem o «A Saúde e a fortuna em doze lições», irmão gêmeo do primeiro. Nada disso. Desenvolvi minha memória resolvendo charadas.

— Quando se deu a sua revelação ?

— Comecei frequentando o programa de Almirante, da Rádio Tupi, «Caixa de Perguntas». O locutor fazia três perguntas ao auditório sobre sinonímia e significação de palavras. Sempre consegui conquistar os prêmios, dando as respostas certas. Depois de algum tempo, os frequentadores da Rádio levantaram a suspeita de que havia combinação entre o espiquer e o premiado de todas as noites. Aurélio Campos passou a levar para o estúdio diversos dicionários e as palavras eram escolhi-

das pelos próprios assistentes, de maneira a não pairar dúvidas quanto a honestidade do programa. As respostas ficaram ainda mais fáceis. Todos se decidiam por um dicionário pequeno, o de Simões da Fonseca, pela simplicidade do manuseio, o qual era meu velho conhecido.

Mais tarde fui convidado por Cezar de Alencar para tomar parte no programa que tem o seu nome, da Rádio Nacional, fazendo o «quadro» «O Homem Dicionário», isto até hoje, todos os sábados às 16 horas.

— Qual é a reação das pessoas que assistem os seus programas ?

Algumas, com toda a simplicidade, têm me procurado para perguntar se as respostas são dadas por meio de transmissão de pensamento ou se com o auxílio do espiritismo. Tem havido também, durante os programas, perguntas engraçadas pelo seu descabimento. Certa vez em uma cidade do interior, um cabloco perguntou-me: — Pois é moço, se o senhor é dicionário mesmo, diga adonde está minha noiva.

Romário não deixou sem resposta a pergunta.

Posso garantir-lhe que comigo não está, cidadão.

Romário possui dicionários de quarenta e três autores diferentes, num total de cem volumes. Possui também um dicionário do qual não entende uma só palavra: é um dicionário da língua japonesa, que recebeu de presente. Gosta de leitura... de dicionário, e de colecionar lapis com reclame. Pediu-nos, mesmo, que se tivéssemos algum, não nos esquecêssemos de enviar-lhe.

A caravana de oficiais aprontava-se para dirigir-se ao Horto Florestal.

Despedimo-nos do colega que deixou conosco a sensação agradável e já saudosa de havermos falado com um velho companheiro delicado e bom.

Soubemos, ainda, por um seu colega, que Romário classificara-se, sempre em primeiro lugar, durante o seu curso de oficial.

Também pudera ! Com uma memória dessa !

O CAFÉ ROCHA oferece qualidade

Serviços de Bombeiros em Ribeirão Preto

MILITIA, repetidamente, tem informado seus leitores sobre o vasto plano organizado pelo Comando Geral da Fôrça Pública para modernização dos serviços de bombeiros e instalação de destacamentos em todo o interior do Estado.

Com indizível e justificada satisfação podemos anunciar já os primeiros frutos desse plano, pois acaba de ser celebrado contrato entre o Executivo Estadual e a Municipalidade de Ribeirão Preto para a execução, pela Fôrça Pública, dos serviços de incêndio e salvação naquela cidade que, assim, ficou sendo a vanguarda dessa iniciativa na alta Mogiana.

A solenidade de assinatura do contrato respectivo teve lugar na Secretaria de Segurança Pública, a 18 de novembro último, com a presença do Cel. Flodoardo Máia, titular da pasta, e dos coronéis Eleutherio Brum Ferlich, Odilon Aquino

de Oliveira e Coriolano de Almeida Júnior, respectivamente Comandante Geral, Chefe do Estado-Maior da Milícia Paulista e Juiz do T.S.J.M. e nosso Diretor, dr. José Magalhães, Prefeito Municipal de Ribeirão Preto, grande número de oficiais, e autoridades civis.

Acontecimento de transcendental significação para o nosso hinterland e que, indubitavelmente, será repetido por outros municípios, constitui ele o marco inicial da execução de um plano de grande interesse às populações do interior, traçado pelo Governo do Estado, com a finalidade de, cada vez mais, se reunirem o Estado e os Municípios para satisfação de suas necessidades e solução de seus problemas, com realizações objetivas, a fim de que o indomável progresso bandeirante não encontre entraves na sua gloriosa trajetória.

O clichê abaixo fixa um aspecto da assinatura do contrato.



Armazem reembolsável no 8.º B. C.

Desde agosto de 1948 vem funcionando regularmente o Armazem Reembolsável do 8.º Batalhão de Caçadores.

Fomos até Campinas para constatar «in loco» o que se faz em defesa da economia dos camaradas sediados na terra de Carlos Gomes. E lá, conversando com o ten. Carlos Menezes, tesoureiro da Unidade, encarregado do armazem, bem como com seus auxiliares, sargento Amador e cabo Carneiro, além de palestrar com vários antigos companheiros, verificamos o contentamento geral pela criação do Reembolsável.

Não podia mesmo deixar de ser assim, uma vez que é bastante grande a diferença entre os preços ali cobrados em confronto com os em vigor no comércio local. Acresce ainda notar que os mantimentos vendidos no Reembolsável são sempre de primeira qualidade.

O que houve foi a eliminação do atravessador, do intermediário guloso e insaciável, que não se contenta com lucros honestos. Os gêneros são comprados na fonte de produção, e vendidos no varêjo com um acréscimo de 5% para cobertura de possíveis quebras e desgastes. Assim, o arroz é adquirido do agricultor em Helvetia, o açúcar na Usina Esther, o óleo na Companhia Swift, etc.

Dessa maneira pode oferecer preços como estes, tomados ao acaso e confrontados com os vigentes na praça:

	Reemb.	Comér.
Arroz - quilo	- 6,00 ...	7,00
Açúcar - quilo	- 3,40 ...	4,00
Café - quilo	- 18,00 ...	23,60
Pomada para calçado lata grande	- 4,80	6,50

E por aí! no que diz respeito ao feijão, batatinha, latarias, etc. A diferença por unidade é grande, e no fim do mês a economia é bastante considerável.

E' tão vantajoso comprar no Reembolsável, que os elementos destacados, quando vêm à sede, antes de regressar, se abastecem no armazem.

O pagamento é feito por desconto em folha e o movimento mensal tem sido de 30 mil cruzeiros, atendendo a quase 100 consumidores.

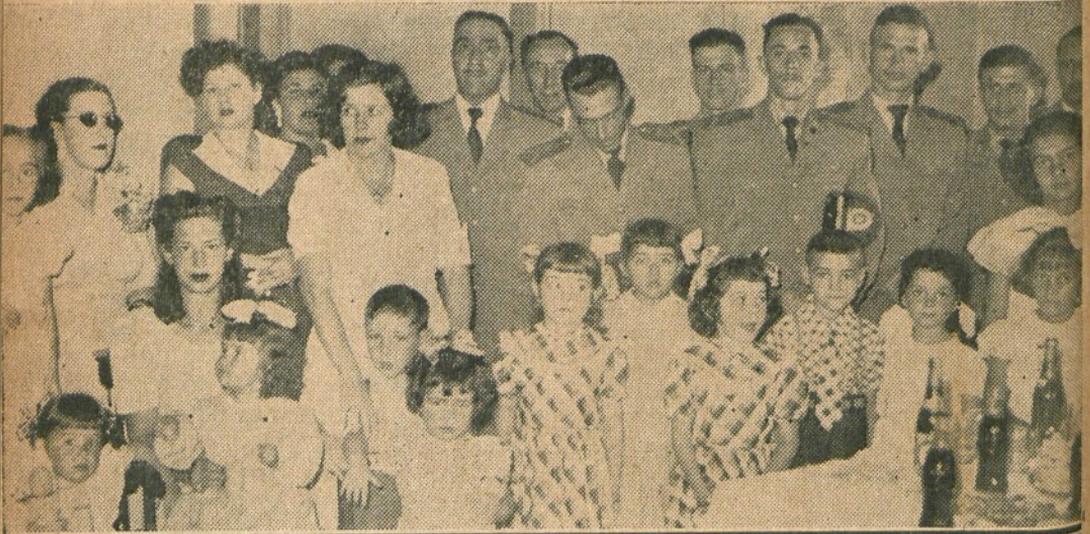
O Armazem Reembolsável organizado no comando do cel. Demerval Mariano encontrou no seu sucessor, ten. cel. Laércio Gonçalves de Oliveira, atual comandante do B.C., um entusiasta continuador do empreendimento. MILITIA congratula-se com os componentes do 8.º B.C. pela iniciativa do seu ex-comandante, que é bem o caminho certo e humano a ser seguido pelos que desempenham função de comando: a assistência aos comandados.

Papae Noel no 2.º B. C.

Para gáudio da petizada dos componentes do "Dois de Ouro", Papae Noel atendeu ao convite que lhe fez o ten. cel. Naul de Azevedo e lá esteve,

no quartel da rua José Getúlio, distribuindo, fartamente, brinquedos e doces ao "estado menor".

Dois aspectos da animada festa.



Gentileza de "A Gazeta".



Aspectos da sessão de encerramento do curso
(Gentileza de "A Gazeta")

Encerramento do Curso de Bombeiro Auxiliar

Com a presença do comandante geral da Fôrça Pública, comandante do Corpo de Bombeiros, oficiais da corporação, representantes da indústria e do comércio de São Paulo, realizou-se na séde do C.A. Ipiranga a cerimonia de entrega do certificado à 4.ª turma de bombeiro auxiliar, composta de 96 alunos, e que receberam as necessarias instruções ministradas pelo capitão João Alcindo. Iniciando a cerimonia, o tenente Orlando Secco procedeu a leitura do boletim alusivo ao ato. A seguir falou o cel. Eleuthério Blum Ferlich, comandante geral da Fôrça Pública, que se congratulou com os novos bombeiros auxiliares, concitando-os ao cumprimento do

dever que lhes impõe a nova situação. Prometeu para o proximo ano formar, no mínimo, três turmas de bombeiros auxiliares, pois reconhece o grande serviço que vêm prestando esses elementos, no comércio e na industria de S. Paulo. Sendo reservas do Corpo de Bombeiros e estando sujeitos a convocação em caso de necessidade, poderão também prestar grandes serviços diretamente no quartel do Corpo de Bombeiros. Encerrando a cerimonia, falou em nome dos bombeiros, o sr. Fred Lorch, e em nome dos industriais o superintendente das Industrias Jafet. Com o encerramento do curso para a 4.ª turma de bombeiro auxiliar, está o Corpo de Bombeiros com quase

meio milheiro desses elementos. Faz-se necessário, portanto, uma regulamentação, pois os elementos que fizeram o curso são: operários, engenheiros, comerciantes e oficiais da reserva, e em caso de convocação seria necessária uma distinção entre esses elementos, também a organização de uma escala de serviço no quartel do Corpo de Bombeiros para todos os bombeiros auxiliares,

em rodizio, pois o bombeiro auxiliar não deve perder o contacto com os materiais contra incêndio. É necessário também que os bombeiros auxiliares, quando de serviço no quartel, acompanhem os carros nas corridas para um incêndio. Os elementos das turmas anteriores, após receberem seu certificado, não tiveram mais qualquer contacto com o material do Corpo de Bombeiros.

As delegações de sargentos na Câmara Municipal de São Paulo

As delegações de sargentos visitantes, acompanhadas por seus colegas da Fôrça Pública, estiveram em visita à Câmara Municipal da capital bandeirante.

Na sala da Presidência, recebidos pelos integrantes da Mesa da Edilidade e por outros vereadores, foram os visitantes saudados pelo cap. Cantídio Nogueira Sampaio, nosso brilhante camarada eleito à verença paulistana.

Agradecendo a acolhida falou o sgt. José Antunes que, em nome dos visitantes, saudou a Edilidade Paulistana.

Em seguida, num ambiente francamente cordial e alegre — como se infere do clichê infra — o sr. Valdemar Teixeira Pinto, Presidente da Câmara, conversou com os sargentos presentes, a quem ressaltou por várias vèzes o aprêço e a estima que os edís paulistanos dispensam à laboriosa e disciplinada classe policial-militar brasileira. Vivamente emocionados e cativados pela característica imprimida por s. excia. à palestra, despediram-se os visitantes.

MILITIA, comparecendo e registrando o fato, fixou os aspèctos do clichê.





Aspectos da homenagem prestada ao Chefe do Serviço de Fundos, Sub-chefe e Pagador dos inativos

Homenagem

A homenagem valeu pela exponencialidade e pelo ineditismo.

Que nos conste, em nossa secular Força Pública é a primeira vez que uma classe — tão brilhante e numerosa como a dos oficiais inativos — se congrega em uma só vontade para festejar a ação de um órgão de serviço.

Velhos soldados, afeitos aos rigores da disciplina, apegados aos cânones da hierarquia — dogmas e preceitos que pautaram todos os atos dos melhores anos de suas vidas — já na reserva ou reformados, sem as peias dos regulamentos, puderam demonstrar, à saciedade, que sempre foram sensíveis às imposições da alma.

.....

As alterações no sistema de pagamento, permitindo que em um só dia recebam os seus vencimentos todos os reformados da Capital, ainda que nesse trabalho se empenhem todos os oficiais do S.F., com muito de sacrifício, responsabilidade e preocupação; a manei-

ra carinhosa, lhana e afável com que procura atender a todos os problema da classe inativa; o ambiente de respeito e veneração com que faz cercar aqueles que nos legaram uma Força Pública rica de tradição, tudo, enfim, provocou a manifestação "sui generis" que a reportagem surpreendeu no "Pinguim", às 13 horas do dia 10 de dezembro último.

A mesa principal, festivamente ornamentada, o ten. cel. Aparício estava ladeado por seis coronéis; uma centena de oficiais reformados ocupava muitas outras mesas menores.

Com uma pontualidade militar, à hora aprazada o Cmt. Pietscher deu início às festividades, lendo um telegrama do cel. Lejeune endereçado àquele local, hipotecando a sua solidariedade ao ato e excusando-se por não poder comparecer pessoalmente; uma carta do Cmt. Napoleão de Almeida, também foi lida, desculpando-se da ausência por encontrar-se enfermo, mas fazendo-se representar pelo cel. Teófilo Ramos.

Falou o Cmt. Pietscher oferecendo a homenagem ao Chefe do Serviço de Fundos; a seguir, o cel. José da Silva, com o encantamento do seu verbo, arrebatava a assistência, encarecendo as qualidades do Cmt. Aparício, e termina afirmando que àquele moço bem compete o lapidar conceito de Churchill, quando se referiu aos imortais da R.A.F. na gloriosa campanha da Inglaterra.

Falaram ainda o major João Cabanas; o cel. Castro; o cap. Pimentel, em nome da Associação dos Oficiais Reformados; o major Gouveia Franco e o Cmt. Aparício, agradecendo.

Finalizando, o cel. Silva fez o brinde honra, pelo progresso da Força Pública, de S. Paulo e do Brasil.

Foi uma "hora de saudades e de evocações" em que se rememoraram os faustos da nossa Milícia.

O reporter, curioso, pediu a um dos homenageados o programa da festa. O impresso estava quase ilegível, coberto pelos respeitáveis autografos dos presentes, mas ainda se deixavam perceber os dizeres:

HOMENAGEM

de gratidão

aos senhores

Tel. Cel. Aparício de Barros Messias

Majores

Nelson de Carvalho Rosa

e

Aldo Ribeiro da Luz

por tudo que têm feito em benefício dos oficiais inativos da Força Pública do Estado de S. Paulo.

— Qual a sua impressão sobre a festa? perguntou o reporter ao principal homenageado.

— Uma completa inversão da ordem, que não é desordem, a não ser no terreno afetivo e sentimental. Gratos estamos nós, herdeiros que somos da obra que estas veneráveis figuras nos legaram. Eles é que deveriam ser por nós homenageados, pois os reformados de hoje fizeram a glória da Força Pública de ontem.

NOSSOS REPRESENTANTES

(Continuação do verso da contra-capa)

RIO GRANDE DO NORTE (Polícia Militar)

— Q.G. (Natal) — 1.º ten. Antônio de Moraes Neto.

RIO GRANDE DO SUL (Brigada Militar)

— Q.G. (Porto Alegre) — 1.º ten. Renato Moro Ramos.

— 4.º B.C. (Pelotas) — 2.º ten. Militão da Silva Neto.

— 2.º R.C. (Livramento) — 2.º ten. Carlos Cravo Rodrigues.

— B.G. (Rio Grande) — 2.º ten. João Matos de Araújo.

— 3.º R.C. (Passo Fundo) — Asp. Armando Chaves Credideu.

SANTA CATARINA (Polícia Militar)

— Q.G. (Florianópolis) — 1.º ten. Teseu Domingos Muniz.

SERGIPE (Polícia Militar)

— Q.G. (Aracaju) — 1.º ten. Osvaldo de Albuquerque.

Alem dos supra mencionados, mantemos representantes em todas as Unidades e Serviços da Força Pública, bem como agentes em todas as cidades do interior do Estado de São Paulo.

educação física e DESPORTOS



Campeonato de Futebol da Fôrça Pública

No gramado da Escola de Educação Física, realizou-se, de 3 a 9 de dezembro, o Campeonato de Futebol da Fôrça Pública, programado para o círculo de cabos e soldados.

Inscreveram-se e disputaram o certame os conjuntos do Contingente do Quartel General, do Batalhão de Guardas, do 3.º Batalhão de Caçadores, 5.º Batalhão de Caçadores, 8.º Batalhão de Caçadores, Batalhão Policial e Regimento de Cavalaria.

Previam os entendidos que o ponto alto do Campeonato de Futebol fôsse o grande duelo entre os quadros do Quartel General e 5.º Batalhão de Caçadores. Eram notórias as possibilidades técnicas do Onze orientado pelo Ten. Diomar de Melo Torquato. Menores, também, não eram os prognósticos de um desempenho brilhante do conjunto da Unidade do Vale do Paraíba, principalmente levando-se em conta que dentre os seus jogadores muitos integram o Esporte Club Taubaté, verdadeiro espantalho dos grandes quadros de São Paulo e até do Rio de Janeiro, quando atuando em seus domínios. Quanto ao time do Quartel General, as previsões foram acertadas. Desenvolveu êle atuações convincentes, conquistando, com méritos, o ambicionado título de campeão. O conjunto do 5.º B.C., porém, não con-

firmou o que dêle se esperava, sendo aliado das primeiras classificações com relativa facilidade. Mas, surgiu uma revelação no campeonato e esta foi o quadro do Batalhão de Guardas, com partidas vistosas, boa organização técnica e notável intuição psicológica. Foi brilhante, por todos os títulos, a campanha desenvolvida pelos begeínos que chegaram a derrotar o campeão, com o qual decidiram, em partida final, o título máximo, vindo a ceder a vitória, após luta renhida e emocionante.

A classificação do certame foi a seguinte:

1.º lugar — Contingente do Quartel General — 2.º lugar — Batalhão de Guardas — 3.º lugar — Oitavo Batalhão de Caçadores — 4.º lugar — Batalhão Policial — 5.º lugar — Regimento de Cavalaria — 6.º lugar — Quinto Batalhão de Caçadores — 7.º lugar — Terceiro Batalhão de Caçadores.

Ao campeão foram conferidos um troféu e medalhas para os jogadores titulares e reservas. A rapaziada do B.G. recebeu medalhas de prata, como justo premio à sua notável atuação.

Torneio Inter-Policial

Como parte do programa comemorativo do 118.º aniversário de fundação da Fôrça Pública foi realizado,

de 7 a 19 de dezembro, um Torneio Inter-Policial que reuniu as representações de nossa Milícia e das Polícias Militares do Distrito Federal, Estado do Rio de Janeiro e do Espírito Santo.

As modalidades desportivas postas em confronto foram o voleibol e o basquetebol, para oficiais e sargentos.

O certame teve início solene, majestoso mesmo, pode-se dizer. As equipes dos quatro Estados formaram, com seus uniformes vistosos, no Ginásio Delphim Balancier, sob o comando do Coronel Celso Bath Rosas, Comandante Geral da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, perfilando-se em continência ao Coronel Eleuthério Brum Ferlich, Comandante Geral da Força Pública e outras altas autoridades. Estavam presentes delegados de 14 Estados da Federação, esportistas do mundo civil e famílias. O grupamento era luzido e brilhante. O ambiente deveras encantador. Houve trocas de saudações e a exaltação do esporte nobre, cavalheiresco e leal, como veículo de aperfeiçoamento físico e moral, e esteio de aproximação da mocidade civil e militar.

Depois, vieram os embates, ricos de movimentação, cheios de alternativas, de emoções, de encantos. Se nesse terreno, o torneio agradou, no setor da disciplina e da elevação foi um exemplo de educação física, cívica e militar.

Terminada a série de jogos programados, a posição dos concorrentes, na táboa de classificação, foi a seguinte:—

Oficiais — Voleibol

- 1.º lugar — F.P. de São Paulo
- 2.º lugar — P.M. do Espírito

Santo — 3.º lugar — P.M. do Estado do Rio de Janeiro.

Oficiais — Bola ao Cesto

- 1.º lugar — P.M. do Distrito Federal
- 2.º lugar — F.P. de São Paulo
- 3.º lugar — P.M. do Espírito Santos
- 4.º lugar — P.M. do Estado do Rio de Janeiro.

Sargentos — Voleibol

- 1.º lugar — F.P. de São Paulo
- 2.º lugar — P.M. do Distrito Federal
- 3.º lugar — P.M. do Estado do Rio de Janeiro.

Sargentos — Bola ao Cesto

- 1.º lugar — F.P. de São Paulo
- 2.º lugar — P.M. do Distrito Federal
- 3.º lugar — P.M. do Espírito Santo
- 4.º lugar — P.M. do Estado do Rio de Janeiro.

O regulamento do certame previa troféus para os primeiros lugares de cada modalidade e medalhas comemorativas para tôdas as equipes. A entrega desses prêmios foi feita no dia 19, após o fim da competição, em solenidade que marcou o encerramento da parte desportiva e da semana de comemorações. Ainda desta vez o Ginásio Delphim Balancier, foi o palco da encantadora reunião.

Presentes tôdas as delegações dos Estados, representações desportivas disputantes, esportistas de São Paulo, autoridades e famílias, foi feito o relato do Torneio e proclamados os vencedores, após o que o Coronel Eleuthério Brum Ferlich entregou aos vencedores os troféus e medalhas. A Força Pública de São Paulo conquistou três troféus e a Polícia Militar do Distrito Federal uma linda taça.

Digna de registro, pelo alto sen-

NOSSA CAPA

Publicando o retrado do alferes José Gomes de Almeida, primeiro comandante do Corpo Policial Permanente, MILITIA rende homenagem aos 42 valorosos oficiais que, no transcorrer de 118 anos, exerceram o comando da Fôrça Pública do Estado de São Paulo.

NA CONTRA-CAPA

Flagrantes das comemorações do 118.º aniversário da Fôrça Pública. Em cima, espetáculo no Teatro Municipal de São Paulo; em seguida, homenagem prestada aos mortos de 32, junto ao túmulo do general Júlio Marcondes Salgado; delegações visitantes no centro de Instrução Militar e ao lado do marco inaugural da Via Anchieta.

tido cavalheiresco e nobre, foi a atitude dos capitães das equipes de Voleibol da Fôrça Pública. Após receber o troféu que competia ao conjunto que capitaneava, o capitão Francisco Ettore Gianico, veterano das lides esportivas de São Paulo e brilhante ornamento de nossa milícia, pede permissão ao Coronel Ferlich para oferecê-lo à Representação do Espírito Santo, como recordação daquela encantadora festa de confraternização. Igual gesto teve o subtenente Onofre Fava, capitão da equipe de Sargentos que destinava o seu troféu, com o mesmo sentido afetivo, à simpática e disciplinada representação do Estado do Rio de Janeiro. Delirantes aclamações cercaram a transmissão dos troféus dos Chefes das Equipes Paulistas aos seus colegas capichabas e fluminenses.

Com êsse fêcho luminoso, terminou o Torneio Inter-Policial, essa justa memorável que reuniu, em Piratininga, milicianos de vários pontos do país, animados pela beleza do ideal desportivo e por um intercâmbio maior entre lutadores do mesmo e bom combate.

TORNEIO DE TIRO

Apraz-nos registrar, também, os resultados do torneio de tiro, com prova de revólver para oficiais, e fuzil para sargentos, da Fôrça e das delegações visitantes.

Temos a salientar o feito do cap. Saul Brasil Faleiros que estabeleceu nova marca para a prova de 30 tiros a 30 metros, superando por 13 pontos a antiga marca do cap. Oscar Paes Leme.

— Foram os seguintes os resultados:—

Oficiais — Revolver

— 1.º lugar — Cap. Saul Brasil Faleiros, do Q.G., com 258 pontos
— 2.º lugar — 1.º Ten. Elío Afonso da Cunha, do B.G. — 3.º lugar — 1.º Ten. Nelson Simões Scheffer de Oliveira, do 2.º B.C..

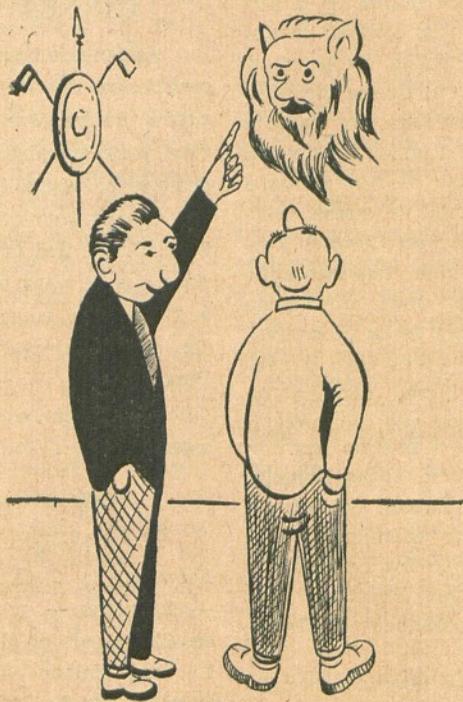
Sargentos — Fuzil

— 1.º lugar — Sub-ten. Agenor dos Santos Silva, do 7.º B.C. — 2.º lugar 2.º Sgt. Querubim de Lima Franco, do 5.º B.C. — 3.º lugar —

Página Humorística

— ESPIRITO HUMORÍSTICO DOS LEITORES —

Publicamos abaixo as legendas premiadas do concurso «Espírito Humorístico dos Leitores». Os vencedores residentes na Capital poderão procurar seus prêmios em nossa Redação, das 12 às 18 horas. Aos do interior remete-los-emos por vale postal,



Jressi

1.º lugar — A visita — (após ter visto o album da família)
... e éste aqui, quem é?

PASIN - R. Engenheiro César, 11-B - S. Paulo.

- 2.º lugar — *Esse leão foi morto a tiro?*
 — *Não, envenenado.*
 — *?*
 — *Comeu minha sogra.*

Maria Stela Gonçalves - R. Major Maragliano, 232 - S. Paulo

— :: —

- 3.º lugar — Caçador: - *Esta féra foi abatida por mim no dia 15-I-49.*
 A visita: - *Interessante. Foi precisamente nesta data que se virificou o desaparecimento de minha sogra.*

José Ortiz da Rocha Júnior - R. Circular, 352 - S. Paulo



Conforme anunciamos nos números anteriores, «Militia» oferece esta página ao espírito humorístico dos seus leitores. Mande-nos uma legenda que se adapte ao desenho abaixo e concorra aos prêmios de 100, 50 e 25 cruzeiros que serão oferecidos aos textos mais engraçados.

Os textos poderão ser enviados à Redação, assinados ou com pseudônimo, segundo a vontade do concorrente. Além dos três textos premiados serão publicados também os que, pelo seu espírito humorístico, merecerem citação.

?



?



Recebemos colaboração de charadas novíssimas, sincopadas, casais, em versos, auxiliares, logogrifos em prosa e em verso, e palavras cruzadas.

A correspondência e colaboração deverão ser endereçadas à "Militia" — Secção de Edipo. Avenida Tiradentes n.º 1038.

São adotados nesta secção, o Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa e o Breviário do Charadista.

Será sorteado um livro, entre os solucionistas de mais de 50% dos problemas.

As soluções deste número serão aceitas até 30 de abril do próximo ano.

LOGOGRIFOS EM PROSA

- 1 — Dispendendo muita prata 9-10-5-12, e à custa de muita valentia 3-8-7-12, um explorador conseguiu descobrir uma pedra com figuras semelhantes a plantas 11-2-6-1-4-5-10, da época da queda da civilização assíria.

Von Silva.

CHARADA AUXILIAR

- 2 — + dro = ladrão
 + nicele = inchação dos joelhos
 + lonesa = redingote
 + sar = ato indecoroso
 conceito = que tem patas semelhantes às da lebre.

ONZ

CHARADAS NOVISSIMAS

- 3 — Em um estabelecimento monástico cujos habitantes viviam em celas separadas, dentro de um só muro, sob a cimalha, estudava-se o feitiço das moedas 2-2.
 4 — Demos busca com cães de faro extraordinário, mas não encontramos uma pessoa versátil 2-2.
 5 — Ao prezado Cmt. Lopes — Com aquela fruta a criminosa matou o animal - 2-1.
 6 — Em casa essa nota serve de ornato - 1-1.
 7 — No cano de moinho, faz com a mão esquerda a varredeira de engenhos - 1-2.

Notlim.

ONZ

- 8 — Desprezar é não cumprir com o que se quer ocultar - 1-2.

ROTSSEN

CHARADAS SINCOPADAS

- 9 — A vida do homem gordo não é suave - 3-2.
 10 — Não é possível destilar o líquido antes de desembarcar 3-2.
 11 — E o vínculo da experiência 3-2.
 12 — O imbecil tem na mão uma torcida - 3-2.

Von SILVA

NOTLIM

- 13 — A cobra não venenosa não pode comer o osso alongado de certas partes do corpo humano - 4-2.

- 14 — O melhor trigo é o órgão dos vegetais superiores resultante do desenvolvimento do ovário - 3-2.

ONZ

CHARADAS CASAIS

- 15 — Ao sair da prisão ele estava com o cabelo branco - 2.
16 — Daquela árvore fêz-se uma cruz - 3.

Von Silva

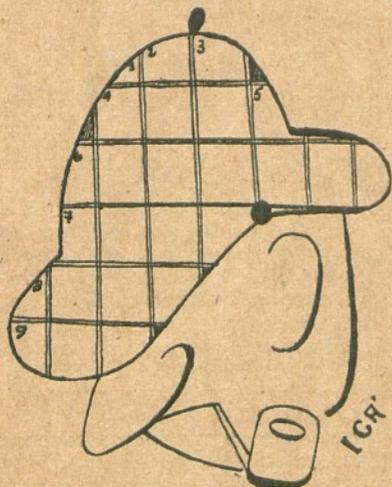
- 17 — Porque tens as faces gordas pensas que és tãful? - 3
18 — O animal doméstico tomou uma bebedeira - 2.

ONZ

- 19 — Ele passou o conto-do-vigário no animal? - 2.
20 — Faz do cabelo joguete - 2.

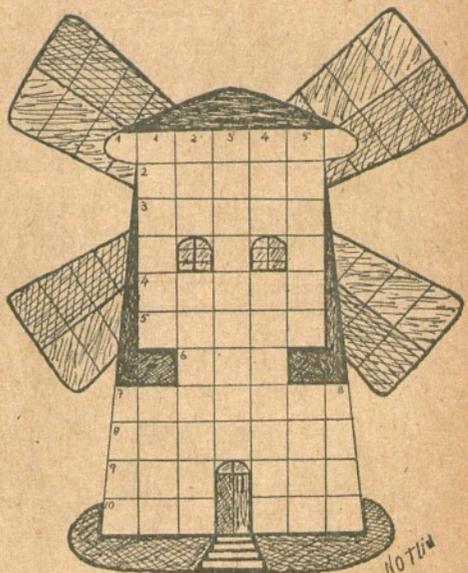
NOTLIM

PALAVRAS CRUZADAS



HORIZONTAIS: — 1 - Ripa. 4 - Interjeição para incitar bestas. 6 - Lamaçal. 7 - Recelo. 8 - Arroz em casca. 9 - Altar de sacrificio.

VERTICAIS: — 1 - Idiota. 2 - Dinheiro. 3 - Homem pouco sociável. 5 - Reflexão de som (sem a última). 6 - Estreitar. 8 - Ama de leite.



Passa-tempo oferecido por NOTLIM

Horizontais:

- 1 — Pequeno peixe do mar.
- 2 — Usar o bico.
- 3 — Orixá da varíola.
- 4 — Coragem.
- 5 — Animal roedor. (Plural).
- 6 — Depressão entre montes. (s/a última).
- 7 — Pedra semi-preciosa (s/a última).
- 8 — Grande ave brasileira.
- 9 — Tempo de verbo — Interjeição usada no campo para excitar os animais a andar.
- 10 — Edmundo, Osvaldo e Ruy. — Nome de mulher.

VERTICAIS

- 1 — Pegar com a boca — Centro
- 2 — Órgão — Viajar em navio.
- 3 — Ordem de acólito.
- 4 — Parte do boné (s/a última) — Mola pequena.
- 5 — Faúla ou arueiro (pl.) — Alpendre em inglês.
- 7 — Território Brasileiro.
- 8 — Bofetada.

EXTRA CONCURSO

Salto de cavalo-oferecido por NOTLIM

que	de	Pre	nha	ã	é	us.	E
ga	Mi*	a	gem	De	a,	dá	De
é	le	le.	Luz	mãe,	Que	quem	di
E	do	quem	É	ma	do	us?	nos
E	sús?	ra	na	Quem	lho,	i	A
e	quem	ia,	fi	ter	cruz?	É	é
Je	fez	os	nos	que	Je	que	ta
**	Céus	gu	é	a	le,	asan	la sú,

Partindo da casa assinalada com um asterisco e percorrendo tôdas as casas do taboleiro, a salto de cavalo, até chegar à casa assinalada com dois asteriscos, formar-se-ão uns versos "Deus" e um desenho simétrico.

Logogrifo oferecido por ROTSEN Dicionário Cândido de Figueiredo

Amigo Aesse, depois de receber algumas lições suas, resolvi fazer este modesto logogrifo, trabalho de um leigo 9-5-7-10 de boa vontade.

Afim de que não saísse nenhum absurdo, recorri ao dicionário, e assim, tenho ensejo 1-4-10 de colaborar para o desenvolvimento da Secção de Édipo. É preciso que nossos colegas deixem a preguiça de lado e metam as mãos à obra, e, não ficar num completo adormecimento do sentido 4-5-2-10.

Você não está comigo? Seria ideal para a Militia poder contar com

colaborações de tôda natureza, tais como, charadas, logogrifos, histórias, e até mesmo trabalhos semelhantes a um conjunto de poemas em que se celebram feitos heróicos dos tempos fabulosos da Grécia 6-3-8-9-5. Basta que cantemos os nossos feitos heróicos. Poderíamos dar, assim, aos nossos leitores, uma idéia do que foi e do que é a nossa Força Pública. Pois bem, eis aqui, a minha modesta colaboração para a nossa revista. Lutemos pelo engrandecimento cada vez maior da Militia nem que seja preciso usarmos a máquina de guerra com que a milícia bizantina despedia flexas.

SOLUÇÕES DO NÚMERO 8

1 - Enomania. 2 Vagalume. 3 - Patamar. 4 - Macabra. 5 - Milagrosa. 6 - Feliz. 7 - Resolver. 8 - Mal-sim. 9 - Palito. 10 - Apisto. 11 - Casa. 12 - Atropelado. 13 - Gostoso. 14 - Cajú. 15 - Silente. 16 - Sóbrio.

17 - Viralata. 18 - Gerânio-gênio.
 19 - Ilotaita. 20 - Fachada-fada. 21 -
 Garavunhaganha. 22 - Cavalo-calo.
 23 - Peralta-peta. 23 - Patota-pata.
 23 - Cerca-o. 26 - Medo-a. 27 - Par-
 tida-o. 28 - Mango-a. 29 - Lábua-o.
 30 - Prato-a.

PALAVRAS CRUZADAS

Problemas aos novatos

Horizontais: — Lavra - Aliar -
 Arca - Mito - Lua - Aia - Te - Es -
 Alô - Otí Rara - Ores - Etica - Zelar.

Verticais: — Laca - Ala - Vi -
 Mar - Aria - Altar - Ruela - Tietê -

Oasis - Zero - Orar - Até - Oca -
 Ler.

PROBLEMA BRASIL

Horizontais: — Entozoário -
 Moem - Ness - Leitura - má - Tri-
 nômio - Veta - Eólico - Saibro - Me-
 ro - Alongar - Ata - Aético - Seu.

Verticais: — Ente - Nero Lis-
 ta - Osni - Olmo - Iena - Rios - It -
 Ourivela - Matronaes - Em marmo-
 reo - Rebrotá - Oco - Ao - Ama -
 A, E, I, O, U, - Te.

Premiado — Coube por sorteio
 um livro ao solucionista Alfeu —
 São Paulo.



Problema sôbre esgrima

Cap. *Adauto Fernandes de Andrade*
 Mestre d'armas da E.E.F.

Convidamos os afeiçoados da «nobre arte» a nos remeter suas solu-
 ções, cujos resultados certos serão publicados, no segundo número após
 o da publicação.

ORDEM DOS ASSALTOS

2-6	2-3	3-6	3-5
5-7	4-5	2-7	6-7
1-2	1-6	1-3	1-4
3-4	3-7	4-7	
5-6	2-4	2-5	
1-7	1-5	4-6	

Dar a classificação final dos atiradores constantes da presente pule elimi-
 natória e individual de espada, esclarecendo todos os casos que surgirem no
 decorrer da mesma.

Trata-se de uma pule normal, em que os atiradores não foram prejudicados
 em seus assaltos por qualquer motivo de força maior.

NOMES	Números	Pule de Espada (eliminatória)							Total dos golpes recebidos	Total dos golpes dados	Vitórias	Classificação
		Realizada a / / 19.....										
		1	2	3	4	5	6	7				
A.	1		·/·	·/·	·/·	·/·	·/·	·/·				
B.	2	/		/	·/·	·/·	·/·	·/·				
C.	3	/	·/·		/	·/·	·/·	·/·				
D.	4	·/·	·/·	·/·		·/·	·/·	·/·				
E.	5	·/·	·/·	/	·/·		/	·/·				
F.	6	·/·	·/·	·/·	·/·	·/·		/				
G.	7	·/·	·/·	·/·	·/·	·/·	/					

Legislação

Abono Mensal

Prorroga, até 31-XII-49, a vigência da Lei n.º 444, de 19-IX-49, que concedeu aos componentes da ativa da Força Pública de soldado a aspirante a oficial, o abono mensal de Cr. \$ 300,00, para os que servem na Capital e em Santos e Cr. \$ 200,00 para os demais. Lei 582, de 30-XII-49.

Alistamento

Estando a Força empenhada na seleção rigorosa dos elementos integrantes de suas fileiras, recomenda-se aos Comandantes das unidades sediadas no interior, o maior critério na escolha dos bons elementos para o voluntariado.

Em consequência, o Comando baixa normas para o alistamento de voluntários.

São condições mínimas para o encaminhamento à Sec. de Alistamento:

- a) — ser brasileiro nato;
- b) — ter, no mínimo, 1,60m de altura, descalço;
- c) — ter os dentes da frente tratados;
- d) — ter no mínimo 18 anos completos e 29 incompletos;
- e) — ser solteiro sem filhos e não ser amasiado;
- f) — ser reservista de 1.ª, 2.ª ou 3.ª categoria do E.N. ou possuir certificado de alistamento militar que comprove ter sido dispensado do serviço militar por excedente, nos termos do art. 62 da Lei do SM, com a classificação no grupo "A";
- g) — saber ler e escrever sem erro, de modo que seja capaz de redigir desembaraçadamente. O exame de alfabetização deve constar de, no mínimo, um ditado de 5 a 8 linhas e de uma leitura, de modo a se

aquilatar das possibilidades do candidato no desempenho de qualquer policiamento, desde a simples sentinela até a função de fiscal de trânsito ou integrante da Rádio Patrulha e Polícia Rodoviária;

h) — apresentar 3 fotografias de frente e descoberto;

i) — ter boa conduta civil, atestada pela autoridade policial local, bom conceito na cidade em que reside, reconhecido por pessoa de incontestável idoneidade, de preferência dirigentes de companhias, estabelecimentos etc., onde esteve empregado.

Para o realistamento de candidatos, recomenda-se que não encaminhem elementos que tenham sido excluídos por conclusão de tempo estando no mau ou insuficiente comportamento, ou que, tendo sido excluídas no bom comportamento tenham cometido faltas por desordem ou embriaguez. Bol. Geral 280, de 20-XII-49.

Aniversário da Força Pública

Por ocasião do 118.º aniversário da Corporação, o Comando Geral expediu significativo Boletim Comemorativo. S. Paulo, 15 de dezembro de 1949.

Assistência a praças encostadas

Recomenda às unidades em que ficam praças encostadas que exerçam severa fiscalização sobre elas, no sentido de que não lhes falte assistência, especialmente quanto ao aseo pessoal e uniformes. O H.M., de modo particular, deve reclamar tal assistência junto às respectivas unidades. Bol. Geral 252, de 14-XI-49.

Boletim de frequência dos civis

Os chefes de Serviço e Repartição em que estejam lotados funcio-

nários civis remetam ao S.F., até o dia 20 de cada mês, os atestados de frequência dos funcionários, os quais devem conter as alterações havidas até o dia 15. Bol. Geral 256, de 19-XI-49.

Conferências

Nos dias 17 e 24 de novembro serão realizadas conferências pelo Cap. Geraldo Teodoro dos Santos, pautadas nas observações feitas por ele durante seu estágio no Corpo de Bombeiros de New York, sob os seguintes títulos:

- Ambiente Americano;
- Organização de Bombeiros nos Estados Unidos.

Bol. Geral 244, de 3-XI-49.

Dia da Bandeira

No dia 19 de novembro, consagrado à Bandeira, o Comando Geral publicou um Boletim Comemorativo, lembrando que há 60 anos foi instituído o nosso auriverde Pendão que, de norte a sul e de leste a oeste, representa e evoca a Pátria Brasileira.

Empréstimo simples na Caixa Beneficente

A reforma de empréstimo simples na Cx. Benef. só será concedida depois de o interessado ter pago mais de dois terços do empréstimo anterior e haver decorrido dois terços do tempo ajustado para seu pagamento. Bol. Geral 262, de 26-XI-49.

Exercício financeiro de 1949 — Encerramento

Instruções que as unidades deverão observar no encerramento do exercício financeiro de 1949. Bol. Geral 272, de 9-XII-49.

Fardamento — Confecção de peças

Normas que as unidades deverão obedecer ao elaborarem o pedido de fornecimento. Deverão anexar ao pedido uma relação onde figurará a quantidade pedida de cada peça, pelos números das medidas usadas pelas praças. Bol. Geral 244, de 3-XI-49.

Férias e dispensa do serviço

Aos elementos que estão sob controle do Ctg. do Q.G. as concessões de férias, férias por adiantamento e dispensa do serviço só poderão ser feitas desde que os interessados estejam com a instrução de quinquena em dia, devendo haver prévia informação do Cmt. do Ctg. Bol. Geral 252, de 14-XI-49.

Férias — Prorrogação de prazo para gôzo

Prorrogo até 31-III-50 o prazo para entrada em gôzo das férias de 1948. Bol. Geral 271, de 7-XII-49.

Férias de 1948

As unidades devem organizar um plano completo de férias, a fim de que até 31-III-50 não reste nenhum oficial com direito a férias de 1948. Bol. Geral 274, de 12-XII-49.

Folhas de vencimentos

Reduz o número de vias de folhas de vencimentos e discrimina o destino das vias de folhas de vencimentos confeccionadas pelo S.F. Bol. Geral n.º 269, de 5-XII-49.

Hora de verão

O Presidente da República institui a "Hora de Verão" em todo o território Nacional, a partir da hora zero de 1.º de dezembro de cada ano, até 30 de abril do ano seguinte, fica em vigor a "hora de verão", adiantada de sessenta minutos em relação à hora legal. Dec. Federal 27.496, de 24-XI-49.

Licença-prêmio — requerimento

No requerimento de civil pedindo licença-prêmio deverá constar:

a) — se o afastamento do funcionário não prejudica o interesse do serviço;

b) — se a Secção não tem outro servidor afastado em gôzo dessa licença ou de outra qualquer. Circular da Sec. da Seg. Pública. Bol. Geral 252, de 14-XI-49.

Passagem — Requisição para a Central do Brasil

Nas requisições de passagem da E.F.C.B. deve constar o prefixo do

trem «Expresinho» ou «Trem de Carreira».

Das requisições para os trens de carreira devem constar os motivos de urgência do serviço, plenamente justificados.

Não se estende ao T.J.M. a presente recomendação. Bol. Geral 259, de 23-XI-49.

Polícia Florestal

Aprova o Regulamento da Polícia Florestal do Estado, subordinada diretamente à Diretoria do Serviço Florestal da Secretaria da Agricultura. Dec. 19.008, de 14-XII-49.

Proclamação da República

Ao comemorar-se a data da Proclamação da República, o Comando Geral publicou, para conhecimento da Força, um Boletim Comemorativo.

Promoção de subtenentes e primeiros sargentos

Os subtenentes e primeiros sargentos que tenham mais de 25 anos de serviço, ao se reformarem por invalidez, compulsoriamente ou a pedido, serão promovidos ao posto de 2.º tenente, com todos os vencimentos deste posto.

Terão o mesmo direito os que se reformaram posteriormente a 14 de março de 1947. Lei 501, de 7-XI-49.

Promoção de oficiais — Redução de interstício

Reduz a metade o tempo mínimo de interstício a que estão sujeitos os postos abaixo:

Combatentes — postos de major e aspirantes.

Saúde: médicos — postos de capitão e 1.º tenente.

dentistas — postos de capitão e 1.º tenente; farmacêutico — posto de capitão.

Especialistas: telegrafista-eletricista — posto de 1.º tenente.

Administração — posto de major. Dec. 18.928, de 14-XI-49.

Quadros de efetivos da F.P. para 1949

Quadros de distribuição dos efetivos da F.P. pelos Corpos, Serviços e Estabelecimentos, organizados de acordo com o efetivo fixado para

1949 pela lei 404, de 4-VIII-49. Dec. 18.927, de 14-XI-49.

Salário-família

São extensivos aos oficiais e praças de pré da Força, a partir de 1.º de janeiro do corrente ano, os benefícios da Lei 201, de 1-XII-48.

E' competente para conceder o salário-família, aos militares de que trata esta Lei, o Comandante Geral. Lei 510, de 17-XI-49.

Instruções que as unidades deverão observar para a concessão do salário-família, processamento dos pedidos.

Comunicado do Departamento da Despesa da Sec. da Fazenda sobre os casos em que o funcionário não tem direito ao salário-família. Bol. Geral 257, de 21-XI-49.

Compreende-se como filhos, os filhos de qualquer condição, os enteados e adotivos, equiparando-se a estes os tutelados sem meios próprios de subsistência. Lei 524, de 1-XII-49.

Instruções complementares sobre o processamento dos pedidos de salário-família, com os seguintes títulos:

A) — Comprovantes — para os filhos legítimos menores, para os enteados, para os tutelados e adotivos e para os inválidos;

B) — Novas concessões — devem ser organizados novos processos;

C) — Exclusão de dependentes — serão publicadas do dia 10 ao 1.º dia útil seguinte;

D) — Ficha de salário-família;

E) — Contrôlê para exclusão de dependentes. Bol. Geral 288, de 29-XII-49.

Substituição de cargo

Relativamente aos cargos de comandante, chefe ou diretor, de subcomandante ou equivalente, que os quadros de efetivo orçamentário de 1949 não previram como privativos de um determinado posto, admitindo a classificação de oficiais de um ou de outro posto, para efeito de substituição remunerada, deve ser levado sempre em conta o posto inferior previsto pelos referidos quadros. Bol. Geral 269, de 5-XII-49.

NOSSOS REPRESENTANTES

Representam MILITIA no Exterior, nos Estados e Territórios

BOLÍVIA (Corpo de Carabineros)

— Dirección General de Policía (La Paz) — cap. Saul Herbas Casanovas.

CHILE (Corpo de Carabineros)

— Victoria Subercaseaux, 173 2.º piso (Santiago) — teniente Efraín de la Fuente Gonzáles.

— Prefectura General (Valparaíso) — capitán Franklin Troncoso Bachler.

— IV Zona de Carabineros (Concepción) — capitán Edmundo Perotti Quaglia.

ACRE (Guarda Territorial)

Q.G. (Rio Branco) — 1.º ten. Milton Braga Rola.

ALAGOAS (Policia Militar)

— Q.G. (Maceió) — cap. José Cavalcante.

AMAPA (Divisão de Segurança e Guarda)

— Séde (Macapá) — dr. Flávio de Carvalho Maroja.

AMAZONAS (Policia Militar e Corpo de Bombeiros)

— Q.G. da P.M. (Manaus) — ten. cel. Temístocles Henrique Trigueiro.

— Cia. Bombeiros Municipais (Manaus) — 1.º ten. Joaquim José de Carvalho e Cascais.

BAHIA (Policia Militar)

— Q.G. (Salvador) — cap. Gestsemani G. da Silva.

CEARÁ (Policia Militar)

— B.I. (Fortaleza) — 1.º ten. Gerardo Fragoso de Vasconcelos.

DISTRITO FEDERAL (Policia Militar)

— R.C. (Rio de Janeiro, D.F.) — cap. Darcy Fontenele Castro.

— 6.º B.I. (Rio de Janeiro, D.F.) — cap. Hélio Miranda Quaresma.

ESPÍRITO SANTO (Policia Militar)

— Q.G. (Vitória) — 2.º ten. Antenor Olivio Plotegher.

GOIAS (Policia Militar)

— Q.G. (Goiânia) — cap. Cláudio das Neves.

MARANHAO (Fôrça Policial)

— Q.G. (São Luiz) — major Arlindo Faray.

MATO GROSSO (Policia Militar)

— Q.G. (Cuiabá) — major Gonçalo Romão de Figueiredo.

— 1.ª Cia. do B.S.M. (Cuiabá) — cap. Evaristo da Costa e Silva.

— 2.ª Cia. do B.S.M. (Cuiabá) — cap. Gonçalo Ribeiro da Silva.

— C.C.S. do B.S.M. (Cuiabá) — cap. Eurides Celestino Malhado.

— 2.º B.C. (Campo Grande) — major Hermenegildo Teodoro do Nascimento.

PARÁ (Policia Militar)

— Q.G. (Belém) — cap. Mário Barriga Guimarães.

PARAÍBA (Policia Militar)

— Q.G. (João Pessoa) — 2.º ten. Francisco de Assis Veloso.

PARANÁ (Policia Militar)

— Q.G. (Curitiba) — 2.º ten. Benoit Pontes Cidreira.

— Guarda Noturna (Curitiba) — sr. Floriano José da Costa.

PERNAMBUCO (Policia Militar)

— Q.G. (Recife) — cap. João Rodrigues Pereira.

PIAUI (Policia Militar)

— Q.G. (Teresina) — cap. Santiago Vasques Filho.

RIO DE JANEIRO, ESTADO DO (Policia Militar)

— Q.G. (Niterói) — 2.º ten. Luiz Gonzaga Guerra.

(Continua na pag. 118)

ГЛАВА I

